

**Comissão de Inquérito Parlamentar à Gestão do BES e do Grupo Espírito Santo, ao Processo que Conduziu à Aplicação da Medida de Resolução e às suas Consequências, nomeadamente quanto aos Desenvolvimentos e Opções relativos ao GES, ao BES e ao Novo Banco**

42.<sup>a</sup> Reunião  
(17 de fevereiro de 2015)

---

**SUMÁRIO**

O Presidente (Fernando Negrão) deu início à reunião às 15 horas e 12 minutos.

O Dr. Carlos Calvário (ex-Diretor do Departamento de Risco Global do BES), após intervenção inicial, respondeu aos Deputados Mariana Mortágua (BE), Pedro Saraiva (PSD), José Magalhães (PS), Cecília Meireles (CDS-PP) e Miguel Tiago (PCP).

O Presidente (José Magalhães) encerrou a reunião eram 21 horas e 19 minutos.

O Sr. **Presidente** (Fernando Negrão): — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, muito boa tarde, vamos dar início à nossa reunião.

*Eram 15 horas e 12 minutos.*

Retomando as nossas audições, dentro do calendário normal, temos hoje a audição do Dr. Carlos Calvário, ex-Diretor do Departamento de Risco Global do BES.

O Sr. Doutor fará uma exposição inicial em que indicará cronologicamente o seu percurso no BES. Será uma leitura de menos de 5 minutos, depois, os Srs. Deputados farão as perguntas que entenderem e o Sr. Doutor já se disponibilizou, obviamente, para responder a todas as perguntas formuladas.

Vamos, então, ouvir a declaração do Sr. Dr. Carlos Calvário.

Faça favor, Sr. Doutor, tem a palavra.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário** (ex-Diretor do Departamento de Risco Global do BES): — Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente desta Comissão Parlamentar, Ex.<sup>mas</sup> Sr.<sup>as</sup> Deputadas e Srs. Deputados: No cumprimento do solicitado através do Ofício n.º 52/CPIBES, venho colocar-me à vossa disposição para prestar os esclarecimentos que entenderem necessários, cingindo-me aos factos que testemunhei e documentos a que tive eventualmente acesso, e sempre, como é óbvio, dependente da minha memória pessoal dos mesmos.

Tomaria, no entanto, mais alguns minutos para descrever o meu trajeto profissional dentro do Banco Espírito Santo, até para esclarecer, desde já, que nunca desempenhei as funções de Diretor de Risco do GES (Grupo Espírito Santo), qualidade que me é atribuída no vosso ofício acima mencionado.

Começo, portanto, por descrever as minhas funções desde que fui admitido no Banco Espírito Santo.

Entre fevereiro de 1996 e abril de 2003 fui administrador delegado da Espírito Santo Capital, uma sociedade de capital de risco que foi fundada exatamente naquela altura e cujo capital pertencia, direta e indiretamente, 100% ao Banco Espírito Santo.

Durante cerca de dois anos reporteii ao respetivo presidente do conselho de administração, Dr. Manuel Fernando Espírito Santo, que, na altura, era administrador não executivo do BES e, em seguida, ao Dr. José Maria Ricciardi, aquando da substituição do presidente do conselho de administração.

De abril de 2003 a janeiro de 2006, fui diretor coordenador do DAERC (Departamento de Acompanhamento de Empresas e Recuperação de Crédito), sendo que o administrador do pelouro era, também, o Dr. José Maria Ricciardi, que já era anteriormente diretor deste pelouro.

Entre julho de 2004 e julho de 2012, fui diretor coordenador do DRG (Departamento de Risco Global), sendo que também já anteriormente o Dr. José Maria Ricciardi era o administrador deste pelouro e até 2012 foi o único administrador do pelouro.

A partir de 2009, o Dr. Joaquim Goes liderou alguns dos projetos e aspetos do quotidiano do departamento, sendo que, a partir de meados de 2012, houve uma partilha formal da função de administração do pelouro do risco entre os dois administradores atrás mencionados.

De julho de 2012 a fevereiro de 2013, embora o departamento só tenha sido criado formalmente em dezembro de 2012, fui diretor coordenador do DEE (departamento de estruturação de empresas), sendo o administrador do pelouro o presidente da comissão executiva do BES, Dr. Ricardo Salgado.

Entre março e setembro de 2014, foi estabelecido o Acordo Temporário de Cedência de Serviços entre o BES e o GES, tendo o meu

salário permanecido inalterado e a ser-me pago pelo BES, sendo, em seguida, debitado pelo BES ao GES. Durante esses meses integrei uma equipa de trabalho que assessorava a comissão executiva da ESI, sem, no entanto, ter exercido quaisquer funções executivas neste domínio. O meu reporte durante este tempo foi efetuado à comissão executiva da ESI, nomeadamente ao seu presidente, Dr. Manuel Fernando Espírito Santo.

De outubro de 2014 até agora regressei ao Novo Banco, tendo-me sido atribuídas as funções de diretor coordenador do DTI (Departamento Técnico Imobiliário) do Novo Banco, sendo o administrador deste pelouro o Dr. Vítor Fernandes, a quem reporto diretamente.

Muito obrigado pela vossa atenção e fico, agora, à vossa disposição para as questões que entendam colocar-me.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Dr. Carlos Calvário. A sua intervenção será, desde já, distribuída aos Srs. Deputados.

Iniciando, então, a fase de perguntas e respostas, dou a palavra, para esse efeito, à Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, quero cumprimentar as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados e o Sr. Dr. Carlos Calvário.

Da descrição que fez das funções que desempenha ou que desempenhou no BES fiquei sem perceber e sem confirmar uma informação que tinha, que é a de que teria sido responsável do Departamento de Risco Global na Espírito Santo Financial Group, porque isso não foi por si referido.

Gostaria que nos pudesse confirmar, ou não, esta informação.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Sim, a minha resposta é positiva.

Não o referi porque essas funções não eram funções de coordenação de nenhum departamento. Com a publicação do Aviso n.º 5/2008, do Banco

de Portugal, sobre o sistema de controlo interno, foi entendido pela ESFG (Espírito Santo Financial Group) que os diretores coordenadores das três funções que constituem o sistema de controlo interno, os três diretores coordenadores do Banco Espírito Santo, representassem também, digamos assim, a função estendida à ESFG. Isso tinha duas razões de ser que, na prática, são duas caras da mesma moeda, ou seja, que a ESFG não tinha uma estrutura para desenvolver essas funções e que o Banco Espírito Santo tinha departamentos de auditoria interna e de risco com uma dimensão considerada suficiente.

Além disso, é de notar que dentro do balanço consolidado da ESFG quase 95% ou 96% dos ativos consolidados são constituídos pelo Banco Espírito Santo.

Mas não desenvolvi funções dentro da ESFG — aliás, não tinha ninguém dentro da ESFG que reportasse a mim, nomeadamente.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Era um cargo meramente formal?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Não diria que era formal, foi formal porque assinava o que tivesse que assinar, etc., e fui instituído desse ponto de vista, simplesmente, era uma extensão, digamos assim, das funções que os três diretores coordenadores destas funções desempenhavam no Banco Espírito Santo para a ESFG e que resultou, como digo, do Aviso n.º 5/2008.

Como sabem — penso que é do vosso conhecimento —, a entidade supervisionada em base consolidada era a Espírito Santo Financial Group.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E permaneceu nessas funções até quando?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Permaneci nessas funções até ao dia 28 de fevereiro de 2013.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E no Departamento de Risco Global do BES, qual foi a data em que saiu? Foi em 2012?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Exatamente. Estive lá entre julho de 2004 e julho de 2012.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E confirma a ideia que temos e que nos foi dada, de que a função do Dr. Ricciardi, nesse pelouro, era quase a de um cargo honorífico e não, de facto, um cargo na análise da avaliação de risco?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Penso que seria quase ofensivo considerá-lo dessa maneira. Eu nunca o entendi como honorífico. Tenho de dizer-lhe, como é fácil de verificar, através da descrição das minhas funções, que tive a oportunidade de trabalhar durante muitos anos com o Dr. José Maria Ricciardi, de quem tive sempre o maior apoio no desempenho das minhas funções — aliás, quem criou o Departamento de Risco Global foi o Dr. José Maria Ricciardi, e muito bem.

O que acontece, se quiser fazer essa leitura, é que, a partir da altura em que o Dr. José Maria Ricciardi assumiu as funções de presidente executivo do BES Investimento, é óbvio que, até porque estávamos em edifícios diferentes e ele tinha uma vida que o obrigava a muitas deslocações ao estrangeiro, etc., eu o mantinha sempre informado, procurava mantê-lo sempre informado de tudo o que se passava no departamento.

Não sei se fui claro.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Tanto quanto poderia ser.

Então, abandona o Departamento de Estruturação de Empresas, para o qual vai depois de estar no Risco Global, em fevereiro de 2013, assim como as funções da Espírito Santo Financial Group. E, de acordo com a cronologia que fez, só volta a ter funções no Banco em março de 2014, quando vai trabalhar para o GES.

Entre fevereiro de 2013 e março de 2014 quais são as suas funções no Grupo Espírito Santo?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Peço imensa desculpa, Sr.<sup>a</sup> Deputada, mas, entre julho de 2012 e fevereiro de 2014 — e houve aqui um lapso quando referi 2013, peço desculpa —, eu estive no Departamento de Estruturação de Empresas, sendo que, inicialmente, este departamento não existia, foi um departamento criado de raiz e, portanto, levou ainda alguns meses a formar-se, a juntar a equipa, etc.

A memória que tenho é que terá sido em dezembro de 2013 que o departamento foi formalmente constituído.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Outra coisa que me faz confusão, e não quero perder demasiado tempo com estes detalhes, é que o Relatório e Contas da Espírito Santo Financial Group de 2013 é publicado a meio de maio de 2014.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Sim.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E nesse Relatório, que se reporta ao ano de 2013, o Dr. Carlos Calvário aparece como *head of risk management*, ou seja, responsável pela gestão de risco.

Portanto, é estranho, uma vez que só desempenhou funções durante um ou dois meses, que apareça no Relatório como sendo o diretor de gestão de risco, no próprio Relatório e Contas referente ao ano inteiro.

Queria só perceber por que é que...

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Tenho aqui a carta da minha demissão de *head of risk management*, que é de 28 de fevereiro de 2014.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E quem é que o substitui?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Penso que houve algum tempo ainda em que não houve representante e depois terá sido, se a memória não me traiçoa, a Dr.<sup>a</sup> Maria do Céu Porfírio, que é uma diretora do Departamento de Risco Global.

Quanto a esse comentário, não o vi com essa profundidade e não consigo explicar por que razão é que ele aparece, dessa forma.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, as últimas funções que desempenha no Grupo Espírito Santo, antes de passar para a ESI, foram na parte de estruturação de empresas e reportava ao Dr. Ricardo Salgado. Correto?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Correto.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Passemos, então, a outros assuntos, não quero mesmo perder demasiado tempo com isto.

Começo pela exposição a Angola.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Desculpe?



O Sr. **Presidente**: — Pela exposição a Angola.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Há notícias e nós conhecemos trocas de *e-mails* entre o Dr. Castella e Álvaro Sobrinho e, mais tarde, entre o Dr. Calvário e Álvaro Sobrinho, sobre lacunas de informação relativamente ao BESA: não havia informação por grupo económico, havia poucos detalhes... Há, inclusivamente, um *e-mail*, do dia 19 de maio de 2009, em que se mostra preocupado com a pouca informação e diz que a dificuldade remonta a 2007.

Poderia explicar-nos o contexto deste *e-mail* e o que é que o leva, logo em 2009, a dizer que há problemas de informação na carteira de crédito do BESA?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Por acaso, já nem me recordava desse *e-mail*, mas ele apareceu na imprensa, algures no tempo. Lembrava-me do assunto em si, mas não me lembrava do conteúdo de *e-mails* com quatro ou cinco anos.

Temos de distinguir aqui duas questões extremamente importantes: a informação, em termos prudenciais, a que o Banco Espírito Santo estava obrigado, uma vez consolidado o BES Angola, a fornecer ao Banco de Portugal; e a informação sobre a carteira de clientes do BESA que permitisse um *assessment* (desculpem o inglesismo), isto é, a análise, a avaliação do risco de crédito, implícito em cada um dos clientes.

No primeiro ponto, ou seja, do ponto de vista do risco prudencial, o BESA sempre enviou para o Banco Espírito Santo informação — aliás, não podia ser de outra maneira, porque não se podia fazer a consolidação de contas se não viesse também o balanço propriamente dito —, e sempre enviou também os volumes de crédito vencido, os rácios que permitiam, na

prática, calcular os rácios de crédito vencido, as provisões, etc., que, obviamente, constavam da conta de exploração. E, aí sim, é referido nesse *e-mail* algum atraso da exposição dos maiores 20 clientes da carteira de crédito de Angola.

Mas essa exposição eram nomes, portanto, é uma lista que tem nomes, que não permite, de maneira nenhuma, fazer uma análise do risco de crédito subjacente a cada um desses clientes.

O que nos foi sempre dito ao longo do tempo — e penso que inclusivamente nesta Comissão já foi expresso por outras pessoas com mais conhecimento do tema do que eu próprio — é que o sigilo angolano não permitia a passagem desses elementos para a casa-mãe.

Efetivamente, em 2007, eu já tinha feito esse reparo. Confesso que já não me lembrava dessa parte de 2007, mas é natural que o tenha feito — se apareceu, é natural que existam esses *e-mails*. E, em 2009, aconteceu um outro facto que fez «soar as campainhas». É que a exposição à República de Angola, ao risco soberano da República de Angola apareceu de repente — e aí eu não precisava de mais nenhuma análise de risco de crédito, era um montante, e a República de Angola eu sei quem é. E, portanto, a exposição que apareceu à República de Angola colocava claramente em ultrapassagem dos grandes riscos a nível consolidado, quer do BES quer da ESFG.

Ora, isto já se trata de um problema prudencial e, nessa altura, entendi informar o presidente da comissão executiva do Banco Espírito Santo, o meu administrador do pelouro, a comissão de auditoria do BES, a comissão de auditoria da Financal, o *compliance* e não tenho a certeza mas penso que também a auditoria interna.

É que, como compreenderá, o chamado «risco de concentração» por vezes é aqui falado como «grandes riscos» e eu, eventualmente, também utilizarei essa expressão, peço desculpa, impropriamente. Por que se fala em risco de concentração? Risco de concentração é um ponto muito importante

e aquele era muito objetivo e estava em ultrapassagem. E, para já, era preciso eu perceber o que tinha acontecido e era preciso, depois, perceber o que é que se explicava ao Banco de Portugal e quais eram as atitudes a tomar.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Nesse mesmo *e-mail* terá dito que não sabia como iria reagir o Banco de Portugal a estas deficiências.

Pergunto: como é que reagiu o Banco de Portugal a estas deficiências?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Não quero ser indelicado, mas talvez possa explicar o que é que se passou até chegar a esta questão da reação do Banco de Portugal, não deixando de responder à sua questão.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Desde que não deixe de responder!

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — O que aconteceu foi que, efetivamente, houve uma resposta, dizendo que estavam a fazer todos os possíveis, que nós conhecíamos as dificuldades informáticas do banco em Angola e, portanto, que aquilo não era propriamente um não querer colaborar com o banco e não respeitar as regras prudenciais, mas era, sim, resultado de uma situação.

E eu respondi com outro *e-mail*, creio eu que muito serenamente, dizendo: nós sabemos disso tudo, mas, por favor, expliquem-nos a situação, expliquem-nos como é que vamos explicar e transmitir ao Banco de Portugal e como é que vamos resolver e ultrapassar os grandes riscos». No fim de contas, era isso que eu pretendia perceber.

E, nessa altura, foi-me explicado que tinha havido subscrição de títulos de dívida pública da República de Angola e que, nesse mapa que tinha sido fornecido de grandes riscos (neste conceito de risco de concentração de que falei há pouco) eles estavam ponderados a 100%.

Ora, de acordo com a legislação — e, neste momento, sinceramente já não me recordo se era devido ao facto de ser um risco soberano, ou se era devido à moeda em que era denominada a dívida da República de Angola, mas isso foi depois explicado pelo BESA (e até acredito que fosse mais por este segundo motivo) —, efetivamente, essa exposição não é uma exposição que tenha de se considerar a 100%. Aliás, para a determinação dos grandes riscos, todas as exposições têm um ponderador, que, em alguns casos, pode ir inclusivamente até zero, ou seja, quando se trata de bancos centrais, se forem depósitos no BCE (Banco Central Europeu), por exemplo, vai a zero, não entra, ou, por outra, entra no princípio do mapa, que é um mapa grande, pelo seu valor facial, nominal, mas depois sofre a aplicação de um ponderador e, no final, é que é determinada qual é efetivamente a exposição.

Aplicadas e explicadas essas regras ao Banco de Portugal — e, agora, dito isto, já estou a responder à sua questão —, o Banco de Portugal concordou e acolheu a explicação. E creio que, mais tarde, não me recordo quando, mas talvez em 2012, inclusivamente o ponderador foi ainda reduzido face ao ponderador que naquela altura foi aplicado.

Foi esta a reação que tive do Banco de Portugal: tudo bem, estava explicado.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas economicamente não percebeu a decisão de aumentar a exposição, em dois meses, em 1500 milhões de dólares, à dívida soberana angolana. Ou seja, há um momento em que o BESA aumenta muito a exposição à dívida angolana e é isso que desperta o problema.

Nunca percebeu o porquê desse investimento, nem desse súbito aumento de exposição?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Sabe, aí, a minha reação é exatamente porque eu não fui informado. É que se eu soubesse que tinha sido a República de Angola e que tinham sido as emissões, eu teria dito. Eu não fui consultado, não fui informado, nem me pediram... Acredito que houvesse informação no banco, mas eu, pessoalmente, não tive qualquer intervenção nessa decisão de subscrição de títulos de dívida pública angolana, decisão essa que deve ter sido articulada, imagino, entre os dois conselhos de administração das duas entidades.

Mas, repito, eu não fui consultado, daí a minha reação e a minha pergunta: «o que é que se passa?»

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas depois não conseguiu esclarecer quem é que tomou a decisão e se ela era do conhecimento ou não da comissão executiva do BES?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Sim, sim, era do conhecimento da comissão executiva do BES. Mais tarde, foi-me confirmado que tinha sido uma decisão tomada. Aliás, como lhe digo, o meu *e-mail* — do qual, sinceramente, já não me recordava, recordava-me do assunto mas não do conteúdo exato dos *e-mails* — teve como destinatários o presidente da comissão executiva, o administrador do pelouro, os membros das comissões de auditoria dos dois órgãos, porque se havia uma ultrapassagem do risco de concentração dentro do BES, também havia uma ultrapassagem do risco de concentração dentro da ESFG, até porque os capitais próprios da Financial eram inferiores.

Portanto, informei toda a gente e o que me disseram foi: é verdade, houve essa decisão. Mas, como diz a expressão popular, «eu não fui tido nem achado» nessa decisão e só soube dela *a posteriori*, depois de a ter detetado nos grandes riscos.

Se alguém dentro do banco, para além da comissão executiva, sabia dessa decisão, não sei, não consigo explicar.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E as restantes dificuldades relativamente à informação, à identificação de devedores ao BESA, às garantias, etc., a deficiente qualidade de informação prestada pelo BESA, isso nunca se resolveu?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Repare, mesmo nessa troca de *e-mails*, a certa altura, acho que é referido que a legislação angolana não permite essa informação. Claro que eu, como responsável pelo risco, sou coscuvilheiro e gostaria de a ter, mas não foi possível aceder a essa informação.

E, repare, há outra coisa que importa referir a esse nível. O BES Angola nem sequer é uma sucursal do banco; é uma entidade de pleno direito angolana, em que o BES tinha sócios — e sócios que detinham quase 50%. O BES Angola tinha um conselho de administração, uma comissão executiva, tinha auditores externos, tinha um banco supervisor, o BNA, que o Banco de Portugal até reconhece como de idêntica qualidade de supervisão; e, depois, tinha a informação, que, para mim, também era muito importante, dos rácios prudenciais.

O que é que eu quero dizer com isto? Se, por acaso, tal como aconteceu no risco de concentração, eu tivesse detetado alguma vez na constituição de provisões, leia-se «imparidades», no crédito vencido, algo que me fizesse «soar as campainhas» — e desculpe, mais uma vez, a expressão —, eu teria atuado exatamente como atuei com o risco de concentração.

O certo é que, durante todos esses anos, todos esses indicadores, que são os indicadores fundamentais, mantinham-se todos a um nível muitíssimo baixo. Eles eram apresentados — inclusivamente, num comité de risco, onde

estava toda a comissão executiva do BES — agregados obviamente e eram sempre baixos, como, aliás, eram apresentados os das outras entidades.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não quero insistir, mas quero perceber se as dificuldades de acesso à informação sobre a carteira do BESA e em conseguir que Álvaro Sobrinho comunicasse e fornecesse informação ao BES se deviam apenas a um problema de legislação angolana, que protege, relativamente ao segredo bancário, as entidades bancárias, ou era mesmo um problema de atuação de quem geria o banco em Angola e de atuação do banco em Angola?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, estive duas ou três vezes com o Dr. Álvaro Sobrinho em ocasiões, direi, sociais. Repito, estive com ele duas ou três vezes e nunca notei propriamente que houvesse uma não vontade de dar essa informação. A questão que era sempre apresentada e que era aceite, também, pela comissão executiva e pelo conselho de administração do banco foi sempre essa.

Às vezes, há algumas palavras que se dizem acaloradamente, mas sou, creio eu, uma pessoa serena — mas isto é uma, talvez, imodéstia da minha parte —, cinjo-me diretamente às questões e aos factos e, portanto, aquilo que queria saber, naquele caso, foi-me explicado, foi esclarecido. O Banco de Portugal ficou perfeitamente, tanto quanto julgo saber, porque nunca mais tive notícias em contrário, esclarecido e, portanto, acabei por ficar por ali.

Mas posso garantir-lhe, embora a Sr.<sup>a</sup> Deputada me possa dizer «isso está o senhor a dizer agora», que se eu tivesse visto os rácios de imparidade ou de crédito vencido, no seu global, a subir, teria perguntado na mesma.

É evidente que isso é perfeitamente subjetivo e compreendo que me responda dessa maneira.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Em relação à exposição do BES ao BESA, acompanhou esse processo? Como é que explica o aumento do crédito concedido pelo BES ao BESA?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Essa exposição, se eu estiver equivocado, a Sr.<sup>a</sup> Deputada corrigir-me-á, a que, creio, a Sr.<sup>a</sup> Deputada se está a referir respeita à linha interbancária entre o Banco Espírito Santo e o BESA. Confirma?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sim.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Pronto, é só para termos a certeza de que estamos a falar da mesma coisa.

Essas linhas interbancárias entre empresas que consolidavam nunca foram objeto de análise por parte do departamento de risco global, nem alguma vez nos foi pedida alguma opinião ou intervenção. E, uma vez que elas consolidaram depois, na prática, no processo todo de consolidação, essa operação desapareceu, digamos assim.

Não acompanhei, cronologicamente... O que posso dizer é que deve ter havido ali alguma, pelo menos em parte, simultaneidade com alguma subscrição de dívida angolana — e estou a dizer isso referindo-me àquela questão de que lhe falei há pouco —, mas tudo o resto não passou por ninguém do departamento de risco global.

Portanto, não tive qualquer intervenção, nem ninguém do meu departamento — aliás, se alguém do meu departamento tivesse, a responsabilidade era totalmente minha, obviamente.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Faço-lhe uma última pergunta relativamente a isto. Uma vez que a exposição interbancária ao BESA não



passou pelo risco global, mas, ainda assim, houve uma exposição do BES ao BESA, quer dizer que também houve uma exposição do BES aos clientes do BESA necessariamente, até do ponto de vista consolidado, houve sempre uma exposição do BESA relativamente aos seus clientes.

Acha um bom procedimento, e normal, haver um investimento de 1500 milhões de dólares em dívida pública sem ser consultado o responsável pelo risco global? E haver créditos? Esta é uma pergunta.

A segunda pergunta é a seguinte: acha normal haver créditos sem garantias, sem contratos, sem assinaturas? Quando é que se apercebeu da existência de todo este tipo de práticas no BESA?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — São duas questões, se bem tomei nota.

A questão que refere de crédito sem garantias ou mal formalizados, aparentemente, é muito posterior à minha saída inclusivamente do DRG, etc., mas posso assegurar-lhe que, tanto quanto julgo saber, porque falava com os meus colegas, não era também do nosso conhecimento. Não sei, não conheço detalhes nenhuns relativamente a esse assunto.

Quanto à primeira pergunta, não quero ser indelicado e peço-lhe toda a compreensão, não é isso que pretendo ser consigo, nem com os seus ilustres colegas, mas a comissão executiva do Banco Espírito Santo perguntava-me aquilo que devia perguntar.

Estavam ao corrente da situação, nunca estiveram desinformados, sempre tiveram perfeito conhecimento de que essa situação existia e, mais uma vez, os rácios de sinistralidade do BESA eram muito baixos. Portanto, a ligação, que percebo e, atenção, que compreendo perfeitamente e acho pertinente a sua ligação, faria sentido a partir do momento em que houvesse indícios de que a carteira de crédito do BES Angola tinha problemas.

Recordo, já agora, para a *petite histoire*, que, em 2012, foi enviado pelo BESA ao BES um exercício de *stress test* idêntico, de alguma maneira,

àquilo que na Europa e nos Estados Unidos se faz, em que o BESA aparecia com uma situação perfeitamente, até direi, acima da média. Portanto, a esse nível, ele não tinha efetivamente rigorosamente nenhum indício de que houvesse problemas nessa carteira de crédito.

Já agora, vou apresentar aqui mais um pormenor. No desempenho das minhas funções e a partir de 2004, vamos ver se não me engano no ano, tive contactos frequentes com os auditores externos do banco, relativamente, sobretudo, ao risco de crédito, à carteira de crédito do Grupo BES. Não discutia só a carteira do risco de crédito em Portugal, discutia, por exemplo, a do BES Investimento, a de Nova Iorque, a de Londres, a de Espanha, etc., e nunca me foi colocada nenhuma dúvida sobre a qualidade do risco de crédito do BES Angola.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Queria mudar um pouco de assunto e passar para a Espírito Santo Financial Group e para o GES.

Em 2011, a exposição da Espírito Santo Financial Group a partes relacionadas era de 4000 milhões de euros, passou para 2700 em 2012 e para 1000 milhões em setembro de 2013, na altura do ETRICC.

Queria voltar a 2011 para perguntar o que é que foi feito para controlar esta exposição, que explicação é que foi dada e por que é que existia esta exposição tão grande da Financial Group a partes relacionadas.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, peço imensa desculpa, provavelmente está a ver um documento que será, com certeza, fiável. Não ponho, de maneira nenhuma, isso em causa, mas, contrariamente ao outro assunto do risco de concentração sobre Angola, eu acompanhava os riscos de concentração sobre o GES e, nesse aspeto, houve, efetivamente, alguns excessos ao limite dos grandes riscos que foram, depois, corrigidos, mas que

nunca atingiram esses montantes. Isto porque 4000 milhões, deve ser o dobro, talvez, do limite de grandes riscos.

Não sei, efetivamente, se era com partes relacionadas, porque uma coisa é a concentração ao GES, ou seja, fora do perímetro da Espírito Santo Financial Group qual é a exposição ao GES e essa exposição, repito — peço imensa desculpa, mas tenho de me salvaguardar apenas nesse ponto —, tanto quanto é do meu conhecimento, nunca atingiu um montante tal que obrigasse a uma ultrapassagem do limite dos grandes riscos dessa natureza.

Não sei se no montante que está a referir de relações com partes relacionadas, penso que foi isso que referiu, não está também a somar aquilo que também entra dentro do perímetro de consolidação do próprio Espírito Santo Financial Group.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É possível!

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — E, se estamos aí, mais uma vez voltamos à questão: essa parte é isenta, depois, para os grandes riscos, não entra no risco de concentração, porque, por definição, ela está imediatamente consolidada na ESFG.

Acho que o BES nunca esteve, não queria dizer a palavra «nunca», mas se esteve foi por pequenos montantes e por pequeníssimos períodos. A ESFG esteve algum tempo com montantes mais significativos, mas eram da ordem dos 200 ou dos 250 milhões de euros, talvez, de excesso, não poderiam ser nunca 4000 milhões de euros.

Repare, o banco tinha quase 5000 milhões de euros antes dos aumentos de capital — está a falar-me de 2011, não é? —,...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sim!

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — ... tinha cerca de 5000 milhões, então isso era quase 100% do capital social do banco. Não estou a compreender como é que alguém poderia chegar a esses montantes.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Estou a referir o que era dado como exposição a partes relacionadas no próprio Relatório e Contas da Espírito Santo Financial Group e se isso inclui parte financeira e parte não financeira, não tenho como saber agora, mas vou já confirmar isso.

Mas a verdade é que havia 4000 milhões de exposição ao próprio Grupo, não sei se tem dados sobre isto, mas, se tiver, talvez nos pudesse descrever para conseguirmos perceber o que é que daqui era financeiro e não financeiro, porque esta distinção, depois, também fica um bocadinho mais complicada para a frente, mas lá chegaremos.

Não tem dados concretos sobre isto?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — O dado concreto que dou é que nunca me apercebi de uma ultrapassagem de montantes dessa natureza de quem fazia os relatórios ao nível do BES que, depois eram passados para a Financial e a Financial transmitia. Nunca me apercebi de montantes dessa natureza.

No conceito de grandes riscos de exposição ao GES, lembro-me, perfeitamente, de haver períodos em que houve alguma ultrapassagem dos montantes de grandes riscos, mas por montantes muito inferiores a esse de que está a falar. Como lhe digo, isso era quase todo o capital do banco. Isso era 100% e o limite na altura era, penso eu, 25% dos capitais próprios. Portanto, chegar a quatro vezes esse montante não me parece que fosse possível passar-me ao lado.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Nesses períodos em que o limite foi ultrapassado foi comunicado ao Banco de Portugal?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Com certeza e, como o grosso da coluna vinha do BES, eu também acompanhava essa parte.

O procedimento era o seguinte: era comunicado através de mapas e os do BES subconsolidados eram preparados no departamento que eu dirigia e, depois, eram transmitidos à ESFG, que consolidava o resto da informação e transmitia os mapas ao Banco de Portugal.

Se houvesse uma ultrapassagem do risco de concentração, tinha de ser explicado e tinha de ser apresentado um plano de curto prazo de ultrapassagem.

Aliás, podia haver duas situações, e penso que ambas foram aplicadas: ou Banco de Portugal entendia que o prazo, o montante e a explicação eram aceitáveis e esperava pela regularização da situação; ou havia uma penalização fortíssima. Sabe porquê? Porque o limite da ultrapassagem era abatido aos fundos próprios da ESFG ou do BES, onde quer que fosse essa ultrapassagem, e ponderado por um ponderador de 1,33. Ou seja, os capitais próprios do banco ficavam substancialmente reduzidos e isso levava-nos a ter rácios de solvabilidade, *Core Tier 1*, etc., mais baixos. Nem me lembrei disso há pouco, se fosse 4000 milhões... Se esses 2700 milhões de ultrapassagens fossem abatidos, multiplicados por 1,33, o banco tinha deixado de ter capitais próprios.

Mas foram sempre estritamente controlados... Aliás, o departamento de risco global era talvez o que tinha um diálogo mais permanente com o Banco de Portugal, mesmo antes de haver uma equipa, e até depois disso, em *full-time* a trabalhar nas instalações do banco, que tinha acesso a toda a documentação, como atas, sistemas informáticos e, obviamente, estabelecia

contactos com os diferentes departamentos. Portanto, o contacto sempre foi muito fluído.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Estou, neste momento, a ver a lista da exposição da Espírito Santo Financial Group a partes relacionadas.

O que há de financeiro é 1400 milhões, na forma de empréstimo, da Espírito Santo Financial Group à BES Vida — Companhia de Seguros, o que já é de si bastante avultado.

Mas o grosso está num empréstimo de quase 900 milhões à ESI, que sobe para 1000 milhões em 2012, um empréstimo de 722 milhões à Espírito Santo Resources — e gostaria de saber como é que foi avaliado este último empréstimo e como é que foram feitas análises de risco à Espírito Santo Resources para haver uma exposição deste tamanho, uma vez que o que sabemos é que não era uma empresa particularmente saudável — e, depois, há empréstimos à Ascendi, à Aenor, a empresas de construção, à ES Irmãos, que é a *holding* de topo, com 99 milhões... Portanto, o que temos aqui é uma exposição, só em *holdings* de topo do Grupo, de quase 2000 milhões.

Faz parte do papel da Espírito Santo Financial Group, enquanto entidade financeira que gere o maior ativo, que é o BES, andar a financiar *holdings* de topo do Grupo? Por que é que isto é feito e como?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada referiu a Ascendi...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — A Ascendi é a empresa das concessões, muito conhecida por outros motivos.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — É a antiga Aenor!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sim, é a antiga Aenor.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Eu sei, eu sei.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — A Aenor também cá está! Estão as duas, aliás.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Como?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — A Aenor também está nesta lista e consta que tem um empréstimo de 247 milhões.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Bom, então se começarmos a reduzir todos esses empréstimos — não me esqueci da segunda questão que me colocou, Sr.<sup>a</sup> Deputada —, chegamos, efetivamente, a um valor muitíssimo inferior, isto se tirarmos a BES Vida, a Ascendi... E por que é que tem de se tirar a Ascendi? A Ascendi é uma parte relacionada... Francamente, creio que parte relacionada é acima de 20% de participação no capital social, o que não quer dizer que ela faça parte do grupo económico GES. A Ascendi não faz parte do GES, é uma participada em que a participação deve ser de 20% ou 25%, não me recordo.

Portanto, ela entra como parte relacionada, evidentemente, porque o conceito contabilístico é esse, mas não entra para o conceito dos grandes riscos. Aliás, recordo-me perfeitamente que o Grupo Mota-Engil, esse, sim, tinha obviamente incluída a Ascendi, a Aenor e todas as outras concessões de que está a falar.

Repito: é necessário olhar para essa lista e ver, efetivamente, quais é que são as entidades, porque elas estão nos mapas. Lamento, mas não tenho aqui os mapas de grandes riscos dessa altura, mas a Sr.<sup>a</sup> Deputada já me fez

o favor de dar pistas suficientes para ver que há várias rubricas, vários itens que não entram para o risco de concentração.

Relativamente a este tema, penso que já respondi.

Quanto à segunda questão que me colocou, sobre os empréstimos à ESI e à Resources, queria dizer-lhe que eles foram avaliados e foram sempre considerados, sem imparidade nenhuma, em todos os exercícios pelos auditores externos, porque estavam devidamente colateralizados por ações da Rioforte. Havia penhores que estavam dados às entidades, creio que à ESFIL e ao ES Bank Panamá, mas estou sujeito a correção, estou a falar de cor...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Peço desculpa, por interrompê-lo.

Os empréstimos da Espírito Santo Financial Group à ESI estavam colateralizados por ações ES Panamá e ESFIL. É isso?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Não, não. Peço desculpa, provavelmente fui eu que a induzi em erro. O que eu pretendia dizer era que as entidades que concediam os empréstimos, dentro do perímetro da ESFG, ao GES eram não o Banco Espírito Santo, que tinha uma parte perfeitamente residual, mas empresas operacionais com atividade sobretudo em Portugal que estavam no chamado «perímetro Rioforte».

As entidades, dentro do perímetro da ESFG, que concediam créditos ao GES, nomeadamente à ESI e à Resources, eram o ES Panamá e a ESFIL. E esses empréstimos concedidos pela ESFIL e pelo ES Bank of Panamá à ESI e à Espírito Santo Resources estavam devidamente colateralizados pelo penhor de 100% de ações da Rioforte. Depois, também havia outras entidades: um imóvel em Miami e mais outras pequenas contribuições, das quais, sinceramente, neste momento, não me recordo.



Tanto assim é que todos os pareceres dos auditores externos da KPMG sobre a ESFG nunca referiram a necessidade de qualquer imparidade para esta exposição direta. Creio, inclusivamente, que isso foi aqui referido, nesta Comissão de Inquérito, pela própria KPMG.

Mesmo em 31 de dezembro de 2013, havia 1300 milhões de euros de exposição que se encontrava coberta por ações da Rioforte recebidas em colateral e por garantias adicionais, permitindo concluir por uma adequada colateralização.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Em 2013, estavam colateralizadas, mas o problema é que em 31 de dezembro de 2011, no próprio relatório da Espírito Santo Financial Group, a ESFG emprestou à ESI 895,881 milhões de euros, mas na rubrica das garantias não aparece nada.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Não lhe consigo explicar, neste momento, sinceramente. Estou a lembrar-me que, em 2013, a situação...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Em 2012, também não. Não há nada nas garantias. Há outros na Ascendi e há ainda outros que têm alguma coisa na rubrica das garantias, mas, tanto os empréstimos à ESI, como à Espírito Santo Resources, em 2012 e em 2011, não têm garantias registadas.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não a consigo esclarecer neste momento.

Sei que este penhor não foi feito em 2013 e tenho a certeza absoluta disso. Não sei se houve um erro de transcrição ou qualquer coisa... Não lhe posso dizer exatamente neste momento — não tenho aqui os dados

suficientes — as datas em que foram feitos esses penhores, mas os penhores existiam.

Repare: mesmo para trás, de alguma forma, nunca tive nota de nenhuma provisão ou, sequer, fui questionado pela concessão desses créditos.

A ideia que eu tenho, que pode, eventualmente, com o tempo que entretanto passou, necessitar de alguma correção, é que houve uma colateralização.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas pode haver um lapso meu na leitura.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Desculpe, mal e educadamente interrompi-a.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não, eu é que o interrompi.

Só queria dizer que pode ser um lapso meu na leitura e, portanto, pode ser mesmo uma questão de leitura, até porque a ideia de que estes empréstimos estavam colateralizados por ações da Rioforte e dos edifícios em Miami não é nova, já sabíamos isto. Só queria confirmar se as leituras são corretas ou erradas.

Se me diz que tinha a impressão de que tinham um colateral é porque provavelmente tinham. Não estou a pôr isso em causa.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, falando, às vezes, a gente... Não tinha olhado para 2011, por acaso olhei para 2013.

Penso que esses penhores, primeiro, foram constituídos sob a forma de uma promessa de penhor e, depois, foram transformados num penhor real. Portanto, admito, com todo o respeito por esta Comissão, que não me recordo

de todos os pormenores acerca do assunto, mas é possível, tenho uma vaga ideia, que tenha havido um primeiro momento em que foi constituída uma promessa de penhor e, depois, um penhor dessas ações.

O certo — e isso para mim é muito claro — é que essas exposições estavam colateralizadas e nunca mereceram nenhum reparo dos auditores externos, nem internos, nem da minha parte. Obviamente que eu próprio também podia ter levantado alguma dúvida sobre isso.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E, portanto, não é estranho que se use a Espírito Santo Financial Group para financiar em mais de 1000 milhões de euros as *holdings* de topo quando as *holdings* de topo dão como colateral para esses financiamentos outras partes do Grupo?

Na verdade, o propósito era salvar essas outras partes do Grupo que não estavam propriamente muito bem de saúde. Normalmente, o financiamento vem de cima para baixo, não vem de baixo para cima, não é? É um pouco estranho que as *holdings* de topo estejam a sobreviver à custa de financiamento que vem de baixo da Espírito Santo Financial Group. Isso nunca suscitou nenhum tipo de dúvida ou questão?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Vou apelar à minha memória até muito mais atrás da minha entrada no Grupo e da assunção de funções na área de risco.

Penso que desde a altura da reprivatização do Banco Espírito Santo isso terá sido, desde logo, considerado. Portanto, essa exposição já existia ou, por outro, foi logo considerada essa exposição, mas digo isto de ouvir dizer, não quero, por favor, que tome isto de outra forma.

Como digo, respeitar o limite de grande de risco sim e isso, obviamente, era feito e o Banco de Portugal e o DRG também seguia com atenção, assim como seguiu do BES Angola, como viu há pouco. O Banco

de Portugal ou aceitava temporariamente a explicação e não impunha nenhuma sanção, leia-se penalização, através dos rácios de capital, ou, se a situação demorava mais tempo a resolver, ia reduzindo ao capital, o que, confesso-lhe, é um forte incentivo a que os excessos sejam corrigidos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Quero voltar a este tema, mas mais tarde, porque não quero deixar de ir a um outro assunto.

No dia 5 de novembro de 2013 esteve reunido com Ricardo Salgado, José Castella, Martins Pereira e Machado da Cruz? Esta reunião existiu? Esteve lá?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Se me permite, vamos distinguir várias coisas, até porque acabo por conhecer esse relato pela imprensa: eu, por razões várias, tenho muitas dúvidas que essa reunião tenha sido dia 5, nomeadamente devido à ausência de Portugal de um dos intervenientes, creio eu, nessa data.

Portanto, eu, pessoalmente, tenho muitas dúvidas que tenha sido dia 5, mas também não é importante que tenha sido dia 5 ou na semana seguinte. Se me pergunta se estive numa reunião com essas quatro pessoas a discutir a situação do aumento de dívida que tinha surgido na ESI, confirmo completamente.

Se pretender saber posso é ir mais atrás e explicar como é que chegámos a essa reunião, vai é demorar um bocadinho, se tiverem paciência.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Em 2013, à semelhança do que tinha sido feito em 2011 e 2012 e dentro do programa de assistência financeira, o Banco de Portugal efetuou exercícios de análise de revisão da qualidade das

carteiras de crédito dos principais bancos portugueses e, obviamente, era o Banco de Portugal que seleccionava quais eram os clientes e, portanto, nós conformávamo-nos a essa solicitação.

Eu acompanhei profundamente, aliás, era eu o responsável, juntamente com o Dr. Joaquim Goes, que estava disponível e me prestava grande apoio nessa matéria, da área de risco, porque era diretor do DRG e, esta, de alguma forma, serviu de *interface* com as equipas do Banco de Portugal e da Ernst & Young, se a memória não me traiçoa, em ambos os anos, em 2011 e 2012, nessas revisões da carteira de crédito.

Em 2013, antes do verão, houve uma outra revisão em que eu já não era diretor do DRG e, portanto, já não acompanhei de perto, fui sabendo, obviamente, e em finais de setembro o Banco de Portugal lançou uma quarta revisão dirigida a 12 grupos económicos portugueses e estrangeiros, porque havia alguns grupos estrangeiros aos quais, de alguma maneira, o Banco de Portugal considerou que a análise não podia ser feita banco a banco, mas, sim, para a totalidade do sistema bancário como um todo, digamos assim.

Nos outros 11 grupos económicos, eu não intervim, mas a comissão executiva do GES pediu-me para, no caso do GES, ser eu a servir de *interface* e, na prática, ajudar o DRG a fazer esse *interface*.

A razão é fácil de explicar, não tem nada de estranho, e eu não achei nada de estranho na altura: primeiro, contrariamente aos outros grupos económicos que o banco tinha, que estavam localizados numa área comercial e numa entidade bancária propriamente dita, em que era fácil de recolher os dados, neste caso concreto havia uma exposição sob várias jurisdições, vários países, várias entidades bancárias. Aliás, mesmo dentro do Banco Espírito Santo, as entidades operacionais do GES não eram acompanhadas todas pelo mesmo departamento comercial mas, sim, por sectores, ou seja, a Espírito Santo Saúde acompanhava o sector da saúde, a empresa de construção Opway acompanhava as obras públicas, o sector da energia era

acompanhado pelas energias, as viagens e os hotéis eram acompanhadas pelo turismo, porque havia dentro das grandes empresas do BESA especializações sectoriais.

Portanto, foi-me pedido pela comissão executiva do Banco que fizesse algum trabalho de coordenação, auxiliando também o DRG nessa matéria, o que fiz de bom gosto, obviamente, e que fizesse a coordenação dessas equipas que estavam espalhadas e desse material que estava bastante disperso.

Então, convoquei, já com esse mandato, digamos assim, uma reunião de *kick-off* para o dia 28 de outubro — lembro-me bem desta data, porque já tive de a repetir noutros fóruns e fui verificar. Convoquei a área da Rioforte na pessoa do seu CFO (*chief financial officer*), o Dr. Gonçalo Cadete, que vinha acompanhado de um colega do qual, sem pretender ofender ninguém, não me recordo exatamente quem era, e convoquei, também, o Dr. José Castella para toda a parte que não fosse representada pela ESI e esteve comigo a Dr.<sup>a</sup> Ana Saraiva da minha equipa, que vinha do DRG, eu já a conhecia há muitos anos, era uma pessoa muito experiente e acompanhou-me nesta reunião para coordenarmos este trabalho.

Peço desculpa por me estar a alongar, mas penso ser relevante, no entanto se o Sr. Presidente entender que estou a abusar refreie-me e eu conter-me-ei, mas, seguidamente, passo a ser mais rápido.

O Sr. **Presidente**: — Não, faça favor.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — É preciso ver que estes exercícios, quer os do ETRICC quer os anteriores, para o Banco de Portugal, que eu lhe referi, em 2011 e 2012 e, também, em 2013, não são exercícios de balanços, são exercícios de *cash-flows* que têm um trabalho técnico totalmente diferente de uma análise estática de balanços.

Então, do que é que precisamos para fazer esse exercício? Bom, para o GES fez-se exatamente aquilo que se fazia para qualquer outra empresa, sendo que a única diferença seja, talvez, dada complexidade do próprio Grupo, mas mais nada.

Então, quais são os elementos que necessitamos para fazer este exercício? Este exercício é feito pela empresa, mas, depois, é sujeito à análise crítica do banco. Portanto, a empresa, obviamente, apresenta as suas informações e, depois, o banco faz uma análise crítica aos mesmos.

Os dois elementos fundamentais para construir este exercício são: primeiro, os ativos que geram *cash-flows* ao longo de um período de, pelo menos, cinco anos e, em casos de maior dimensão — e este era claramente um desses casos —, até 10 anos, e foi este último período que foi escolhido, até 2023, e, por isso, necessitamos de saber as projeções ativo a ativo e identificar e verificar; e, depois, contrastar essa evolução dos *cash-flows* gerados ao longo do tempo por esses ativos com a dívida que esses ativos têm subjacente e cuja geração de *cash-flows* pelos ativos vai servir para o serviço da dívida, ou seja, para pagar juros e capital.

Depois, dentro desse trabalho é feito um exercício onde se procura ver se, durante os 10 anos, não há um momento em que realmente o serviço da dívida, leia-se, capital e juros, é superior à caixa que, na prática, existe disponível para liquidar esses encargos.

Essa explicação foi dada, tenho de dizer que eu tinha alguma noção que cada uma das entidades da Rioforte teria *business plans* organizados, até por causa do sector de atividade que eram substancialmente diferentes, e seriam bastante heterogéneos e, portanto, pedi que, dentro de uma espécie de *template*, de um modelo, que me fossem fornecidas essas projeções de *cash-flows*, com alguma não direi queixa, mas com algum protesto relativamente ao facto de este trabalho estar a ser pedido, ainda por cima para um período muito curto — aliás, creio que a data de entrega seria daí a 15 dias, mais

coisa menos coisa, por volta de meados de novembro, mas eles ficaram de fazer esse trabalho e de enviá-lo.

Do lado da ESI, eu pedi ao Dr. José Castella, que estava acompanhado pelo Dr. Francisco Machado da Cruz, e confesso que não me recordo se, nessa altura, eu sabia se o Dr. Francisco Machado da Cruz estaria ou não... Não me recordo, posso ter sido informado, ou não, mas a ideia que tenho é que falei como o Dr. José Castella para estar presente nessa reunião.

Nessa reunião, virei-me para eles — aliás, a maior parte da reunião, a primeira parte, foi sobre os *cash-flows*, etc., e a segunda foi sobre a dívida — e o pedido foi simples: a data de referência do exercício era de 30 de setembro de 2013 e eu precisava da dívida, mas precisava da dívida com detalhe. Porquê? Porque precisava de perceber as maturidades, precisava de perceber as taxas de juro que estavam envolvidas, precisava de perceber as moedas em que estavam denominadas todas as responsabilidades para poder construir depois, digamos assim, o serviço da dívida.

Portanto, nem sequer me bastava um número, precisava desse detalhe todo.

Recordo-me que houve uma pergunta, como é normal: mas para que é que precisa disso? Aliás, até foi a minha colega que se adiantou e mostrou um exemplo que levava, sem nome, penso eu, apócrifo, e disse: porque isto é assim que se faz, o que fazemos é assim. Temos aqui os *cash-flows*, chegamos aos *cash-flows* acumulados, em cada ano, e temos o serviço da dívida, depois, ao longo do período de 10 anos, verificamos se há efetivamente algum *gap* ou não entre a caixa disponível e os encargos da dívida que são necessários. Ora, isso abrangia todo o tipo de dívida financeiro, ou seja, abrangia obrigações, *bonds*, *notes*, crédito direto, enfim, tudo o que fosse um passivo financeiro ou que constituísse uma responsabilidade de desembolso de caixa.



Isso passou, não teve mais comentários. Foi feita essa pergunta, foi explicado e não teve mais nenhum comentário. Durante essa semana, a minha preocupação fundamental consistiu na análise do material que me iria sendo enviado.

*Pausa.*

Peço desculpa por esta interrupção, mas posso garantir-vos que ontem estava muito pior, quando falei com os serviços da Assembleia, porque quase não se percebia nada do que eu dizia ao telefone.

Continuando e tentando sintetizar mais, direi que a parte dos *cash-flows* foi vindo, até rapidamente, mas a dívida não me era entregue, não me foi disponibilizada na altura.

Nos primeiros dias, isso não era, para mim, uma preocupação fundamental, pois, como disse, normalmente, em qualquer empresa, a dívida é das coisas mais objetivas e mais fáceis de obter. Estávamos em outubro, princípios de novembro, e estávamos a falar da dívida de setembro, pelo que não havia razão nenhuma para não ser possível ser-me fornecido o que eu estava a pedir.

Admito que no final dessa semana, que começou a 28, e no princípio da semana seguinte, comecei a insistir, porque, curiosamente, a parte que eu julgava mais difícil estava a chegar-me mais rapidamente e a parte que eu entendia ser mais fácil estava a demorar bastante mais tempo a chegar.

Insisti verbalmente, primeiro, insisti, depois, telefonicamente, pedia à minha equipa para insistir, porque as pessoas não estavam ali, ao pé de nós, obviamente, e, a certa altura, pedi mesmo por escrito aquilo que tinha transmitido verbalmente. Pedi à minha equipa para escrever um *e-mail* nesse sentido.

A certa altura, a resposta deixou-me francamente perplexo, porque foi a de que estariam a analisar a dívida. E posso dar também a minha reação que foi a de me perguntar: estão a analisar a dívida porquê? O passivo financeiro é uma coisa objetiva. Quanto muito, podemos ter dúvidas nos ativos de uma empresa e pode haver várias opiniões, mas o passivo é o passivo, não há que ter dúvidas!

Chegámos, então, a essa data, que não foi o dia 5 de certeza — tenho para mim que não pode ter sido no dia 5 terá sido posteriormente —, e nessa reunião, em que não estava presente o Dr. João Martins Pereira, em que me foi comunicado verbalmente pelo Dr. José Castella e pelo Dr. Francisco Machado da Cruz que a dívida era muito superior a 30 de setembro de 2013. Relativamente aos únicos dados financeiros que eu conhecia da ESI — a questão estava na ESI e eu conhecia o relatório e contas da ESI — havia uma diferença, um aumento muito significativo de dívida.

Nessa altura, como é óbvio, pedi que me explicassem qual era a origem dessa situação. Não me recordo, sinceramente, se me foi dado logo o montante, creio que foi mais qualitativo, mas é possível que alguém tenha avançado o *delta* relativamente a 2012. Mas a resposta que obtive foi que não estariam em condições de me dar essa explicação, teria de ser o Dr. Ricardo Salgado a dá-la e, nessa altura, eu disse: se é preciso ser o Dr. Ricardo Salgado, com certeza.

Não me recordo, mais uma vez, se fui eu, o meu secretariado, a marcar, é possível que tenha sido o secretariado do Dr. José Castella a marcar, não me recordo; o certo é que houve, pelo menos, duas reuniões onde não estive presente o Dr. José Castella e onde estive presente o Dr. Ricardo Salgado... peço desculpa, onde não estive presente o Dr. João Martins Pereira. Peço imensa desculpa!

Vou repetir: estavam presentes o Dr. Francisco Machado da Cruz, o Dr. José Castella, eu próprio e o D. Ricardo Salgado. E a explicação do aparecimento do Dr. Ricardo Salgado é esta que estou a referir.

Nós já estávamos na sala quando chegou o Dr. Ricardo Salgado, que perguntou, mais ou menos, o que é que se passava e eu disse: «Eu é que estou a perguntar o que é que se passa, porque tenho esta informação, mas remeteram-me para si».

A seguir, a reunião tornou-se bastante confusa, aliás, as duas reuniões, pelo menos, que me lembre, tornaram-se bastante confusas, porque poderia ter havido um erro, poderia ter havido empresas que não deviam ser consolidadas e que estavam a ser consolidadas, ou que não estavam a ser consolidadas antes e que, agora, estavam a ser consolidadas. Confesso que não entendi exatamente várias das explicações, até porque as explicações eram extremamente circulares, à volta do mesmo, e não permitiam nenhuma explicação.

Aqui quero fazer um parêntesis, dizendo que a minha preocupação, porque eu estava a trabalhar com a dívida — eu não estava a trabalhar com contas, alguém se iria ocupar das contas, dos balanços —, era a de que eu e a minha equipa precisávamos, claramente, nem que fosse declarativamente, isto porque com aquela diferença, como é óbvio, teria de haver imediatamente uma auditoria ao que se tinha passado, nem me passava pela cabeça que não houvesse, que a empresa se responsabilizasse pela dívida que eu iria utilizar no ETRICC. Este era o ponto essencial que me faltava naquele momento. Dos ativos nunca precisei de nada, porque os ativos eram os que já me tinham dado. Eu precisava de perceber isto.

Relativamente às contas, falou-se muito de consolidação, falou-se muito de erros, falou-se de muita coisa, mas eu não fiquei esclarecido.

A seguir, e já estou na reunião de 12 — peço desculpa se me alonguei, mas isto tem algum...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Dia 12 de que mês?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Não sei se é 12 do três...

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Não, 12 do 11!

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Eu não sei se é de 12 de novembro, o Sr. Deputado é que falou há pouco em 12.

O Sr. **Presidente**: — Mas diga da sua memória.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Eu não tenho presente. Sei que foi naquela semana e que a primeira data de entrega do exercício — eu estava muito preocupado com isso — seria a 14 ou a 15, mas, depois, foi adiada por mais uma semana pelo Banco de Portugal. Portanto, admito que tenha sido nessa semana, não tenho memória, sinceramente, mas admito perfeitamente que tenha sido nessa semana.

Nessa reunião, estava eu, o Dr. José Castella e o Dr. José Maria Ricciardi... Peço desculpa, estava eu, o Dr. José Castella e o Dr. Francisco Machado da Cruz — peço imensa desculpa ao Dr. José Maria Ricciardi pelo lapso, porque nunca estive nestas reuniões.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — O João Martins Pereira não estava?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Entrou com o Dr. Ricardo Salgado. Eu não sabia que ele ia entrar e, já agora, a propósito, ele mesmo também não sabia. Depois da reunião, ficámos a falar e ele disse-me que também não

sabia que iria estar comigo. Conheço o Dr. João Martins Pereira há muito tempo e ele não sabia sequer que a reunião era comigo.

Como eu dizia, eles entraram e fez-se outra vez um recapitulativo de todas aquelas elucubrações — consolidação, não consolidação... Já não me recordo se foi nessa ocasião ou se terá sido antes que diziam que podia haver ativos não contabilizados noutras empresas. Não sei!

Mas, atenção, e este ponto é extremamente importante e por isso é que descrevi o processo do ETRICC: o ETRICC é trabalhado não a partir de balanços mas a partir de ativos devidamente validados, avaliados e não com os montantes que estão nos balanços das empresas. Do outro lado eu precisava da dívida e quanto à dívida já expliquei a minha dificuldade, tendo mantido, obviamente, a posição que tinha tido antes.

A dívida tem de ser a dívida que a ESI, o cliente, entende, porque, neste momento, não há hipótese de fazer uma auditoria e, certamente, seguir-se-á uma auditoria, e, com os dados dessa dívida, repito, a título declarativo, a minha função, que era concluir o ETRICC e tentar cumprir os prazos com o Banco de Portugal, seria atingível.

A partir daqui e quanto a essa reunião, não sei de que questões me querem falar.

Peço desculpa, mas essa reunião teve esta história...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — A dívida que registou no ETRICC é já contando com o buraco ou sem contar com o buraco?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Não sei a que é que a Sr.<sup>a</sup> Deputada se refere.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — No âmbito do ETRICC, queria saber qual era dívida do Grupo para depois fazer o cálculo relativamente aos

*cash-flows* que provinham dos ativos para saber se podia fazer face ao serviço da dívida e para isso precisava de saber o montante total da dívida e o Sr. Doutor descobriu que esse montante era bem superior ao que estava registado nas contas.

Pergunto: no final deste exercício, o que registou? O que ficou decidido era o montante total da dívida? Foi esse montante que reportou no âmbito do ETRICC?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — O que a minha equipa reportou, obviamente sob a minha responsabilidade, foi o montante que me foi declarado, que era o total da dívida a 30 de setembro, de 6334 milhões de euros.

Esse foi o montante da dívida e foi-me dado detalhe que permitia verificar, de uma forma aritmética, para as empresas em causa que tinham um suporte, de que não era apenas também um número. Também não me foi dado só um número; foi-me dado um suporte informático com um aspeto minimamente robusto, porque, como já vos tinha dito, para mim, não me servia, apenas, ter a dívida como um todo.

Quanto à questão do buraco, em 30 de setembro isto foi assim e o que posso constatar é um aumento, muito significativo, da ordem de cerca de 2400 milhões de euros, entre o que estava nas contas assinadas e publicadas de 31 de dezembro de 2012 e o montante que me estava a ser apresentado naquela altura. Disto é que tive provas! Que eu saiba, nunca foi feita nenhuma auditoria, nem *a posteriori*, às contas de 31 de dezembro de 2012.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — A minha pergunta é se quando reporta à dívida relativa ao ETRICC, se refere a dívida, incluindo o que tinha sido escondido, ou se deixa essa parte da fora, sendo que já sabia da sua existência.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — A mim não me foi apresentado dessa maneira. Dizem-me que há um erro e que a dívida é aquela. É o que me é dito e foi essa a dívida que apresentei, mas, mais uma vez, de uma forma declarativa, como único suporte, umas dezenas de folhas, linha a linha, *note a note, bond a bond*, linhas de crédito a linhas de crédito, que eu, depois, somei, a minha equipa somou, e chegava, efetivamente, àqueles valores.

Peço desculpa, mas os 6334 milhões não são da ESI, mas do conjunto das *holdings* acima da Rioforte. Portanto, há mais algumas *holdings*, inclui a Resources, inclui a Espírito Santo Industrial, pelo menos. Estas três são as mais relevantes. É o somatório, porque a diferença da outra era de 5,4 ou de 5,7, não tenho aqui presente. Do diferencial recordo-me bem. Entre o que estava nas contas individuais da ESI e o que, depois, me foi dito, a diferença era de 2400 milhões de euros.

O Sr. **Presidente**: — Para terminar, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Continua sem ser claro. Quando faz o reporte da dívida da ESI, e apesar de saber que há um erro materialmente relevante no valor de 1300 milhões, sendo que não há grande explicação para ele, mas há uma hipótese de ser um erro de consolidação ou passivo escondido — seja como for, não está lá e devia estar — não reporta isso, portanto, não entra no montante da dívida quando o passivo é analisado no âmbito do ETRICC. É isso?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Não, não!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É que eu fiquei com outra impressão.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Não se ofenda comigo, por amor de Deus, não quero, de maneira nenhuma, ser indelicado, mas o que foi integrado dentro do ETRICC e que, depois, foi revisto pela Pricewaterhouse, pela KPMG, etc., até pelo próprio Banco de Portugal, foi a dívida total declarada, toda declarada.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, repare...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É só a resposta que eu precisava. É que fico sem raciocínio se, cada vez que faço uma pergunta, as respostas são demasiado longas, porque há uma outra pergunta que gostaria de fazer que diz exatamente respeito a isso e se entender que deve responder em conjunto, responderá em conjunto.

O Sr. **Presidente**: — Mas é para terminar mesmo, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Se a dívida declarada é total e se, no âmbito do ETRICC, teve de verificar ativo a ativo, como é que o Sr. Doutor não percebeu que havia 1300 milhões de ativos que correspondiam à dívida que, de repente, surgiu, que eram falsos?!

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, vou responder-lhe claramente.

Primeiro, vou esclarecer, de uma vez por todas, a questão da dívida que foi reportada. A dívida foi toda aquela que a administração da ESI considerava que era a dívida verdadeira, autêntica, a 30 de setembro, e eu tomei-a, apenas, a título declarativo. Mais tarde, penso que as auditorias, a



Pricewaterhouse, o Banco de Portugal e a KPMG não chegaram a resultados substancialmente diferentes desse. Ao menos, valeu um pouco a pena ter andado a explicar como é o processo do ETRICC. O processo do ETRICC não é com balanços, eu não parto do balanço, aliás, naquela altura, não havia balanços intermédios da ESI, nem a 30 de junho, nem a 30 de setembro.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas os ativos têm de gerar *cash-flow*!

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Claro! Eu só introduzi nos ativos, como era absolutamente inevitável... Repare, posso ser considerado completamente incompetente, é um juízo de valor que cada um fará, mas, quer dizer, durante três anos andei a fazer exercícios desse género, por isso eu sabia que os ativos, em quaisquer situações dessas, seriam validados. Primeiro, obviamente, não inventaria ativos; segundo, sabia perfeitamente que qualquer ativo integrado no ETRICC iria ser todo validado pela Price, pelo Banco de Portugal, por quem quer que fosse, e pela própria KPMG, porque, como é evidente, naquela situação teria de haver uma auditoria da própria KPMG. Portanto, nem me passava pela cabeça...

Não sei se, desta vez, consegui esclarecer ou não a Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Nem por isso, mas espero que os meus colegas sejam capazes de lhe colocar as questões que lhe permita esclarecer-nos.

O Sr. **Presidente**: — É isso que eu ia dizer, as perguntas não se esgotam, porque há mais Srs. Deputados que farão mais perguntas.

Sr. Dr. Carlos Calvário, queria fazer-lhe um apelo no sentido de ser mais sintético, sob pena de nos perdermos nas respostas e isso é mau. Portanto, tem de ser mais direto às perguntas dos Srs. Deputados, por favor.

Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Pedro Saraiva.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Sr. Presidente, saúdo o Sr. Dr. Carlos Calvário, esperando que, com a sua serenidade competente, nos ajude, hoje, a atacar uma raiz do problema que, porventura, está no fundo da questão, a qual acho que ainda não foi totalmente trabalhada e que não é a questão de 1 milhão mas a questão dos 5311 milhões de euros, que é o valor de prejuízos acumulados nas contas consolidadas da ESI a 31 de dezembro de 2013, valor este apurado pela KPMG.

Apelando, até, à circunstância de ter estado seis meses a estudar a ESI, gostava que nos ajudasse a explicar, de uma forma quantificada, se possível, o que é que origina este valor, de onde vem este prejuízo, sendo que, depois, a ocultação de passivo é para ocultar este prejuízo.

Portanto, a raiz está, desde logo, na dimensão do prejuízo. De onde é que ele vem? Quando começa, como evolui ao longo do tempo e como se decompõe nas suas várias vertentes? Isto para nós podemos perceber esta parte do *puzzle*.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Sendo sintético e pedindo já desculpa ao Sr. Presidente por me ter alongado anteriormente, o número não o tenho de cor, mas acredito perfeitamente nesse, não ponho nada disso em causa.

Do que nós pudemos apurar, há um acumular de juros muito significativo. Repare que a própria dívida, ao ser bastante elevada, ela própria gera juros sobre juros. Do lado contrário, há uma ausência de proveitos, ou seja, as atividades, nomeadamente a área financeira, que era a

grande fornecedora, entre aspas, de proveitos para o consolidado, tinha deixado de distribuir dividendos. Portanto, essa é uma parte.

Quero dizer que, enquanto estive na ESI — e não me vou alongar muito, senão levo outra reprimenda —, procurámos fazer uma auditoria forense e chegámos a contactar a própria KPMG e outras entidades para fazer uma auditoria forense ao que se tinha passado na ESI.

Perdoem-me, mas tenho de dizer aqui uma coisa, senão fica-me atravessada: a questão dos 1200 ou dos 1300 milhões de que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua falava há pouco, com todo o respeito, tecnicamente eu nunca vi isso demonstrado. Não sei se é mais ou se é menos. Porquê? Porque tenho um valor que é confirmado, efetivamente, a 31 de dezembro de 2013, pela KPMG, que, obviamente, temo-lo como certo mas não há nenhuma auditoria a 31 de dezembro de 2012. Nós tivemos contactos com a KPMG e com outras entidades no sentido de ser desenvolvida uma auditoria forense que explicasse exatamente a questão que o Sr. Deputado colocou. Aliás, era um bocado mais ampla, as auditorias forenses, como o Sr. Deputado saberá, são mais amplas, e pretendia duas coisas: perceber o que tinha acontecido, responder à questão de quando tinha começado, pois não tenho nenhuma prova do ano em que tivesse sido, e averiguar quem eram os responsáveis pela situação.

Respondendo à questão do Sr. Deputado, identifico claramente o montante acumulado, em todos os anos consecutivos, de encargos financeiros e a ausência de proveitos naturais numa *holding*, que são dividendos, ou vendas, ou mais-valias nas vendas.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Já lá vamos a essa parte da questão. Eu não queria desfocar-me dos 5311 milhões de euros.

Portanto, uma das componentes possíveis seria a parte financeira ESFG. Pelos números que tenho, não é daí que vem o prejuízo. Certo? Confirma? Não era bem isso o prejuízo?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — A ESFG tinha contas auditadas, consolidadas, é uma empresa cotada, pelo que, em boa verdade, não me parece.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Muito bem.

A Rioforte também tem contas consolidadas, auditadas, e, pelos meus cálculos, a contribuir com alguma coisa são 450 milhões de euros de prejuízo acumulado. Confirma que não pode ser mais do que isto?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Com todo o respeito, não confirmo o número, mas se o está a ler... Será os montantes que tiver arrestados para lá, que estiverem refletidos dentro das contas da ESI.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — São os valores para onde estou a olhar na base das minhas folhas de cálculo.

Espírito Santo Resources, qual pode ter sido o contributo para o prejuízo acumulado da ESI?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Aí, entramos numa parte que eu, infelizmente, durante o período em que estive na ESI, assim como os meus colegas, nunca conseguimos averiguar, por isso é que tínhamos pedido.

A Resources e não só a Resources mas uma série de empresas acima da Rioforte até à ESI tinham relações extremamente imbrincadas. Os *intercompany loans*, os empréstimos entre companhias, umas às outras, eram mais do que muitos... Explicações para esses empréstimos, pedimo-las

repetidamente — aliás, a Comissão Executiva da ESI, cujo presidente já aqui estive e era, na altura, o Dr. Manuel Fernando, sabe disso — e nunca nos foram transmitidas.

Por exemplo, tentámos apurar a conta corrente, se assim se quiser chamar, da Resources, porque a ESI tinha um adiantamento muito grande à Resources, e, efetivamente, nunca nos chegou esse histórico detalhado com documentação de suporte.

Tenho de dizer que fui uma vez, durante dois dias, à Suíça e as perguntas foram todas dirigidas ao serviço de contabilidade da ESI, que estava na Suíça. O trabalho foi feito a partir daqui, fizemos todas as perguntas que entendemos, sempre com conhecimento do conselho de administração da ESI, mas, efetivamente, nunca obtivemos...

Mas um dos fatores que complica essa perceção, Sr. Deputado, é exatamente o facto de haver os tais *intercompany loans* cruzados, com *offshore*, com empresas BVI, muitas das quais sem atividade, para as quais não tínhamos suporte nenhum. E tínhamos o *avance* — e estou a falar em *avance*, porque, como eles faziam a contabilidade em francês, aquilo aparecia como *avance* — mas a contrapartida não existia.

Portanto, realmente, a única maneira de perceber isso, e tentámos fazê-lo — poderão confirmar com as pessoas da comissão executiva da ESI a quem nós reportávamos —, ou seja, tentámos fazer a tal auditoria forense que iria permitir dar-lhe uma resposta cabal.

Os fatores que identifiquei foram estes.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Qual a estimativa que faz do contributo do serviço da dívida, sobretudo juros, para este prejuízo?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Sr. Deputado, não me leve a mal, mas, para isso, eu teria de fazer contas. Não me leve a mal, teria mesmo de fazer

contas. Não digo que seja impossível, mas, olhe, é capaz de ser um montante muito significativo. Mas não consigo ser preciso e não queria adiantar um número.

Não sei de quando é que os prejuízos vêm, de quanto é a dívida... Volto a dizer, e isso pode chocar muita gente, isto foi declarativo — aliás, já vi escrito nos jornais que isto começou num ano e acabou num outro e que houve uns montantes, etc., mas eu cinjo-me a factos, evidências e, sobretudo, a documentos que sejam concretos e, para trás de 2013, não tenho nada que me indique isso.

Mas aí já foi um montante considerável e sem a contrapartida de proveitos.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Portanto, teve seis meses a acompanhar a ESI, mas não houve condições para fazer estas contas.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Houve condições para fazermos essas contas — peço desculpa por mal-educadamente estar a interrompê-lo — e houve condições para levantarmos o máximo de informação que foi, depois, entregue. Aliás, isto é apenas até junho — são contas de março, abril e maio, até meados de junho —, porque partir daí estivemos a trabalhar com o Tribunal de Commerce do Luxemburgo, com os peritos do tribunal, para constituir o *dossier* da *gestion contrôlée*.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Mas deixe-me ver se conseguimos perceber esta parte central da questão.

Somando estas várias parcelas tenho muita dificuldade em chegar aos 5300 milhões. Este é que é o ponto! Dou de barato 2500 milhões de euros para juros, pode ser razoável, mais 450 milhões para a Rioforte, mais 850 milhões da Resources, se quiser, e o resto.

Ora, o que eu queria perceber era se a ESI, verdadeiramente, era só uma *holding* não operacional, ou se há aqui prejuízos que têm outras origens, ou operações que a própria ESI desenvolveu, enquanto tal, e que não terão sido herdadas destas três parcelas, que seriam também aquelas que, naturalmente, à partida, poderiam contribuir para este número.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Sr. Deputado, as contas da ESI foram auditadas pela KPMG e penso que os Srs. Deputados terão acesso a elas. Há algumas rubricas de ativos da ESI que foram considerados, que eram necessários e foram considerados ajustados, mas a maior parte...

A ESI, basicamente, o que é que tinha? Tinha participações e depois da operação do princípio de 2014, em que vendeu a ESFG para debaixo da Rioforte, na prática, a ESI detinha a participação na Rioforte que tinha por baixo a própria ESFG. Portanto, ficámos com um esquema que tinha a ESI e a Rioforte, e a Rioforte é que passou a ter os dois ramos: a ESFG e a atividade não financeira.

O que é que tinha mais? Tinha umas contas a receber, mas a maior parte delas foram consideradas incobráveis pelo próprio relatório de auditoria — e chamo-lhe relatório de auditoria, mas aquilo é uma *special limited review*, não é bem uma auditoria e faço esta correção, porque, depois a KPMG diz que faltei à verdade, porque não foi verdadeiramente uma auditoria. Portanto, isso foi anulado e, depois, tinha adiantamentos, os tais *avances*, que eram feitos às outras empresas.

Portanto, nós temos de ir percorrendo empresa a empresa e perceber como e onde é que chegou o dinheiro e o que é que aconteceu em cada uma das empresas. E olhe que são muitas! São muitas, BVI, Cayman, Luxemburgo, obviamente, Portugal, etc. É uma quantidade enorme de empresas e a maior parte delas com essa característica.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Não quero insistir, mas é justamente esse relatório da KPMG que aponta para prejuízos acumulados de 5311 milhões de euros e como, por sua vez, há a consolidação de contas da Rioforte e da ESFG os números continuam a não bater certos. Enfim, por alguma razão será assim!

Mas esse mesmo relatório dá-nos um outro retrato patrimonial curioso da ESI. A ESI tem um capital social de 460 milhões de euros. Certo?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Não ponho em causa, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — E a família Espírito Santo deve à ESI 470 milhões de euros, ou seja, mais do que o seu próprio capital social.

Ora, o que eu queria que nos ajudasse a perceber é desde quando e por que é que a família Espírito Santo tem uma dívida perante a ESI que é superior ao seu próprio capital social.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Vou dividir isto e, com todo o respeito, tenho de explicar aqui duas coisas.

Primeiro, é preciso ver que esse empréstimo tem uma característica interessante, para além daquela que referiu, que é o facto de serem as mesmas pessoas que são administradores de um lado e do outro, que é a de, quando a equipa que integrei tomou conhecimento desse empréstimo, apesar de essa dívida não estar provisionada — o Sr. Deputado tem o relatório da KPMG e eu não tenho, mas tenho a ideia de que essa dívida não está provisionada —, imediatamente comunicámos à comissão executiva da ESI que nunca trabalharíamos, digamos assim, relativamente à Espírito Santo Control.

É que, repare, a situação é a seguinte: é uma empresa que, para além dos prejuízos (e já estava muito endividada), vai endividar-se mais para emprestar à sua casa-mãe. E, tanto quanto julgo saber, mas não sei se,



entretanto, essa dívida foi liquidada, houve uma carta — recordo-me disso — da ESI para a ES Control, em cujo *draft* participei, a pedir o reembolso imediato desse montante. Mas isso era do lado de cá, digamos assim, e isso fez com que, imediatamente, nós próprios tivéssemos dito à comissão executiva da ESI que não trabalharíamos para a ES Control. Aliás, nunca tinha sido assim, inicialmente, mas que nunca faríamos nenhuma *démarches* na ES Control.

E, mais: posso dizer também que os advogados da Elvinger e Hoss também se recusaram a patrocinar a Espírito Santo Control. Não sei se foi por essa razão ou por outra, mas recusaram-se a patrocinar a Espírito Santo Control.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Nunca foi explicado por que é que existia esta situação de uma dívida significativa concedida à própria família?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Bem, a dívida não era à família, a ES Control tem outros acionistas, mas seria o acionista maioritário.

A única explicação que ouvi — não tenho nenhuma prova, nenhuma evidência e vale o que vale, mas ouvi-a — foi a de que, uns anos antes, a Espírito Santo Control teria ela própria um endividamento bancário e teria sido decidido concentrar o endividamento todo na Espírito Santo Internacional e, com esse encaixe, liquidar esse endividamento bancário. Se foi assim ou não, com todo o respeito, não tenho provas de quem disse isso, onde foi dito, etc., mas a única resposta que me foi dada foi esta.

Já agora, não resisto a dizer que esta foi uma das coisas que nos levou a alertar — não quero aqui personalizar, porque os meus colegas fizeram o mesmo — para a gravidade da situação, o que é óbvio.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Voltando às minhas folhas de cálculo, as contas da ESI, pelo menos de 2010, 2011 e 2012 — as formais, as trabalhadas, digamos assim — mostram sistematicamente um resultado líquido muito próximo do zero.

Isto não quer significar que havia desvirtuamento do balanço justamente tendo esse fim em vista, ou seja, não apresentar um prejuízo demasiado notório? Ou seja, um prejuízo de 5 milhões, em 2012, um prejuízo de 23 milhões, em 2011, e um lucro de 10 milhões, em 2010.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Não faço comentários, não sei.

Voltamos outra vez a uma questão, e eu não queria roubar-vos mais tempo, mas, tecnicamente, aquilo que se deveria ter feito e o que tentámos fazer foi uma auditoria forense para cinco anos. Repare: pelo menos, para cinco anos! Só assim é que seria possível apurar, efetivamente, qual era o balanço correto em cada um dos anos, quem tinham sido os responsáveis pelo desvio e, certamente, teria sido possível apurar também as razões, concretamente.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Esperemos pelos resultados da auditoria forense para nos poder ajudar a ir mais longe nesta matéria.

O Sr. Doutor já nos narrou a sua descrição da famosa reunião que foi ou a 5, ou a 12, ou a 18, há versões diferentes sobre a data e sobre o que aconteceu nessa mesma reunião, mas o que eu queria perceber é o que é que se segue a essa reunião.

Está descoberto um buraco de 1300 milhões de euros, que é resolvido até 4 de dezembro de 2013. Portanto, o que pergunto é se alguém interagiu consigo sobre o tipo de tomada de decisão que iria presidir à resolução desse problema.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Correndo o risco de incorrer na ira do Sr. Presidente, repito, não tenho nenhuma indicação se eram 1300 e sobre esse montante nunca me irei pronunciar.

Respondendo à sua segunda questão, o que é que foi feito a seguir, sobre essa posso, efetivamente, pronunciar-me: foi decidido proceder ao ETRICC, com base na dívida declarativa que estava agora a ser reportada e cujo suporte, minimamente, existia, digamos assim, mas que não veio a sofrer grandes desvios nos tempos seguintes; e foi decidido informar o Banco de Portugal e os auditores desta situação.

Do meu lado, concretamente, fiquei com a incumbência do ETRICC que acompanhei até finais de fevereiro. O relatório da Price é de 14 de março e eu fiquei com essa incumbência até 28 de fevereiro.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Deixe-me ver se percebo melhor: estive envolvido no ETRICC para fazer a ponte com o Grupo Espírito Santo, trabalhava na dependência direta do Dr. Ricardo Salgado a essa data, houve uma reunião da comissão executiva do BES de 4 de dezembro de 2013 e a ata refere o seguinte: «O Dr. Ricardo Salgado tomou seguidamente a palavra para referir que no contexto do referido ETRICC em curso foi identificada a necessidade de um ajustamento de 1300 milhões de euros nas contas da ESI referentes a 31 de dezembro de 2012».

Com os anexos 9 e 10 — que, curiosamente, são 8 e 9 — onde apresenta as contas da Resources, de 2012, diz «nunca teve hipótese de conhecer a dimensão do problema identificado nas contas da ESI e o modo como foi ultrapassado, gerando milagrosamente ativos imobiliários nas contas da Resources».

Portanto, em momento algum, o Dr. Ricardo Salgado lhe disse o que é que tinha acontecido na reunião da comissão executiva do banco, a 4 de dezembro, onde alguém terá decidido como resolver o problema.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Pode repetir a última parte, Sr. Deputado, desculpe.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — No fundo, o que queria perceber à luz do que nos transmitiu é quem tomou este tipo de deliberações e como é que elas não lhe foram dadas a conhecer.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Sr. Deputado, vamos ver quem eram as cinco pessoas que estavam na reunião: estava o Dr. Francisco Machado da Cruz, na qualidade de *commissaire aux comptes*, estava o Dr. José Castella, na qualidade de *senior manager* da ESI, estava o Dr. Ricardo Salgado, na qualidade de administrador da ESI, e, depois, estavam duas pessoas que não tinham nada a ver com a ESI. Quem é que acha que poderia ter poderes para alterar alguma coisa na contabilidade da ESI?

Quanto à afirmação do Dr. Ricardo Salgado dos 1300 milhões, não vos vou maçar mais. Explicarei, se quiserem, outra vez, à exaustão, mas isso é fácil e tecnicamente, com todo o respeito e não me levem a mal, penso que já expliquei por que razão é que não sei se é este número ou outro qualquer. Não sei!

Sr. Deputado, deixe-me corrigir uma afirmação anterior. Eu não disse que não conheci as contas da Espírito Santo Resources; eu conheci as contas da Espírito Santo Resources, não sei se são essas se são as do fim do ano, etc., nunca disse isso, ou, se disse, peço imensa desculpa, porque eu tive acesso a essas contas, mas o que não conseguimos, depois, compreender foram todos os fluxos financeiros que estavam subjacentes, porque essas contas, se a memória não me atraiçoa, devem ter os tais *advances*, adiantamentos ou *intercompany loans* para outras empresas. Isso, depois, é extraordinariamente complexo, porque é preciso, efetivamente, seguir o

rasto do dinheiro, de empresa para empresa, em não sei quantas jurisdições, e são cerca de 40 empresas! Da maior parte dos movimentos — não digo que não existam — não me foi mostrado o documento de suporte. Assim como desse movimento não sei que suporte documental alguma vez existiu.

Há uma coisa que lhe digo: esses ativos que o Sr. Deputado referiu não estão utilizados no ETRICC, como já tinha tido oportunidade de dizer à Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Certo, mas continua a ser responsável pelo acompanhamento da ESI e essa parte é que é um bocadinho enigmática.

Como já nos deu a entender, terá sido Ricardo Salgado a tomar a decisão sobre como corrigir o problema, mas é, no mínimo, estranho que haja uma reunião da comissão executiva a 4 de dezembro da qual não lhe deem minimamente conta daquilo que aconteceu e de como é que o problema foi resolvido, gerando ativos que, depois, a KPMG veio a questionar. Mas foi assim.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Peço desculpa, Sr. Deputado.

Em primeiro lugar, provavelmente, alguém me terá falado da reunião, não da ata, porque não é normal dar as atas da comissão executiva aos diretores, como compreenderá, exceto em casos excecionais, para mandar para uma instituição qualquer ou para o Banco de Portugal, mas alguém terá comentado comigo o que se passou — aliás, foi tomada a decisão, penso que nessa data, da interrupção de colocação de papel comercial.

Portanto, foram-me comunicados os aspetos genéricos e o mais importante, em minha opinião, foi esse da interrupção da colocação do papel comercial da ESI nos clientes de retalho, que era uma exigência do Banco de Portugal, mas que era um ato de bom senso.

A questão da correção dos balanços não foi aí; foi anterior, na tal reunião, que não lhe consigo dizer se é de 12 ou de 13, em que se levantaram várias probabilidades sobre o que era, de como é que vinha o erro, etc., mas eu não ouvi ninguém, na altura, dizer que era um erro intencional. Nessa altura, foi levantada a questão da consolidação, foram colocadas questões de outros ativos e surgiu, mais ou menos, como hei de dizer, essa configuração de balanço, que não foi por mim utilizada no ETRICC, o que utilizei no ETRICC foram ativos validados, todos, um a um, pela Pricewaterhouse, com quem trabalhei durante quatro meses de uma forma praticamente diária, inclusive nos fins de semana, mesmo durante a passagem de ano. Os ativos foram avaliados, foram mostrados os títulos de propriedade, e tudo.

Mais: como tinha há pouco referido, os balanços, para nós, não são essenciais neste tipo de exercícios.

Vou-lhe dar um exemplo muito claro de que me recordo: a ESI tinha o Espírito Santo Plaza avaliado, a certa altura, em 250 milhões de euros. Se o Sr. Deputado tiver acesso, e tem com certeza, ao relatório do ETRICC, verá que o Banco Espírito Santo, e a equipa com quem participei, considerou apenas 150 milhões. Fizemos o nosso juízo crítico e não utilizámos nada que não tivesse sido devidamente validado, identificado e avaliado. Todos os dados foram vistos; se algum escapou, escapou a todos, não foi só a mim, mas escapou a toda a gente.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Então, deixe-me só precisar melhor, porque acho que isto é muito relevante.

Essa tal reconfiguração de balanço, como lhe chamou, foi decidida por quem e quando? Estamos a falar de lançamentos de ativos na Resources que não tinham nenhuma das evidências que acabou de referir e que terão sido aplicadas a outros casos.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Sr. Deputado, eu já disse que tinha estado presente numa reunião, que não foi no dia 5, pelo menos é a ideia que tenho, acho que foi na semana seguinte, os presentes foram estes que já referi, havia duas pessoas que não faziam parte da ESI, nem do GES. Nem eu, depois, na ESI tive possibilidade de fazer qualquer movimento contabilístico. Nunca tive funções executivas rigorosamente nenhuma, não tive acesso a contas bancárias, não tive acesso a extratos de contas, não tive acesso nenhum. Fui pedindo e mandavam-me, mas nunca mandei fazer nenhum movimento, muito menos, como compreenderá, em novembro de 2013, eu diria qualquer coisa como «contabilize-se lá isto ou aquilo!».

A minha insistência sempre foi no sentido de dizer «desculpem, nós até ao dia 15 de novembro...» — como disse depois isto foi alterado ligeiramente — «... temos de concluir o ETRICC e para o ETRICC preciso que me identifiquem ativos, concretos, validados, não aceito outros». Aliás, já lhe dei o exemplo do Plaza que está aí no balanço.

Em relação ao passivo, já que não era possível fazer uma auditoria completa e ficou logo ali praticamente a saber-se que tínhamos de fazer uma auditoria, de seguida, à ESI, e já que tínhamos de fazer uma auditoria eu disse: por favor, digam-nos que este é o vosso melhor conhecimento e nós vamos também transmitir isso ao Banco de Portugal e à própria Price, que estamos a utilizar uma dívida que é uma dívida declarativa.

O que posso dizer *a posteriori* é que a diferença do relatório da KPMG não foi determinante.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — O relatório da KPMG diz que estes ativos, obviamente, não estão validados. Mas, enfim, não podemos ir mais longe.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Estou a falar da dívida.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Eu sei.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Foi a única coisa que eu utilizei.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Já falou nisso e ainda bem, porque antecipou uma pergunta minha.

Com esta deliberação da comissão executiva podemos depreender que não nenhuma venda de papel comercial da ESI a acontecer nos balcões do BES a partir de 4 de dezembro de 2013?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Vamos lá ver: essa deliberação, que vai ao encontro da deliberação do Banco de Portugal, se bem me lembro, referia-se aos clientes de retalho. Não posso garantir que... Essa é uma deliberação da comissão executiva que foi, com certeza, transmitida às áreas comerciais, etc. Não sei se aconteceu, mas, em princípio, não deveria ter acontecido, mas se acontecesse... Repare, está na deliberação, não está?

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Sim.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Pronto. Era o ponto mais relevante que tinha dessa reunião.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Já nos disse que esteve, e bem, na Suíça, na Espírito Santo Services, presumo que acompanhando a equipa de Francisco Machado da Cruz.

Queria perguntar-lhe que tipo de mecanismos de *reporting* é que encontrou ao nível operacional entre as contas que eram preparadas na Services e o *reporting* que era feito para o Grupo Espírito Santo em Lisboa.



O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Às vezes, é bom as pessoas irem aos sítios para ver. Eu estive lá dois dias e o meu colega esteve lá quatro ou cinco, mas foi o suficiente.

As instalações da Espírito Santo Services tinham quatro ou cinco pessoas, se a memória não me traiçoa, a equipa era pequena e as pessoas que conheci não me pareceram incompetentes, sinceramente. Eu estive todos os dias com elas, mas não me apercebi de... Pedi aquilo que é habitual como, por exemplo, reportes integrados de tesouraria que, normalmente, existem numa sociedade, mas eu não encontrei esses reportes. Havia, sim senhor, quando muito, um acompanhamento dos extratos bancários, e que me mostraram que recebiam diariamente, etc., mas não havia propriamente aquilo a que se chama uma tesouraria integrada, um *cash pooling*, o que sinceramente, e aí posso opinar tecnicamente, eu acharia normal. Se alguém tinha esse controlo, não me apercebi dele; aliás, se existia esse controlo seria um controlo informal, mas não me apercebi da existência desse controlo.

Depois, essas cinco pessoas estavam numa zona da periferia de Lausanne, num modesto prédio de habitação, em metade de um andar. Era um andar de habitação. Foi isso que lá encontrei e que me impressionou um bocado.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Quer dizer: estamos só a falar da *holding* de topo do Grupo Espírito Santo! Não havia nenhuns hábitos de *reporting* mensal, ou fosse o que fosse, nem de informação preparada, nem que sejam só os *cash-flows*, transmitida aos responsáveis do Grupo Espírito Santo, em Lisboa?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Sr. Deputado, tem toda a razão e por isso é que os pedi.

Mais: eu estava à espera de ter encontrado para além de pessoal, e, como digo, as pessoas pareceram-me, para o serviço que estavam a fazer, competentes e diligentes, não ponho isso em causa, eu estava à espera de encontrar para além do *report* de uma equipa técnica de análise financeira, etc.

Olhe, se existiam, esconderam-nos de mim, por que não os encontrei, não os vi! Vi pessoas, como digo, administrativos — sem nada de pejorativo, porque, aliás, fui muitíssimo bem tratado pelas pessoas de lá e não tenho razões de queixa —, pessoas que não dispunham de capacidade, de técnicas financeiras elaboradas, e, concordo completamente consigo, como eu estaria à espera de encontrar na *holding* de topo, e que seria o normal!

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — E não lhe foi apresentada a existência informal de contas consolidadas da ESI ou das contas reais da própria ESI?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Não, Sr. Deputado, porque exatamente nessa altura, e como referi há pouco, fizemos uma consulta à KPMG para fazer uma auditoria forense e uma auditoria normal para, também, reconstituir as contas todas para trás pelo menos em cinco anos. Porque esses cinco anos não têm nada a ver com os de 2008, têm a ver com o mínimo de anos que era preciso depositar no Luxemburgo, ou seja, era preciso fazer cinco anos de contas. E nunca ninguém me mostrou quaisquer outras contas que não... Olhe, guardei as de 2012. São estas que conheço e mais nenhuma.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Muito bem, vamos agora mudar de capítulo.

O Sr. Doutor continua em funções no Novo Banco, seguramente conhece o balanço de abertura do Novo Banco, elaborado pela PwC, e este

balanço de abertura assume ajustamentos em relação à realidade patrimonial que foi herdada do BES. Estamos a falar já do mesmo perímetro, em alguns casos, e uma vez que também estive na área de empresas, um número que surge é o de um acréscimo de 1,2 milhões de euros para imparidades em crédito concedido.

Pode explicar-nos a que é que se deve este acréscimo de imparidades?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Não faço a mínima ideia!

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Não teve curiosidade em perceber por que é que há esta alteração?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Claro que tive! Claro que tive e li os jornais, mais nada. Mas não tenho provas nenhuma, não tenho evidências nenhuma! Portanto, relativamente a tudo o que se prenda com a chamada questão de obrigações, desconheço integralmente, nunca ouvi!

Mais: eu estava em reunião, no Luxemburgo, com a comissão executiva a falarmos com os peritos do Tribunal de Commerce, antes da publicação dos resultados e acompanhámos pela *Internet* com a maior das surpresas. Depois vi o que vi na imprensa, mas não consigo discorrer, de maneira nenhuma, sobre esse assunto.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Talvez numa outra vertente do problema nos possa ajudar um bocadinho mais.

Se bem percebi, agora está ligado à parte de análise de imobiliário dentro do Novo Banco. É verdade?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — É. Apesar de não ser especialista temos de ajudar e, de alguma maneira, a administração entendeu que eu poderia

ajudar, apesar de eu não ter nenhum *background*, mas como têm lá engenheiros avaliadores e, em alguns casos, é uma questão de avaliação, de, como hei de dizer, avaliação económica, porque um projeto imobiliário pode considerar-se sempre um projeto de investimento, de alguma maneira.

Portanto, na altura, quando fui convidado para esta função sublinhei que não tinha nenhuma valência na avaliação de imóveis, mas houve confiança em mim e só tenho a agradecer a confiança que depositaram em mim.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — É, também, a pessoa certa para nos explicar por que é que os imóveis num determinado dia, no balanço do perímetro do BES, que transitou para o Novo Banco, valiam determinado valor — presumimos que com contas até auditadas pela própria KPMG — e, de acordo com a PwC, houve uma desvalorização destes ativos imobiliários em 759 milhões de euros.

E se eu, em relação às imparidades de crédito, ainda possa perceber que haja alguma margem de incerteza, aqui, confesso que, pela dimensão da reavaliação, não consigo perceber facilmente por que é que há uma diminuição deste valor; a não ser que estivessem extremamente sobreavaliados pelos peritos que fizeram a respetiva avaliação no balanço do BES.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Bom, creio que esta é a primeira pergunta que eu confesso que gostaria que fosse o conselho de administração a explicar-lhe esse ponto, porque esse assunto foi, efetivamente, muito discutido com a comissão executiva, com o conselho de administração do Novo Banco, tendo havido várias reuniões e eu, sinceramente, repito, preferia que fosse o conselho de administração a explicar-lhe esse ponto.

Todavia, o que lhe posso dizer é que isso foi extremamente discutido, porque há critérios diferentes, houve casos que foram analisados — e, agora, já me estou a adiantar — e aos quais foi atribuído um valor, por esses avaliadores, e que já estavam vendidos por um valor substancialmente superior; houve correções aos valores dos imóveis, entre a primeira e a segunda avaliação, feitas pelo mesmo painel de avaliadores na ordem de um para três, de 14 para 60 milhões...

Portanto, sinceramente, eu não queria entrar por aí, mas posso dizer-lhe só uma coisa para o ajudar: havia já uma provisão no balanço do próprio BES antes da resolução. Penso que já havia uma verba muito elevada para essa situação, mas estou a falar de cor.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Carlos Calvário, gostava de dizer-lhe o seguinte: as pessoas que vêm a esta comissão de inquérito não vêm em representação de ninguém, vêm para contar aquilo que se passou com eles, ao que assistiram e o que viram. E, portanto, esse é o seu dever, ou seja, dizer-nos aquilo que se passou, designadamente respondendo à pergunta que lhe foi agora formulada pelo Sr. Deputado Pedro Saraiva.

Como tal, pedia-lhe atenção para esse ponto, uma vez que a relação hierárquica funciona no banco, mas não funciona numa instância de descoberta da verdade, como é, por exemplo, a comissão de inquérito, pelo que agradecia que respondesse à pergunta.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Muito bem.

Posso, então, dizer, e já lhe fui adiantando, que houve divergências de métodos de avaliação, sendo que existiram casos em que houve avaliações, inclusivamente, de imóveis vendidos por valores superiores aos que estavam no balanço, houve, noutros casos, desvalorização, digamos assim, decorrente da evolução própria do mercado imobiliário. Mas eu só acompanhei a parte

final — aliás, inclusivamente, o diretor até era outro quando começou essa auditoria da Price e eu apanhei apenas a parte final. Mas foi um conjunto de circunstâncias das quais uma parte muito significativa desse montante — não sei se é esse o montante, mas acredito perfeitamente — já estava refletido nas contas iniciais.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — O problema é que já havia provisões sobre esta matéria, mas isto é um acréscimo. Ao falarmos de um ajustamento, e basta ler o comunicado do Banco de Portugal sobre a matéria, há uma revisão em baixa de ativos imobiliários que tem esta expressão e, como deve calcular, compete-nos a nós perceber, porque não é um número de somenos importância e levanta algumas questões sobre como eram avaliados os ativos imobiliários no BES.

Portanto, não sei se também nos pode informar sobre qual era a estratégia de avaliação de ativos imobiliários utilizada no BES, que conduzia a determinados valores no seu balanço, e qual é a prática atual dentro do Novo Banco.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Não creio que houvesse uma estratégia propriamente de avaliação; nunca me foi comunicado que houvesse uma estratégia de avaliação.

Apesar de o departamento ter avaliadores internos, que existem e estão a trabalhar comigo, esses avaliadores referem-se e tratam apenas de rever, ou seja, de fazer as revisões que vêm e que são feitas em *outsourcing*, sendo que a quase totalidade das avaliações é feita em empresas, todas elas, certificadas pela CMVM e inscritas na CMVM como avaliadores imobiliários.

Como lhe disse, mesmo dentro do mesmo painel, houve avaliadores, que foram escolhidos pela Price, que avaliaram em quase três vezes mais. E

lembro-me de um, por ser especial, que passou de 14 milhões para 42 ou 43 milhões, e, exclusivamente, com os mesmos dados.

Já agora, com esta abertura, quero dizer-lhe que houve reuniões em que eu estive presente e em que isso foi colocado pela administração do banco à Price, pretendendo saber como é que estavam as coisas, de onde surgiram? No fundo, mostrámos casos concretos. Por exemplo, a ESAF fez uma operação, é pública, de venda de 200 milhões de euros de ativos e, esse conhecimento não era público no momento da avaliação e havia diferenças enormes.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Não deixaremos de pedir, naturalmente, uma lista nominal de alguns desses ativos para tentar perceber, no concreto, como é que há estas diferenças tão grandes.

Entro, agora, na reta final das questões que lhe queria colocar, recuando a um momento em que fez uma avaliação de *rating* da ESI, em julho de 2012, e para lhe lançar várias questões relacionadas com esta matéria.

Sr. Presidente, vou colocar todas as questões em cadeia para não exceder o meu limite de tempo.

Em primeiro lugar, pergunto: é verdade que este foi um pedido diretamente feito a si por Ricardo Salgado, com o desconhecimento de José Maria Ricciardi e Joaquim Goes?

Em segundo lugar, pergunto se confirma que não foi seguida a via hierárquica para este pedido. A que fins se destinava e qual foi a informação que serviu de suporte a esta avaliação de *rating*? Pela leitura dos documentos percebo que deve ter tido acesso às contas consolidadas quer da Rioforte, quer da ESFG desde 2000, não vejo qualquer referência à Resources e, portanto, pergunto se a Resources não foi tida em consideração para esta mesma avaliação de *rating*.

Há uma parte da avaliação que é qualitativa e recorde que, aparentemente, o departamento de risco global considerava como *transparent* — peço desculpa pelo anglicismo, mas foi, de facto, a palavra que foi usada — a situação patrimonial que é retratada quando estamos a falar de contas não auditadas e consolidadas, portanto, pergunto-lhe em que circunstâncias é que descem para uma classificação diferente desta, face ao que está aqui em causa.

Depois, pedia-lhe, só para terminar, se nos pode explicar um bocadinho melhor a página 18 do anexo 2 onde — e às vezes fico pasmado com a natureza sofisticada dos instrumentos financeiros —, com base nas contas de 2011 em que tudo indicava que a ESI já estaria falida, fizeram uma abordagem estocástica, complexa e ao fim de 100 000 simulações de Monte Carlo concluíram que a probabilidade de entrar em *default* era inferior a 1%. Queria perceber isto melhor, porque, às vezes, me dá ideia de que estamos a sobreutilizar sofisticação quando falhamos, se calhar, no básico. No fundo, queria perceber melhor como é que chegaram a estas conclusões.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Foi o Dr. Ricardo Salgado que me chamou, não me recorde se foi exclusivamente para este assunto, mas foi ele que me falou e só estávamos os dois.

Em relação ao Dr. José Maria e ao Dr. Joaquim Goes, não houve nenhuma ultrapassagem da estrutura hierárquica. Aliás, ouvi aqui com muito agrado e agradeço o facto de o Dr. Joaquim Goes se ter referido a essa análise de *rating* como sendo uma análise em que ele não viu, tecnicamente, nenhum problema. A razão por que não se falou foi que não me pareceu importante, não vi nenhuma importância. Havia vários administradores, nomeadamente os administradores comerciais que pediam análises de *rating*.

Aliás, começando pelo princípio, o Dr. Ricardo Salgado perguntou-me se havia *rating* para a ESI e eu respondi que não havia *rating* para a ESI;



perguntou se podia calcular o *rating* e eu disse: tenho de ver com o meu departamento com as pessoas especializadas; é evidente que isso é complexo, mas vamos tentar. Foi o que fiz! Foi falada a ideia de isto não ter passado hierarquicamente, o que podia parecer estranho, mas a verdade é que houve *n* pessoas dentro do departamento de risco a trabalharem neste *dossier*, porque é um *dossier*, efetivamente, complexo de calcular.

Em relação ao fim, tenho a impressão, mas isso não consigo provar, já que é só da minha memória — só cerca de um ano depois é que me vieram perguntar outra vez por isto —, que o que me foi dito e que consigo reproduzir, mas posso eventualmente não estar correto, foi que quereriam apresentar um *rating* a investidores.

Nós fizemos o trabalho, a informação de suporte, e restringindo-me agora às perguntas, foi-me dada — não tenho aqui o de 2011 — diretamente pelo Dr. Ricardo Salgado. Não foi este, porque este é de 2012, refiro-me ao de 2011.

Sobre as contas consolidadas, Sr. Deputado, o *rating*...

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — E nos anos anteriores não precisava?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Não, não precisava. Já lhe explico por que é que precisava para as outras, para a Rioforte, mas tem de me dar algum tempo, porque isto é mesmo complexo.

Os *ratings* são dados à empresa, não são dados às contas consolidadas. Portanto, de contas consolidadas eu não precisava.

A Espírito Santo Resources está explicada no documento. Levantámos esse problema, o DRG levantou o problema, apesar de ser um montante relativamente diminuto de um ativo, naquela altura, se a memória não me traiçoa, infelizmente não tenho aqui o de 2011, os grandes itens que havia

no ativo tinham contas consolidadas, auditadas e avaliadas, como eram a ESFG e a Rioforte, que tinham contas perfeitamente claras.

Essa foi a documentação de suporte que pedi e quando chegámos à Espírito Santo Resources referi que, de duas, uma, ou desconsiderava completamente aquele ativo, porque não tinha informação sobre ele, ou arranjavam-me uma outra maneira qualquer de me ajudarem com este assunto. Porquê? Porque este é um modelo de *holdings* financeiras que fez parte dos modelos apresentados ao Banco de Portugal, que foi feito com a ajuda da Oliver Wyman e depois revisto também pela Standard & Poor's, penso eu — não tenho a certeza, mas pelo Oliver Wyman foi de certeza absoluta —, e, portanto, havia um manual exaustivo, de cerca de 50 páginas, que consta desse documento, que foi anexado para mostrar a metodologia toda que se deveria usar nestas contas.

Nessa altura, fizemos uma simulação e o impacto não era muito grande, eram *notes* de diferença, deu um intervalo BB- a BB. Já vi referido que esse *rating* era extraordinariamente bom, mas esse *rating* não era extraordinariamente bom. Desculpe, não sei como é que se traduz em português, não é pedantismo, o chamado *investment trade*, que começa no BBB-, e, portanto, um BB-, independentemente das probabilidades de ocorrência e das probabilidades de ocorrência de um *default* a um ano, e a um ano a empresa não faliu...

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Já estava falida!

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Eu não sabia!

Então, foi-me dito: a Resources está em *phase-out*, porque a Rioforte vai ter todas as funções que anteriormente tinha a Resources e, portanto, esses montantes vão ser reembolsados. Perguntei: como é que me garante isso? E, então, foi-me entregue uma carta, que faz parte do *rating* e é

expressamente citada no corpo do *rating*, assinada por dois administradores da Control, dizendo não que pagavam eles mas que, caso fosse necessário, a Control pagaria. Isso eram *notes* de diferença e também não era por aí que os assuntos vinham.

Relativamente à página 18, desculpe, foi a única questão que não apanhei bem.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Queria que nos explicasse como é que chegaram a esses resultados e que informação de base é que utilizaram do lado da Rioforte e da ESFG.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — A conversa com o Dr. Ricardo Salgado tenho a impressão de que é de fins de maio, não tenho a data precisa, mas é por aí. Já agora, fui eu que lhe lembrei o assunto, porque isto demorou imenso tempo. Por que é que demora imenso tempo? Demora imenso tempo porque o modelo, tal como foi desenhado pela Oliver Wyman e que é do conhecimento e de aplicação pelo banco, normalmente, vai buscar empresas cotadas, durante um período muito longo, daquele sector e, se possível, se tivermos, a várias bolsas, etc., tanto melhor, para não ficarmos sujeitos a uma única fonte.

Então, foi preciso ir à Bloomberg, que é a fonte, e isto deve estar dito em algum sítio, buscar empresas, umas da área financeira, obviamente, outras da área não financeira dentro dos sectores do turismo, das obras públicas, etc., fomos analisar a volatilidade, a rentabilidade dos capitais próprios dessas empresas e foi a partir daí que se construíram, depois, estes cenários.

No final, nós apresentámos um intervalo, ou seja, para não criar um único valor, criámos um intervalo. Não foi um intervalo muito aberto, foi de BB- para BB, mas foi um intervalo. Penso que já terei respondido a tudo.

O que demorou mais tempo foi a busca na Bloomberg de todas as empresas cotadas, etc. Por exemplo, empresas de saúde, acho que havia duas na Europa, na altura; agora há a Espírito Santo Saúde, que se chama Hospital da Luz. Portanto, essa pesquisa é que demorou muito tempo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, estou naquela confortável posição de alguém que pode dizer, como dizia o grande Newton, que se posso agora ver um pouco mais longe é por estar em cima dos ombros de gigantes, isto é, aqueles que me antecederam e que fizeram esta enorme ata que dará uma trabalhadeira a descodificar, porque, na verdade, gastámos muito tempo, mas devo dizer que, neste momento, estou com mais dúvidas do que aquelas que tinha quando esta audição começou.

Há para esta história vários evangelistas, só há quatro para o Evangelho propriamente dito, mas aqui há dezenas de versões e, ainda, há os apócrifos, evidentemente, e os secretos que ainda não estão desvendados, nomeadamente o evangelho do Sr. Machado da Cruz não pode ser conhecido na sua totalidade, porque está protegido por segredos vários, incluindo o parlamentar, etc.

Mas neste caso há coisas que podíamos eliminar logo à partida e facilmente.

O Sr. Doutor observou que tinha ido visitar o *bunker* ou o sítio onde estavam os computadores e eu queria perguntar-lhe se conhece este bairro. Este é o *street view* e aqui está o n.º 35 da Avenue de Montchoisi, em Lausanne.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Peço desculpa, nunca falei em *bunker*, disse que era um prédio de habitação e um prédio de habitação não é um *bunker*.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — É o que estamos a ver, não é?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — É um *bunker*? Isto é um prédio de habitação!

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Exatamente, é isso mesmo, é um prédio de habitação!

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Nunca falei em *bunker*!

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Entre aspas!

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Eu referi que era metade de um prédio de habitação na periferia de Lausanne!

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Portanto, entendamo-nos, estamos a falar a mesma língua, não é um *bunker*! Era onde queria chegar precisamente, mas também ninguém disse que era!

Julgo que não há nenhum prolema tecnológico nessa história. Pode haver milhões de problemas e há, mas tecnológico não há. E alguém que o ouça pode julgar que há. Aquilo era uma casa, tinha uma *kitchenette*, janela, rua, Avenue Montchoisi, qualquer um pode ir ao *Google Maps* e ver exatamente o que é e a três dimensões, etc. E não vai muito longe porque o que havia lá dentro era toda a maquinaria necessária para aquilo funcionar.

Acabou por nos dizer que funcionou, porque sacou do sistema todos os dados que quis. Ou o problema era no sistema? Acho que não era no sistema.

Portanto, alguém que nos oiça pode julgar, porque nos disse, mais ou menos, que aquilo estava lá num sítio, com uns tipos com um aspeto esquisito, se calhar eram informáticos, que são sempre uns tipos esquisitos...

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Não!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado José Magalhães, agradeço-lhe que retire essas considerações, que...

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sim, agradeço-lhe essa versão depurada...

Gostaria só que o Sr. Doutor retificasse isso que disse, porque o sistema, ao que parece, funcionou e debitou todos os dados. O problema era outro: os dados eram falsos.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Sr. Deputado, começo por lamentar que, ao fim destas horas todas a minha eloquência e pouca ciência, não tenham conseguido esclarecê-lo, mas é evidente que tem toda a legitimidade para colocar esse tipo de questões.

Eu falei aqui, da melhor maneira possível, nas pessoas que estavam na Espírito Santo Services. Por amor de Deus...! Mas eu não vi lá grandes computadores, eu nunca lhe disse, a não ser que tenha ficado insano, há bocadinho, que vi lá grandes computadores; havia *desktops*, essas coisas, mas eu nunca disse que vi lá grandes sistemas informáticos. Mais: nem havia espaço para eles. Estou a dizer-lhe que se tratava de meio andar de uma casa modesta de habitação, na periferia de Lausanne.

Quanto muito, posso ter ficado surpreendido porque estava à espera de uma dimensão maior, de uma sofisticação maior, etc. Já agora, a talhe de foice, a três quilómetros dali está o Banque Priveé. Nunca, na minha vida, lá tinha ido, mas fui convidado para ir lá almoçar durante esses dois ou três dias em que lá estive. Se for ao *Google* e vir as imagens 3D, o Banque Priveé tem um aspeto de um banco fantástico. Portanto, as coisas são, efetivamente, contraditórias.

Mas eu nunca falei em sistemas informáticos complexos nem percebo de onde é que essa ideia lhe poderá ter surgido. O que pedi, o que nós pedimos — não fui só eu, foi a minha equipa — foram explicações sucessivas, contas correntes, como falei há bocado, explicação dos detalhes dessas contas, e por aí a fora. Efetivamente, em muitas delas tivemos dificuldades em seguir, porque havia empréstimos de companhias para companhias, para companhias... E não houve possibilidade de identificar, por falta de tempo.

Não se esqueça que três meses e meio mais tarde estávamos a preparar a *gestion contrôlée* e mesmo o *Tribunal du Commerce* pediu a nossa ajuda — e, já agora, modéstia à parte, pediu e agradeceu a nossa ajuda em alguma prestação de informações — e reconheceu que, realmente, era extraordinariamente difícil compreender toda aquela contabilidade.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Certo, isso está demonstrado nos autos, por muitos depoimentos.

O que eu queria sublinhar, e quero, é que não há nenhum problema informático. Eu tenho aqui em cima da mesa mais poder computacional do que todo aquele que permitiu a aterragem do Homem na lua. Só estes três ou quatro «calhambeques» que estão aqui têm mais poder computacional, *n* vezes, nem sei quantas, do que aquilo que nos permitiu aterrar na lua.

Portanto, não é uma questão de tamanho, não há aqui um problema de tamanho, ou seja, não é necessário entrar num *bunker* lindo, carregado de aparelhos cheios de luzinhas, etc., para termos um grande poder computacional. E eu não consigo ver nenhum problema computacional nisto, só vejo problemas éticos, legais, criminosos, etc., mas tecnológicos não vejo.

Portanto, não vejo o sentido, sequer, da observação sobre a casa do 35 da Avenue Montchoisi, em Lausanne, ou sobre o facto de ser num subúrbio, ou num «búrbio», porque a gente trabalha onde calhar.

A segunda coisa que registo é que descreveu com algum detalhe a sua carreira no universo Espírito Santo, mas não referiu que durante o período em que exerceu funções teve sete longos anos em que teve de aguardar sentença do «caso Portucalé» e, agora, está já há dois ou três anos a aguardar sentença do acórdão do Tribunal da Relação para onde foram apresentados vários recursos, incluindo pelo Ministério Público. E relembro que esse caso tem a ver com o abate dos tais 2000 sobreiros em Vargem Fresca, mas tem, sobretudo, a ver com a promiscuidade entre poder político e poder económico, etc.

Embora tenha limitações de opinião, porque técnica ou juridicamente mantém a qualidade que teve desde o momento em que o processo teve o desfecho que teve, ou em que teve o início que teve, gostaria de perguntar-lhe se desse período e desses factos retirou alguma conclusão e se há alguma coisa que não faria hoje, se estivesse no mesmo lugar e sabendo o que sabe.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Lamento, mas não posso deixar de passar a questão computacional em claro.

Para já, não pode haver nenhuma afirmação minha — e se o tiver dito terá sido num momento de pura insanidade — de que o problema era um problema informático. Aquilo a que me referi foi aos recursos humanos e ao facto de se encontrarem apenas algumas pessoas que, claramente, não eram



técnicos com experiência de análise financeira. Isso foi o que eu disse e como está tudo a ser gravado penso que, rapidamente, se esclarecerá.

Repito: o que eu disse foi que encontrei meio andar, com quatro ou cinco pessoas e não vi grandes servidores informáticos, mas, como disse o Sr. Deputado — e concordo completamente, aliás, até pelos seus grandes conhecimentos nessa matéria, ultrapassa-me, de certeza absoluta —, hoje os computadores são coisas pequenas. Mas não vi grandes servidores, não vi grande aparato informático, nem vi *bunker* nenhum, não vi coisas fechadas com barras, nem nada!

Aquilo que me chocou mais — peço desculpa, mas isto é importante e se não fosse importante não teria falado nisto — é que eu estaria à espera de encontrar uma equipa técnica de análise financeira e de gestão, com os mecanismos também de reporte — que, aliás, o Sr. Deputado há pouco me perguntou — e, por isso, é que achei relevante, não foi para vos incomodar e para perdermos aqui tempo, pois os senhores têm mais que fazer, com certeza, do que ouvirem-me falar sobre os subúrbios de Lausanne.

Mas acho que é importante que percebam que aquilo eram quatro ou cinco pessoas, com formação que não era, de maneira nenhuma, apropriada, e isso é que me chocou.

Em segundo lugar, não tenho limitação nenhuma neste momento. Aliás, o processo da Portucale já não está em segredo de justiça e eu estou completamente à vontade para falar. E já, agora, lamento, mas há uma correção a fazer: eu tenho uma absolvição total, por unanimidade, do tribunal de 1.<sup>a</sup> instância, no qual a acusação, na altura, não pediu a minha condenação. São 450 páginas um bocado chatas que podem ser perfeitamente consultadas no *site* respetivo, e a minha absolvição e os factos bancários, sobretudo os factos bancários que eu pratiquei, estão todos dados como provados, se a memória não me falha.

Portanto, sinceramente, não entendo a alusão ao «caso Portucale», que teve sobre mim prejuízos pessoais terríveis. Chegamos a este momento e, como diz, ainda houve um recurso hierárquico — como sabe, provavelmente saberá —, que vai continuar a arrastar o assunto.

Tenho dez anos de julgamento, incluindo o período de instrução, e tenho o julgamento de um ano inteiro em tribunal, onde foram inquiridas todas as testemunhas necessárias, onde me foram feitas todas as perguntas e onde eu demonstrei, aparentemente, que... Mas mais do que quer que eu diga, dirá o acórdão do tribunal, que é público e, portanto, está lá tudo bem esclarecido.

Provavelmente o Sr. Deputado não sabe, mas eu nunca fiz nenhuma declaração pública pessoal relativamente a isto. Confio completamente na justiça do nosso País, esse assunto será resolvido e penso que a verdade virá ao de cima, no sentido próprio.

Já agora, respondendo à sua questão, quanto a fazer ou não fazer, se lhe estou a dizer que fui absolvido por unanimidade pelo tribunal, se os factos bancários — e estou a falar dos factos estritamente bancários que digam respeito à minha pessoa — foram ou não provados, acho que não posso dizer mais nada a não ser que fiz tudo o que tinha a fazer e não faria nada de diferente, hoje.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Não faria nada de diferente.

O que gostaria de sublinhar, até porque é um direito seu, é que não se tratou, não se trata, nem se pode tratar de «rejulgar» o julgamento ou de funcionar como uma espécie de tribunal de recurso apócrifo.

Eu suscitei esta questão, porque, tal como não referiu o caso da Espírito Santo Financial Group — e, no entanto, ele deve ser referido para o colocarmos e enquadrarmos no sítio onde desempenhou o papel que desempenhou —, também não é possível esquecer que o senhor teve de

suportar uma situação em que havia, primeiro, uma investigação e, depois, até um julgamento e gravações abundantes, que têm uma importância que transcende, em absoluto, a questão puramente bancária — aliás, essas são conhecidas e, pelos vistos, até circulam, sendo que uma delas foi parar ao *Expresso*, há dias.

Portanto, é uma coisa que não deve ser ignorada; caso contrário parece que temos aqui um tabu ou um animal escondido no armário, o que não será o caso.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Sr. Deputado, eu não quero ser, de forma alguma, indelicado, mas não compreendi que fizesse parte da descrição das minhas funções falar do «caso Portucale». Como disse, eu nunca tinha falado em público sobre esse assunto. Peço desculpa, mas o facto de a questão ser levantada dá-me a sensação de que se quer, realmente, rever essa sentença que já existe. Mas pronto!

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Essa parte não, mas oiça...

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Eu não tenho qualquer tabu relativamente a isso. Todo o processo está disponível para quem o quiser consultar. Todo! Não está em segredo de justiça, portanto... Inclusive o acórdão final. Ou acreditamos nos tribunais ou não. Eu acredito nos tribunais, mesmo que tivesse sido condenado.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Muito bem, já somos muitos.

Mas a questão é que durante esses anos as contas estavam a ser falsificadas; esse é o problema! Ou seja, está estabelecido que aquilo que descobriu no ano de 2013, segundo a narrativa que nos ofereceu, já

acontecia, pelo menos, desde 2008, e quanto a esse ponto não há dúvida absolutamente nenhuma.

Portanto, a minha pergunta é esta: tendo tido as responsabilidades que teve durante os períodos que teve e que estão estabelecidos, não teve nenhuma perceção, nenhum «odor», nenhuma indicação de que havia uma falsificação de contas e que isso poderia não ser uma espécie de assombração do Sr. Machado da Cruz?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Sr. Deputado, em primeiro lugar, não compreendo — desculpe, o defeito é meu — a introdução com o caso da Portucale para este assunto que estamos aqui a discutir, mas pronto. Não entendo!

Em segundo lugar, relativamente à questão da falsificação das contas, já referi, mais do que uma vez, mas não me importo de o voltar a fazer, que aquilo que se passou, propriamente dito...

Para trás, penso que só há pessoas que dizem o que aconteceu: o valor do passivo é aquele, a ausência de ativos é aquela e a situação final foi aquela. Quanto ao trajeto tem de se fazer o mesmo trabalho, tem de se fazer um trabalho de auditoria forense às contas da ESI, e já lhe referi também, há pouco, que houve contactos com várias auditoras, entre as quais a KPMG, mas não foi possível fazê-lo em tempo útil. Eu, para trás, não vou falar nisso. As contas que tenho auditadas à minha frente são as de 31 de dezembro de 2013, aliás, auditadas não, propriamente — e, mais uma vez, as minhas desculpas à KPMG; trata-se de uma *limited review*.

Fez-me mais uma pergunta sobre se não tive algum «cheiro»...

O Sr. **Presidente**: — Odor, odor.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Ah, peço desculpa, algum «odor»...

O Sr. **Presidente**: — Temos de ser rigorosos.

*Risos.*

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — E, então, eu, que estou aqui a tentar defender o rigor!

As contas da ESI, ao longo dos anos, e penso que são do conhecimento desta Comissão, estão assinadas por  $n$  pessoas que já vieram aqui dizer que nunca souberam de nada, que nunca foram informadas de nada.

O Sr. **José Magalhães (PS)**: — Acho isso uma coisa inverosímil e estranha.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Desculpe, isso é opinativo e, francamente, não me vou pronunciar sobre isso. Eu falo de factos: as contas estão todas assinadas por 16 ou 17 pessoas, algumas das quais já estiveram nesta própria Comissão e disseram que não sabiam de nada.

Repare: eu já expliquei e abusei da paciência e fui gentilmente corrigido pelo Sr. Presidente quanto ao abuso de tempo para descrever a questão da dívida, mas, no momento em que eu necessitei, efetivamente, em termos profissionais, de saber o que se passava, eu agi, eu perguntei! Ninguém me pode... Não vejo quando é que eu podia saber! Se alguém me tivesse dado alguma pista, eu, com certeza, poderia fazer antes.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **José Magalhães (PS)**: — Bom, temos de registar a sua resposta, mas isso significa que não teve nenhum indício de que o sistema falsificava

contas, com indicação dada pelo responsável de que seria do mais alto dos altos que vinha a ordem de falsificação, o que é atestado por outros, é o que se pode registar, tendo em conta o que diz, e não posso obrigá-lo a dizer o contrário.

Mas sucede que nós temos um documento seu ou, melhor, não temos um documento seu e até gostava que nos pudesse ajudar a tê-lo.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas temos esperança de que o vamos ter, porque já foi requerido.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — É que o Dr. Martins Pereira prometeu que nos daria um documento de que lhe vou dar conta e que é referido no *e-mail* dirigido a Domingos Espírito Santo Pereira Coutinho e a João Martins Pereira, em 30 de março de 2014, onde, no ponto 2, se alude ao memorando que preparou juntamente com João Martins Pereira e Nelson Pita, descrevendo a situação da empresa, que era tão má que justificava uma *gestion contrólée*.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Mas isso, salvo erro, foi em março ou abril de 2014.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Foi.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Então, foi nessa altura que, efetivamente... E isso é feito com base em quê? Na auditoria da KPMG! O que é que acha de estranho nesse facto?

O Sr. **José Magalhães** (PS): — O que é que acho estranho? É ser um facto tardio, tardio e fatal! Quer dizer, o doente esteve ali durante anos —

tossia, gemia, etc. —, passa por si e não há problema nenhum, subitamente, em março, obituou. Enterre-se! Está a ver?! Não é normal! Ou seja, não é normal tanta calma para tanta apoplexia, a não ser que houvesse, como havia, ao que parece, uma engrenagem de ocultação, de maquiagem das relações incestuosas entre empresas falidas, etc.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Ó Sr. Deputado, quanto à questão do tossir, a única pessoa que tem tossido sou eu e por isso peço desculpa.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Ninguém está sugestionado por isso.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Eu nunca vi, nunca, nem eu nem os auditores tiveram, alguma vez, alguma referência que pudesse apontar nesse sentido. A não ser que não mo digam... Olhe, se alguém teve, ninguém mo disse, a mim!

Mais: como lhe refiro, num primeiro momento... E a questão do óbito... Quer dizer, parece que fui eu que matei alguém! Sinceramente, quase só me faltava agora acabar com uma acusação de homicídio.

Mas vamos lá a ver: aquilo que fiz, em conjugação com os meus colegas, e o memorando vai aparecer, com certeza, de uma maneira ou de outra...

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Não tem o documento em condições para...

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Neste momento, não o tenho disponível, mas é possível, com algum trabalho, reconstituí-lo ou recolhê-lo.

O memorando não era para os advogados; o memorando era para a comissão executiva da ESI, nomeada no dia 11 de março de 2014, em

Lausanne, desculpe, no Luxemburgo, que era constituída pelo Dr. Domingos Pereira Coutinho, pelo Dr. Manuel Fernando Espírito Santo e pelo Dr. Jorge Espírito Santo.

E nós fizemos aquele que era o nosso dever profissional, que era alertar para uma situação de tesouraria que era preocupante. E, relativamente às contas, eles também já sabiam, e nós limitámo-nos... É que, no conselho de administração de 11 de março de 2014, foi apresentada uma síntese das conclusões do relatório da KPMG, na altura, ainda da primeira fase — penso que a segunda fase foi mais tarde —, que já apontavam para uma situação líquida negativa de cerca de 2,5 biliões, e estou a falar muito de cor, mas posso confirmar.

Portanto, esse facto já era conhecido e aquilo que mais me preocupava, aquilo que mais entrava, digamos assim, de adicional à informação prestada à comissão executiva da ESI era a situação de tesouraria. Alertar! E alertámos. E não há um *memo*; deve haver vários *memos*, porque os vencimentos, a dívida era uma dívida... Repare: a dívida de retalho, em clientes de retalho do BES, que era obrigatório reembolsar, era, em novembro, de 1700 milhões de euros. Aliás, houve algumas pessoas que, provavelmente, disseram: cá estão as aves de mau agouro, e tal... Isto vai correr bem. Mas, apesar disso, foi possível reduzir esses 1700 milhões para 200 e poucos milhões, em junho.

Mas havia uma série de maturidades que me preocupavam, até porque dentro do ETRICC estavam eventos de liquidez que seriam fontes de liquidez para fazer face a esse serviço da dívida e que estavam, desculpem a expressão, a derrapar no tempo, estavam a atrasar-se, como os aumentos de capital, as vendas dos hotéis Tivoli e mais uma série de outras coisas... Mas as mais importantes eram as de aumento de capital. Havia outras hipóteses, aumentos de capital de outro..., mas não quero alongar-me muito para isso.



Para esclarecer: que eu saiba, não houve nenhum memorando enviado por nós aos advogados, enviámos à comissão executiva da ESI, a quem reportávamos.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Temos esse *e-mail*.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Ah, então,...

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Então, temos esse *e-mail* graças ao Dr. Ricciardi que o enviou em anexo a uma carta, cópia da que enviou ao Banco de Portugal em maio.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — E deve ter lá, com certeza, as minhas assinaturas. E, se vir, lá, a nossa preocupação maior é a liquidez, porque a ESI estava a ser confrontada com sucessivos pagamentos muito elevados. No mês de abril, então, tinha uma quantidade enorme, um volume de 250... Peço desculpa, agora estou aqui a falar sem precisão, mas era uma verba muito elevada.

Portanto, nós estávamos a ver que, de um lado, os proveitos, as entradas de caixa não se estavam a registar com o mesmo montante e os passivos têm a maturidade certa. Portanto, naquela altura, aquilo cai e, se cair, se lá chegarmos e não tivermos caixa, entramos em *default*. Mas a entrada em *default* é apenas em junho.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Portanto, naquelas reuniões em que participou no ano de 2003 foi enganado?! Sente-se enganado por quem?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Mas fui enganado em que sentido, Sr. Deputado?

O Sr. **José Magalhães** (PS): — No sentido que é evidenciado pela descrição que acabou de fazer, ou seja, em novembro não tocou a campanha vermelha de alarme. Pelo contrário, depois disso, ainda houve uma resposta à carta do Banco de Portugal, em 17 pontos, onde havia promessas de regeneração, etc., e depois, em janeiro, o contabilista demite-se. Portanto, durante esses meses, isso significa que andou enganado, ou seja, nem teve percepção de que o contabilista ora dizia *a*, ora dizia *b*, nem teve percepção de que os ativos estavam a ser martelados para corresponderem ao buraco. No entanto, nós, hoje, já temos a evidência de que foram marteladíssimos e que eram martelados na medida necessária para tapar o buraco, ou seja, se era 1,6 arranjava-se 1,6; se era 1,3 arranjava-se 1,3; e se fosse outra coisa também se arranjava.

Sendo um perito e, de resto, acompanhando questões de risco desde tempos imemoriais, não se sentiu enganado, quando descobriu? E, já agora, para atalhar e ir mais depressa, não sentiu que tivesse de fazer nada, quando descobriu que ninguém falava disso e que até se ia para um aumento de capital a galope, mentindo nos prospetos e dando o gangrenado como ótimo, cheio de saúde?!

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Ó Sr. Deputado, vamos lá a ver se me recordo de todas as questões, pois confesso que não sei se consegui acompanhar todos os pontos.

Quanto à campanha vermelha e a sentir-me enganado, abusei da vossa paciência para explicar todo o processo que segui. Se acionei a campanha vermelha? Acionei!

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Mas, aparentemente, ninguém ligou!

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Ninguém ligou?! Então, o Banco de Portugal foi, de imediato, informado, os auditores foram, de imediato, informados, o ETRICC levou em consideração todo o passivo e os ativos que o Sr. Deputado insiste em referir não foram usados por mim!

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Mas foram usados por outros?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Desculpe, no ETRICC, que era a minha responsabilidade, não foram utilizados, não foram validados nem ninguém enganou. A não ser que a Pricewaterhouse venha aqui dizer, agora, que foi enganada por mim. Se o disser, provavelmente, teremos de dirimir o assunto, mas eu não utilizei os balanços da ESI. Já expliquei isso, mas não me importo de o repetir à exaustão.

O passivo, que era aquilo que eu, efetivamente, tinha de utilizar, tive o cuidado de explicar que era declarativo. Só depois da auditoria da KPMG é que eu tive, aliás, tivemos, não fui só eu, a confirmação de que era.

Quanto aos ativos, efetivamente, eles não apareceram.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Mas isso...

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Mas, repare: o meu problema na tesouraria... É curioso que o Sr. Deputado está a fazer uma ligação e introduz a questão do memorando relativamente a esses ativos, mas esses ativos não estavam considerados na tesouraria. Eu falei-lhe de factos muito concretos! Falei-lhe da venda dos hotéis Tivoli, falei-lhe do IPO da saúde, falei-lhe dos aumentos de capital, que esses, sim, estavam a derrapar, falei-lhe de várias entradas de fundos e, mesmo assim, eu estava preocupado.

Sinceramente, não percebo. A ligação entre os balanços e o facto de a KPMG ter chegado à conclusão de que não havia esses ativos... E era fácil,

repare, se não há documentos de suporte, se não há nada...! Mas atenção, eu faço justiça à Price no sentido de que fez um trabalho que demorou quatro meses, foi um trabalho intenso e pediu tudo. E, mais, vou repetir o que penso já ter dito: mesmo em certos ativos dos quais tínhamos a prova de titularidade, etc., não levámos em consideração o valor que restava do balanço — é o caso do Espírito Santo Plaza, e recomendo, por favor, que vejam o ETRICC, onde está por 150 milhões, porque foi uma avaliação pedida pelo banco que cortou esse valor e estava por muito mais, quase o dobro de 150 milhões.

Não sei que mais lhe possa dizer...

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Provavelmente, poderá dizer, na sequência de perguntas do Sr. Deputado Miguel Tiago, por exemplo, ou do CDS-PP, etc.

Sr. Presidente, vou concluir, dizendo que nesta teia de relações incestuosas houve de tudo, até o episódio do *rating*, que nos descreveu aqui, respondendo a uma pergunta do Sr. Deputado Pedro Saraiva — e que é, de facto, um episódio muito interessante. De facto, quando se dá um *rating* enganoso, de amigo para amigo, que conduz os investidores a uma ideia completamente errada e as instituições não funcionam e não se consegue vislumbrar a teia, que tem uma zona escondida, só podem acontecer coisas desagradáveis, que, depois, batem no bolso dos investidores e dos depositantes.

Portanto, a minha última pergunta, independentemente da sua liberdade de comentário, é a seguinte: o que não faria das coisas que fez e que não conseguiram contribuir para impedir a implosão e o que acha que o Banco de Portugal, nesta matéria, fez de mal?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Primeiro, não posso deixar em claro a questão do *rating*! A questão do *rating* foi... Nem queria falar nisso, mas vou falar, vou falar.

O *rating* foi todo feito pelo DRG, por equipas, pelas quais tenho a responsabilidade total. E quando foi calculado, não foi de amigo para amigo, porque nós não fazemos... Pergunte, por favor, quantos *ratings* é que foram alterados no Banco Espírito Santo? O DRG não alterava *ratings*. A comissão executiva, se quisesse, tinha o poder de fazer crédito com *ratings* maus, tinha esse poder, mas não alterava *ratings*, nunca alterou um *rating*.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Que fique registado.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Desculpe, esse comentário de que foi um favor da minha parte a quem quer que seja, eu não faço favores em termos profissionais. Gosto muito de ajudar os meus amigos, repito: amigos, na minha vida social, mas não em termos profissionais. Nunca ajudei ninguém, desse ponto de vista, e muito menos uma ajuda que tem subentendido, das suas palavras, que eu fiz algo pecaminoso.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Eu não disse isso!

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Deduzi eu. Repare: o *rating* está assinado. O *rating* é feito sobre contas que estão assinadas por 16 pessoas.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Falsas!

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Mas, desculpe, estão assinadas! Como é que eu vou adivinhar que elas são falsas? Desculpe, como é que eu vou adivinhar?

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Nós compreendemos! Mas é grave!

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Claro! Se compreendem a gravidade do assunto — e volto atrás —, aí senti-me enganado, sim senhor.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Ah, óbvio!

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Quanto ao *rating*, Sr. Deputado, aí, sim, porque, se me dão um relatório deste tipo em brochura, nem eram fotocópias, e ele é-me dado pelo presidente da comissão executiva do Banco Espírito Santo e assinado por pessoas que conheço desde o princípio dos quase 18 anos em que estive no banco — aliás, também está assinado pelo Sr. José Castella, que eu conhecia muito bem, pelo Dr. Francisco Machado da Cruz, que nem por isso... —, sendo que a maior parte delas eram pessoas com quem privava quase diariamente, sinceramente, não tive nenhum indício, nem nenhuma das pessoas que olhou para isto, de que fosse falso. Nisso senti-me enganado!

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Estava a ver que não dizia isso!

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Os senhores estavam a falar sobre outra coisa. Eu tenho de responder às perguntas.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Mas já disse!

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Já disse, pronto!

Segundo, há um documento curioso, interessante, do Banco de Portugal — que penso que já não está no *site*, mas posso disponibilizá-lo,

porque esse tenho-o aqui — que se chama «Compilação de esclarecimentos prestados pela situação do Banco Espírito Santo». Não está datado, mas, pelas datas que são referidas, consegue-se deduzir que é da segunda quinzena de julho.

No ponto 14 desse documento é dito — e eu concordo completamente e não me estou a refugir no que disse o Banco de Portugal acerca disso — que: «É de notar que a avaliação do risco de crédito assumido pelos bancos assenta no princípio da veracidade das demonstrações financeiras das instituições que beneficiam dos créditos, naturalmente caso não existam evidências que ponham em causa esse princípio». Está aqui o documento, não preciso dele, tenho uma cópia, posso dar.

Relativamente, ainda, à questão do *rating*, eu não sabia que o *rating* ia ser sujeito a uma avaliação, a uma análise pela KPMG. Não sabia! A KPMG não teve nenhuma interferência, a responsabilidade total do *rating* é do DRG. Não estou a dizer que a KPMG tenha um milímetro de responsabilidade, mas a KPMG olhou para os mesmos elementos que o DRG e emitiu uma nota, sendo que discutiu comigo, andámos a ver as coisas todas e fizemos umas análises de sensibilidade adicionais.

Com isto, quero deixar bem claro quer perante a KPMG, quer perante esta Comissão, que todo o processo de *rating* de 2012 foi desenvolvido exclusivamente pelo DRG. Quando chegou à KPMG era um processo terminado, *finito*. Mas houve várias pessoas a olharem para isto. Temos que ver, também, a razoabilidade e, como diz o Banco de Portugal, e bem, eu não tinha evidência nenhuma. Lamento profundamente! E continuo sem perceber a ligação à Portucale, como é que eu da Portucale podia ter inferido qualquer coisa para aqui... Mas, pronto, isso é ignorância minha.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Até porque já ultrapassei o tempo, mesmo com a contextualização toda, vou explicar-lhe por que é que fiz essa ligação.

Tendo o papel que tinha como protagonista de um processo, era um quadro do BES com um estatuto especial e, portanto, o seu relacionamento com o responsável principal do BES não podia deixar de refletir esse seu papel, uma vez que, se dissesse uma coisa, o processo correria de uma maneira, se dissesse outra, o processo correria de outra maneira.

Portanto, o senhor colaborou com a justiça, a qual, de resto, reconheceu isso na parte final do processo, o que lhe dá um estatuto muito importante, e a única coisa que eu quis foi que não saísse daqui — e, seguramente, os meus colegas não o deixariam — sem nos dizer que foi enganado em relação a alguns aspetos.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — A este, concretamente.

O Sr. **Presidente**: — Essa explicação ao Dr. Carlos Calvário está dada. Não sei se quer fazer algum comentário?!

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Não, Sr. Presidente, não vejo razão para isso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Dr. Carlos Calvário.

Já chego numa altura em que já estão mais a tirar dúvidas do que a fazer perguntas de fundo. Em todo o caso, há algumas coisas que eu gostava de perceber, sendo a primeira delas a seguinte: como é que era feita a análise



de risco do crédito que o BES dava às partes relacionadas e ao GES? Havia algum procedimento especial, ou era tratado como quaisquer outras empresas?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Como digo, o BES tinha uma exposição relativamente diminuta em termos de crédito direto e os processos, atribuição de *ratings*, etc., nunca foram objeto de qualquer reparo por parte de quem quer que fosse, sendo que seguiam, exatamente, as mesmas regras que seguiam os outros processos, estavam entregues a várias áreas comerciais, consoante o sector onde se inseriam, mas mais nada, isso é normal.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sobre este *rating*, que lhe foi pedido pelo Dr. Ricardo Salgado, do qual estamos a falar, já nos disse, e peço-lhe que confirme, que o objetivo não tinha tanto a ver com o BES, tinha a ver, sobretudo, com a procura de investidores por parte da própria ESI. Era mais ou menos isto?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Confesso que a essa distância não consigo confirmar. Repare: a primeira vez que me voltam a falar nesta questão, que para mim estava... Eu fui para férias no final de julho e isto ficou na minha secretária para entregar ao Dr. Ricardo Salgado. Quase um ano depois, perguntam-me sobre este assunto e estou a fazer um esforço muito grande de memória.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, pareceu-me que era para um investimento em capital ou qualquer coisa à volta disso, mas, por favor, não tome a minha resposta como segura, porque não me recordo de mais nada.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas era comum o banco fazer avaliações de *ratings* para empresas a que não ia conceder crédito?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Vamos lá ver: normalmente, a maioria dos *ratings* são para conceder crédito, mas muitos dos que fazemos — e penso que continuam a fazer — depois não acabam em crédito, mas não me lembro de muitas situações destas em que depois não acabasse num processo de crédito, efetivamente.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Neste caso, efetivamente, acabou ou não acabou num processo de crédito?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Não. Respondo-lhe diretamente: o DRG nunca utilizou este *rating*.

Já agora, o Sr. Deputado José Magalhães, que já não se encontra...

*Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente José Magalhães.*

O Sr. **Presidente**: — Estou, estou! Estou aqui ao seu lado.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Sr. Presidente, peço desculpa!

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Não se assuste!

*Risos.*

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E está com poderes reforçados! Portanto, imagine o que pode acontecer!

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Não é caso para se assustar.

*Risos.*

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Não, não! Eu não quero ofender ninguém, mas não notei esta passagem de testemunho.

Srs. Deputados, peço-lhes imensa desculpa.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Faça favor!

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Há pouco houve um pormenor que não referi e que me parece importante: este *rating* nunca foi utilizado para efeitos regulamentares ou prudenciais, isto é, para cálculos de imparidades, para requisitos de capital, ou o que quer que seja. Nunca! O DRG nunca utilizou este *rating*.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Qual era a relação entre estes *ratings* e estas análises que eram feitas e aquilo que era, depois, a colocação de dívida destas empresas junto de clientes do banco? Havia articulação entre o Departamento de Risco Global e o departamento que fazia a colocação da dívida de algumas empresas nas carteiras dos clientes, ou até nos próprios fundos, ou os dois funcionavam de forma completamente estanque?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Está a falar da Direção de Gestão de Poupanças?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sim.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Não, o DRG nunca tinha sido, nem antes nem depois, nem este *rating* foi... Aliás, este *rating*, com todo o respeito, é de 2012. Vamos lá pôr as coisas no tempo. Historicamente nunca

fomos consultados acerca da colocação de papel nem nas carteiras de gestão discricionária, nem noutra coisa qualquer.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Gostaria de lhe explicar a razão de ser da minha pergunta que não se centra completamente no *rating*.

É normal que um banco, quando aceita dívida de uma empresa para a qual serve de intermediário financeiro, espere que essa empresa tenha uma certa solidez e não ande propriamente a colocar dívida de uma qualquer empresa.

Como também é normal que, por exemplo, na constituição de fundos também haja preocupação com a solidez das empresas, como com a sua rentabilidade. E, de facto, na ESI, estávamos a falar de uma empresa em que, aparentemente, as contas não estavam consolidadas, não havia, sequer, um revisor.

Portanto, perguntei a mim mesma se, havendo um departamento de risco, havia alguma interação entre estes departamentos, ou se estas análises de empresas, que eram, necessariamente, feitas, eram feitas por departamentos diferentes.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — É perfeitamente pertinente a sua questão. O que posso confirmar é que nunca fomos interpelados e que, pelo que procurei apurar junto dos meus sucessores, porque isto já se passa quando não estou no DRG — mas respondo na mesma, sem problemas —, nunca o DRG foi interpelado para emitir opinião de risco sobre este assunto.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Quando disse que, no âmbito do PAEF, começaram a ser feitos exercícios sobre as carteiras de crédito...

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Sim.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — ... e um deles foi este ETRICC 2, em que todo este caso veio ao de cima.

O que pergunto é se o próprio departamento de risco não fazia exercícios desta natureza antes, porque, para quem olha de fora, é muito difícil de compreender que o supervisor tenha sentido necessidade de fazer este exercício, de perceber, no fundo, que estava ali crédito e se algum dia esse crédito ia ser recebido ou se estava malparado — e muitos até acham que o supervisor o devia ter feito antes e ter percebido antes o problema —, e que o próprio departamento de risco do banco, como, aliás, a auditoria interna e a auditoria externa, nunca se tenha lembrado de fazer exercícios desta natureza.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Peço desculpa, a monitorização do risco de crédito era feita.

Como referi há pouco, a nossa exposição, ou seja, a exposição do BES à ESI era inexistente. A exposição era na ESFG através da ESFIL e do Banco do Panamá, se bem me recordo, e era coberta por colaterais tal como relatei há minutos.

Mas fazíamos, obviamente. Aliás, todos os meses, e presumo que neste momento isso continue a ser verdade, é calculada a imparidade de todos os clientes do banco. E, já agora, essa é uma máquina extremamente complexa que vai buscar não sei quantos indícios de possível incumprimento, mesmo que não estejam em crédito vencido. É algo extremamente complexo e os casos, inclusivamente, de alguma exposição mais elevada são analisados um a um. Isso é feito, com certeza.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E era feito também na ESFG?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Em relação à ESFG, que eu saiba, a exposição a clientes que tinha — e estou a falar de cor, porque não tinha limitações de acesso às carteiras de clientes —, era feita através daqueles dois bancos à ESI e à Resources e que estavam colateralizados. Nunca levantaram dúvidas nenhuma aos próprios auditores externos, nem a nós.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Pois, não levantaram, mas deviam ter levantado, porque, de facto, quando se fez uma análise percebeu-se que havia ali um problema e foi um problema de uma dimensão tal que teve as consequências que teve.

Não duvido que o sistema de controlo era muito complexo, mas duvido da sua eficácia, porque objetivamente o sistema de controlo falhou.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, há aqui um ponto que me parece relevante.

Em relação à exposição, a única maneira que teríamos de detetar isto, a não ser esta, como lhe disse, seria se as colocações junto dos clientes estivessem adicionadas aos grandes riscos de concentração. Creio que, mesmo hoje, depois deste assunto, isso ainda não é feito — aliás, posso estar enganado se, entretanto, a legislação foi alterada.

Aquilo que se fez no ETRICC foi, efetivamente, verificar toda a exposição que foi declarativa, como disse, e foi aquele processo que expliquei, que foi comigo diretamente, não foi com mais ninguém.

Portanto, se me diz que era possível outra maneira, eu digo que só seria possível se, mas não conheço, sinceramente... Quando um dos Srs. Deputados, agora Presidente, disse que eu tinha, desde tempos imemoráveis, especialidade na área de risco, não era tanto assim, mas tenho alguns anos obviamente. Mas dizia eu que não conheço, sinceramente, nenhum banco que junte, para efeitos do cálculo da sua imparidade, etc., a exposição de

dívida colocada junto dos seus clientes. Pessoalmente não conheço! Não estou a dizer que seja bem. Talvez disto se faça um *case study*, para fazer história e para se aprender. Por mim, a próxima vez que acontecer, hei de olhar para isso. Mas não é comum, não conheço.

Como digo, mesmo hoje, penso que a legislação não se alterou, o risco de concentração continua a não incluir este tipo de relação, porque, no fim de contas, são os clientes, infelizmente, neste caso, que tomam o risco. Infelizmente e com muita mágoa minha, acredite.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Pois, mas, provavelmente, os clientes quando adquirem papel comercial num banco não imaginam que estão a adquirir papel comercial de uma empresa que não tem contas auditadas, nem revisor e em que as coisas se podem passar desta maneira.

Não queria estar a entrar em opiniões, mas creio que aqui a questão está não só na concentração, mas também na qualidade de parte relacionada, porque, de facto, quando estamos a falar de partes não financeiras de grupos que têm partes financeiras e não financeiras, há provavelmente necessidade de ter especiais cuidados. Mas isso já tem a ver com reflexões futuras que esta Comissão terá de fazer.

Pergunto-lhe, entrando no problema propriamente dito e no cenário do ETRICC 2, em que se começa a perceber que há um problema grave na ESI, só para entender bem, porque, das respostas às perguntas que o Sr. Deputado José Magalhães lhe fez, acabei por ficar baralhada se o sistema informático no qual eram feitas as contas da ESI era um sistema simples. Certo? Era uma folha de cálculo relativamente simples?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Não disse isso. O que disse foi que vi computadores *laptops* e computadores portáteis ali. Não vi nenhum servidor gigantesco. Não vi mais nada além disso. É possível que tenham um servidor

para os *e-mails*, etc., mas também não me pareceu que usassem *Excel*, mas usariam, com certeza, alguma ferramenta informática.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Gostava de perceber se eram umas contas particularmente sofisticadas ou se, pelo contrário, eram umas contas simples e simplificadas. De algumas descrições que foram feitas aqui na Comissão, fiquei com a ideia de que seriam contas muito simples.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Se olharmos para as contas tal como são apresentadas pela ESI, elas são relativamente simples, efetivamente, têm umas participações, a esmagadora maioria do ativo são participações, o passivo deveria ser aquele que era, obviamente, deveria estar correto e, depois, há os adiantamentos a participadas e, sobre a parte dos adiantamentos às participadas, já tive ocasião de falar há pouco que aí a situação, pelo menos para mim, nunca foi assim tão evidente, porque passávamos de empréstimos feitos a uma participada, depois essa participada tinha relações com outra...

Repare: estávamos a falar de cerca de 40 empresas, o que tornava complexo não era propriamente o facto de... Supostamente era uma *holding* pura, sem atividade, o que tornava difícil não era propriamente fazer — já agora, a parte mais fácil era ter a dívida correta — era compreender, para quem olhar, como procurei efetivamente olhar, *a posteriori*, eram todos aqueles fluxos que existiam entre uma teia enorme de empresas.

Certamente por falta de capacidade da minha parte, não consegui vislumbrar, porque esbarrava sempre noutra empréstimo e, depois, não tinha contas correntes, com o necessário detalhe. Algumas vezes apareceram umas contas correntes entre empresas em que o histórico não dizia, perdoem-me a expressão, nada. Daí vem a complexidade. Não é a conta da ESI, percebe-



me? A conta da ESI não me parece que fosse difícil de fazer, mas como não era eu que as fazia, portanto sou eu a dizer.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Percebeu, depois, ao longo de todo este processo, ou já agora no final, como é que foi feita a adulteração do passivo? Adulteração, ou erro, ou seja o que for! Como é que aqueles 1300 milhões que não estavam tinham desaparecido dali, digamos assim?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Eu tinha dito que não era opinativo. Vou tentar dar a minha interpretação, mas não tenho nenhuma evidência relativamente a isso.

Portanto, se alguém vier dizer que não foi assim...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sendo opinativo é uma questão técnica.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Claro! Não é que amanhã venha cá alguém dizer que era de outra maneira completamente diferente.

A minha dedução é que foi reduzido, pura e simplesmente, ao passivo, ou seja, foram tiradas alíneas de dívida.

Não sei se tiveram acesso ao detalhe da dívida da ESI. São páginas e páginas de *notes*, *bonds*, etc. e, portanto, aparentemente, só quem praticou efetivamente o que quer que tenha praticado é que poderá explicá-lo. Foi, pura e simplesmente, ignorar umas linhas que lá estavam de dívida. Tanto que a dívida depois apareceu logo no final de novembro.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sim, apareceu logo no final de novembro, eu sei.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — É porque esse controlo existia. Não é?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Essa é uma pergunta muito curiosa. Diz exatamente isso, se a dívida apareceu logo é porque esse controlo existia. Alguma vez viu outras contas para além das contas oficiais?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Não, nunca! Mas mantenho o que disse há pouco. Se aparecem... Repare numa coisa.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não foi preciso contratar um auditor para aparecer o passivo verdadeiro.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Exatamente.

Enquanto que, do lado do ativo, isso aconteceu; do lado do passivo, aquilo apareceu. Como digo, eu apenas as tomei como declarativas, mas, a final, vista a auditoria da KPMG, não havia problemas grandes. Quer dizer, problemas havia, peço desculpa, já estou um pouco fatigado, mas alguém sabia que a dívida era aquela, porque senão teria sido necessário, como a Sr.<sup>a</sup> Deputada muito bem referiu, fazer um inquérito, e por aí fora.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Diga-me uma coisa: se aquele passivo não tivesse sido ocultado ao longo dos anos, imaginando-se que não havia nenhuma alteração no ativo, a empresa teria progressivamente passado a ter capitais próprios cada vez mais reduzidos ou até negativos.

Que consequências é que isso teria tido no Grupo Espírito Santo?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Uma empresa com capitais próprios negativos? Olhe, em primeiro lugar, o *rating* não era aquele. Já agora, a propósito, se me tivessem mostrado uma empresa com capitais próprios

negativos o *rating* não era aquele. Não é? É que isto diz-me diretamente respeito e, por isso, é que tenho aqui algum *parti pris* relativamente ao mesmo.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Falou-nos de três reuniões diferentes que teve em novembro de 2013 e que não conseguia precisar a data, a tal que aparece no depoimento como tendo sido a 5, mas disse-nos que na primeira reunião lhe disseram que o passivo não era aquele que conhecia, era outro substancialmente...

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Peço desculpa se me exprimi mal.  
Não me tinham dado o passivo.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Exatamente, é isso mesmo.  
E quando lho deram pediu uma explicação para aquele passivo?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Claro! Pedi uma explicação porque havia um aumento de 2,3 ou 2,4 milhões de euros.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E, depois, e até escrevi aqui, quando pediu a explicação disseram-lhe que tinha de ser o Dr. Ricardo Salgado a dar a explicação.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Exatamente.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Há, então, uma segunda reunião em que chama o Dr. Ricardo Salgado...

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Não sou eu que chamo. Ele é que me chama a mim.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Eu sei. Exatamente!

Há, então, uma segunda reunião em que continua a estar o Sr. Doutor, que continua a não saber porque é que aparecem mais 2,4 milhões de euros de passivo nas contas, aparece o Dr. Castella e o Dr. Machado da Cruz, responsáveis pelas contas, digamos assim, e aparece o Dr. Ricardo Salgado.

Aquilo que nos contou, e se percebi bem ou, melhor dizendo, se anotei bem, foi que o Dr. Ricardo Salgado perguntou: então o que é que se passa? O Sr. Doutor explicou-lhe que foi confrontado com aquele passivo, que lhe disseram para lhe perguntar a ele, que, então, se gerou uma grande confusão e que já não se sabia se tinha sido um erro, ou se tinha sido uma falta de consolidação.

A minha questão, porque, quer a versão de que foi um erro contabilístico, quer a de que foi falta ou erro de consolidação, que acabam, também, por ser erros contabilísticos, são sempre da responsabilidade do próprio contabilista, do Dr. Machado da Cruz, ou, no limite, do Dr. Castella.

Assim, o que pergunto é: para que é que se chama o presidente de um banco para explicar que umas contas estão erradas, porque houve um erro de contabilidade? A que propósito?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Peço desculpa, o Dr. Ricardo Salgado eu não o vi ali na qualidade de presidente do banco; ele era administrador da ESI.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Seja. Mas não é o administrador que faz a contabilidade. Quem faz a contabilidade, no caso, era o *commissaire aux comptes*.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Mas eu não consegui ter maneiras de extrair respostas das pessoas. A tortura não faz parte dos meus ideais.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas compreenda a minha dificuldade, porque quando é, de facto, apenas um erro do contabilista...

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Compreendo, compreendo!

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): —... eu não percebo a que propósito é que o administrador da empresa lá aparece! Só faz sentido ele aparecer se mandar cometer erros. É isso!

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Bem, quanto a essa última parte não me vou pronunciar.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — É opinativa e não tem de se pronunciar.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Não, não me vou pronunciar.

Mas, Sr.<sup>a</sup> Deputada, peço desculpa do meu tom brincalhão ainda há pouco, isto é um assunto muito sério, é um assunto em que muita gente, infelizmente, perdeu dinheiro e eu peço desculpa por, se calhar, usar algum tom menos apropriado.

O que quero dizer é que as pessoas disseram-me: não somos nós que vamos dar a explicação. E, como lhe disse há pouco, já não me recordo se foi do outro lado que marcaram a reunião, ou se fui eu que tomei a iniciativa — não me recordo, sinceramente —, mas o certo é que a reunião ocorreu a quatro e, nessa reunião, o que aconteceu, efetivamente, foi que a primeira

pergunta foi para mim e eu devolvi-a logo, dizendo que aquela pergunta não poderia ser para mim.

Quer dizer: estão a dizer-me que há um aumento, na altura, já não me recordo se se tinha ou não noção da dimensão, mas que havia um aumento muito substancial da dívida havia, mas, sinceramente, não consigo reproduzir até porque os *e-mail* que vêm depois dessas reuniões e, portanto, não consigo reproduzir exatamente...

No entanto, como dizia, a pergunta vem para mim mas, rapidamente, passou para as outras pessoas que estavam presentes na sala, porque, obviamente, não era eu que ia explicar porque, como muito bem disse, se não é o administrador que faz as contas, também não era eu que fazia as contas!

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sim, mas eu continuo é sem perceber por que é que o contabilista e o *controller*, para explicarem que cometeram um erro, chamam o administrador! Compreenda que, para quem está a analisar a motivação, não tem sentido.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Percebo! Eu compreendo.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Então, a que propósito é que na terceira reunião surge o Dr. Martins Pereira?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Eu não sabia. Foi marcada uma nova reunião — aliás, acho que não houve só uma, acho que houve, pelo menos, duas deste tipo, repetitivas e inconclusivas.

Creio que a questão do erro informático, não sei se não terá sido alguém que terá falado nisso — o Sr. Presidente, há pouco lembrou-me —,

mas não creio que alguém possa ter alvitado que poderia ter sido um erro informático.

De qualquer forma, houve duas reuniões à volta do sistema, mas, sobretudo, a grande questão era a da consolidação, perguntando-se que empresas é que não estavam consolidadas, que tinham dívida e que não tinham de ter dívida.

Mas, repare, era um bocado estranho. Sabe porquê? A dívida que faltava era mesmo na ESI, portanto não era um problema de consolidação, mas esta é uma conclusão minha e *a posteriori*.

A dívida era dívida emitida pela ESI, que chegava aquele montante, e que há pouco alguém até me ajudou com o respetivo valor, mas não era de outras empresas, eu não me recordo de ter aparecido um aumento de dívida, um incremento de dívida noutras empresas.

Quanto à questão de saber por que é que foi, sinceramente só sei que não tive a resposta adequada naquela altura. Isso, sim! Mas não me fiquei por aí, pelas razões que já expliquei.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — No que, depois, acaba por ser o trabalho de finalidade especial da KPMG — creio, ser assim que se chama —...

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Exatamente.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — ... aparece o passivo real, digamos assim, ou seja, acrescentado, mas do lado do ativo aparece um aumento bastante grande desse ativo.

Gostava de saber se esses ativos que foram descobertos nesses processos de consolidação — e que, curiosamente, valiam também 1,3

milhões de euros —, ou melhor, se essa descoberta miraculosa também foi, algum dia, discutida nessas reuniões.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Milagre não houve, tanto que esses ativos não apareceram.

Foi alvitrado que podia ...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Apareceram nas contas. Foi, digamos assim, um milagre contabilístico, embora não, depois, acompanhado pela realização.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Bom, já não me recordo se, inclusivamente, na segunda fase da auditoria da ESI esses ativos, em 31 de dezembro... Mas já estou um pouco confuso com esse ponto.

O que foi alvitrado entre as várias explicações foi que, além da consolidação, poderia haver outros ativos que não estivessem reconhecidos nas contas e que tinham de se investigar.

Portanto, Sr.<sup>a</sup> Deputada, repito aquilo que já disse 10 vezes e, desculpe e não leve a mal: não foram utilizados esses ativos. Dos balanços da ESI, eu só utilizei a dívida e, mesmo assim, a título declarativo. Os ativos foram os ativos que, depois, foram validados e avaliados pela Pricewaterhouse, etc.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas, então, como é que aparecem estes ativos neste trabalho de finalidade especial da KPMG às contas da ESI?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Isso tem de ser perguntado a quem fez essas contas. Não fui eu, com todo o respeito.



A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — O que está a dizer-me é que para efeitos de ETRICC não inseriu estes ativos; eles depois terão aparecido nas contas da empresa quando...

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Mas isso pode ser facilmente conferido.

Há, efetivamente, uma pequeníssima parte de dois projetos, penso eu, em Angola de muito pequena dimensão, que não têm nada a ver com o valor atual de 1,3 milhões de euros, que são inseridos posteriormente, penso que já em janeiro ou fevereiro, mas aí havia documentação de propriedade — e não eram coisas antigas

Efetivamente, foram-nos fornecidos eu não sei se dois se três projetos...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Dois ou três no valor de 300 milhões!

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Sim, 300 milhões, mas é um somatório algébrico dos *cash-flows*, porque se nós atualizássemos os *cash-flows* para o momento presente, depende da taxa de juro de desconto, mas, se os atualizássemos para o presente, é evidente que ainda daria menos. Não é?

Penso que os 300 milhões de euros de que me está a falar...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — O Sr. Doutor não me está a responder a mim...

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Desculpe...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não tem importância, porque acaba por ajudar ao bom funcionamento da Comissão.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Isto para dizer que esses projetos, no início, como qualquer projeto de investimento, até são consumidores de caixa, porque, como em qualquer projeto de investimento, é preciso pagar o terreno, é preciso construir os edifícios e é preciso vender os edifícios.

Portanto, se verificarem no ETRICC, sobre esses projetos de investimento a única coisa que fizemos, de acordo com a Price nas muitas reuniões que tivemos, foi, porque o GES nos tinha dito que começaria esses projetos em 2014, um *delay* para 2016, o que ainda tornou menos importante e significativo esse valor.

Os 300 milhões de dólares, eventualmente, são o somatório dos *cash-flows*, mas não descontados como devia ser. Poderia fazer-se, efetivamente, como sabe, pode descontar-se isso e pode meter-se na contabilidade. Se tiver a propriedade e se tiver um projeto, o projeto é avaliado e, depois, é descontado para o momento presente, mas isso não é a mera soma dos *cash-flows*.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Só uma última questão.

É mencionado um memorando seu num outro memorando de uns advogados luxemburgueses, que, creio, conhecerá, mas, em todo o caso é pedido pela ES Control ao escritório Arendt & Medernach, no qual dizem que lhes foi pedido o aconselhamento legal no contexto do projeto Fénix.

Tem conhecimento do que era o projeto Fénix e se este projeto tinha a ver com a reestruturação? Se era um nome de código desta reestruturação?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Neste processo todo há coisas muito complicadas. Essa é uma mera brincadeira e penso que quem sugeriu esse nome foram os próprios advogados.

Os advogados utilizam nomes de código para fazerem os respetivos *files*, e acho que Fénix era a reestruturação do Grupo, o renascimento da Fénix.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Se calhar, tinha mais a ver com cinzas do que com renascimento.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Com cinzas, pois, mas acho que andava um pouco à volta disso.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, gostava de dar as boas tardes ao Dr. Carlos Calvário e colocar-lhe desde já a seguinte questão: acompanhou de perto a candidatura do Grupo BES ao Basileia II?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Sim.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Depois teve, inclusivamente, ligado com alguma responsabilidade, às equipas internas do BES para responder às solicitações, no âmbito do CIP, do OIP e também dos contactos com a troica e o Banco de Portugal.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Sim, às duas primeiras perguntas, como já tinha referido. Em 2011 e 2012, não me recordo se era CIP e OIP, mas foi enquanto estive no DRG; depois de sair do DRG, a minha intervenção foi neste caso.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — O que a troica possa ter realizado após 2012, já o senhor não estava no DRG.

Como é que um exercício de supervisão, no caso de inspeção, sobre a totalidade da carteira de crédito e outro, depois, sobre uma parte da carteira de crédito mais a carteira de imobiliário não alcançam os problemas que já estavam a verificar-se numa parte substantiva da carteira de crédito?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Há pouco, provavelmente, fui muito sintético, procurando seguir as orientações do Sr. Presidente, mas, de qualquer maneira, referi que as amostras eram geográfica e sectorialmente definidas previamente pelo Banco de Portugal.

Nos três exercícios — e este é um quarto —...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Foi o ETRICC e, depois, o ETRICC GE.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Exatamente.

E, portanto, a definição das amostras nunca apanhou... ou não foi nada escondido, não houve ali nada.

Repare: o primeiro — e peço desculpa, porque posso estar eventualmente a... e isto já foi há quatro anos — dizia respeito às exposições que havia sobre o risco de Portugal e Espanha, sobre a Ibéria. Na altura a Espanha estava também com alguns problemas, se bem se recordarão, e, portanto, as carteiras da Ibéria, ou contabilizados noutras geografias, mas que dissessem respeito a risco de Portugal ou Espanha, foram incluídos.

O segundo manteve o mesmo âmbito geográfico, se a memória não me traiçoa, em 2012, mas foi, sobretudo, dedicado ao imobiliário, à construção civil e às obras públicas, portanto ao problema dos cortes.

Em relação ao terceiro, sinceramente, não sei qual foi a forma como foi definida a amostra.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — É que o Banco de Portugal produziu um conjunto de conclusões sobre esses documentos em que vai sempre dizendo que a banca portuguesa apresentou bons resultados e, com isto, estou apenas a querer montar a sucessão de inspeções que vão dando confiança à banca portuguesa, apesar de não terem elementos factuais para darem.

Como é que, já agora, a sucursal financeira no exterior nunca foi envolvida nesses exercícios do Banco de Portugal, apesar de uma boa parte do crédito à Escom ter sido realizado através da sucursal financeira exterior?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Estou a fazer um esforço, mas não consigo confirmar se sim se não; provavelmente, não, mas não sei, até porque houve uma inspeção que não acompanhei que foi a de 2013.

Não me lembro de terem sido pedidos. Em 2011 e 2012 não foram pedidos elementos da SFE (Sucursal Financeira do Exterior), que me lembre e estou a tentar refrescar a minha memória de coisas de há quatro anos.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Era responsável pelo departamento de risco global em 2011 e 2012, mas em 2013, já não era e, portanto, não acompanhou o primeiro exercício transversal, ETRICC, mas, depois, teve novamente um papel no ETRICC GE, nomeadamente fazendo a *interface*, como disse, com o Banco de Portugal.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Essa foi uma decisão da comissão executiva porque, modéstia à parte, provavelmente, terão pensado que, como eu tinha bastante conhecimento dos procedimentos, poderia dar um contributo. Tratou-se de uma decisão que nem sequer pus em causa.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Estou a fazer esta ligação, porque regressa a servir de *interface* com as autoridades de supervisão para o ETRICC GE depois de ter estado ausente no ETRICC?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Não, não. Peço desculpa. Não tive relações propriamente; quem tinha era o DRG e o administrador do pelouro. Não era eu que tinha a relação com o ETRICC.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Com o GE ou com o 2.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Com o 2. Não fui eu o responsável do ETRICC GE. Isso era da responsabilidade do DRG, obviamente, sem que isto seja uma desresponsabilização da minha parte sobre o que quer que seja. Tenho a certeza de que os meus colegas fizeram um excelente trabalho.

Foi-me pedido pela comissão executiva que acompanhasse o GES pelas razões que, creio, já expliquei, mas que não me importo de voltar a falar. Pela diversidade de instituições bancárias que concediam crédito e porque, mesmo dentro do BES, as áreas comerciais estavam bastante dispersas, alguém se lembrou de mim na comissão executiva e isso foi-me comunicado, porque eu não estava na comissão executiva.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas esteve, entretanto, no DEE?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Sim.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E, exatamente, o que é que fazia?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — O DEE foi um departamento criado no final, como disse no princípio desta audição, que tinha por missão acompanhar três grandes linhas, digamos assim, sendo que a mais importante e mais significativa derivava do facto de — e era a minha opinião também na altura — o banco ter uma quantidade muito grande de exposição aos chamados fundos de reestruturação, nomeadamente ECS, Vallis, Oxy, Capital, etc., e ter um envolvimento muito grande, ou seja, detinha UP (unidades de participação) em valor elevado, e então, criou-se uma segregação de funções em que, nas operações propriamente ditas de vendas, nos créditos ou nas negociações de créditos, o departamento não intervinha, mas, a partir do momento em que o banco adquiria para a sua carteira as UP, vendia os créditos e comprava UP, o banco ficava com o risco sobre o desempenho e a *performance* do fundo.

Portanto, eu estive envolvido, depois, inclusivamente com outros bancos, porque falámos com outros bancos, no sentido de melhorar — acho que é a palavra certa — a qualidade de reporte que esses fundos transmitiam aos seus participantes, de tal forma que pudéssemos ir acompanhando e antecipando minimamente as possíveis desvalorizações. Se fossem valorizações, obviamente, seria muito interessante, mas estávamos mais preocupados com as desvalorizações.

Este era um dos pontos, talvez o mais importante. O banco naquela altura já tinha mais de 1000 milhões de euros nestes fundos, se a memória não me falha, e, peço desculpa, porque posso estar equivocado, mas acho que era um valor mais ou menos semelhante. E não estava bem claro quem fazia esse papel.

O segundo ponto — que tem a ver também um bocadinho com o primeiro, porque também eram participações —, que também era relativamente importante, é que, para além das participações que o banco tinha, através de sociedades de capital de risco, como aquela onde trabalhei

durante alguns anos, a ES Capital, e que estavam devidamente acompanhadas, e bem, e a Tech Ventures também tinha participações e nessas não entrávamos, mas, depois, verificava-se, pela análise do balanço do banco, que havia uma série grande de participações, não queria dizer avulso, provenientes de processos antigos de recuperação de crédito e coisas do género, que, eventualmente, tinham ficado na carteira do banco.

Havia também um outro fundo que era gerido diretamente pelo banco que era o PME Capital Growth e que estava a correr francamente mal.

Este segundo eixo, este segundo pilar de atuação consistia — e foi aquele que não tivemos, depois, muito mais tempo para o desenvolver — em verificar se essas participações valiam dinheiro, se não valiam dinheiro, em propor à comissão executiva, eventualmente, ações, representar o banco em assembleias-gerais, etc., e, de alguma maneira, dar algum acompanhamento aos ativos todos e isso ficava ali numa zona ligeiramente cinzenta que nunca era, pelo menos tanto quanto percebi, de ninguém.

Depois, ficámos também com uma tarefa mais em abstrato de assessorar o conselho. O DEE não era um órgão executivo, não fazia operações, não tinha clientes, mas, por vezes, em certas operações, certos clientes com grande dimensão, a comissão executiva pedia-nos para analisar também essas situações, auxiliando os departamentos comerciais que estavam mais vocacionados para a parte, digamos assim, tradicional do crédito.

Portanto, na equipa do DEE, quase metade das pessoas vinham do Banco de Investimento e tinham noções de *corporate*, de *finance*, de *project finance*. Eram pessoas que tinham outra formação, diferente, e que podiam fazer, como foi no caso do GES...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Assessoravam o conselho executivo, presumo.



O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Sim, sim.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Em que matérias, especificamente?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Analisando *dossiers*. Ou seja, apresentavam *dossiers* que podiam, inclusivamente, vir das áreas comerciais, que nos pediam para analisa, mas essa parte foi aquela com menos importância.

A parte mais importante era a dos fundos e ainda foram feitas muitas alterações aos regulamentos dos fundos de investimento provenientes das nossas recomendações e dos outros, porque foi criado um grupo de trabalho de vários bancos que também tinham essas participações e, depois, foram negociadas, efetivamente, algumas alterações no sentido de ser fornecida mais informação, de forma mais regular, etc.,

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Nunca lidou com a ESI, neste departamento de estruturação de empresas?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Lidei.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Exatamente como?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Acabei de contar, em outubro de 2013.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas no âmbito das tarefas deste grupo?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Sim.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Deste departamento?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Fazia parte...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não estou a perguntar sobre a sua entrada depois no GES.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Não, não. Compreendi perfeitamente, Sr. Deputado, a sua pergunta.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Antes disso.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Antes disso, não lidei com a ESI. Mas o GES, como um todo, quando apareceu, ou seja, quando foi selecionado — eu não estive na comissão executiva que falou nisto —, presumo que alguém tenha dito «está aqui um *dossier* que convinha ter várias pessoas». Chegámos a ter quatro pessoas, creio, a trabalhar. O relatório final da Price são mais de 160 páginas.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas, espere, está a falar novamente do ETRICC GE?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Sim.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Estou a perguntar-lhe se, ao longo do seu trabalho no DEE, tendo em conta que, de acordo com o que nos diz, na prática fazia uma espécie de gestão da relação com os ativos, nomeadamente ativos tóxicos, que estavam em permanente desvalorização, ou fundos de risco...

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Eu não disse isso. Peço desculpa.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Já são conclusões minhas. Eu sei que não disse isto.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Peço imensa desculpa. Não quero ser indelicado, de maneira nenhuma, mas eu não disse que eram ativos tóxicos.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Isso já sou eu a dizer, é uma consideração minha.

Tendo em conta que fazia a gestão de fundos que estão em permanente desvalorização e que estão sob gestão sabe-se lá de quem, nesse âmbito é que lhe perguntava se, antes disso, se tinha relacionado — e não estou a referir-me ao ETRICC GE —, com a ESI no departamento de estruturação de empresas.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Não.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Portanto, este departamento não negociava com outras empresas do grupo dos azuis ou com a ESI?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — O departamento não negociava com ninguém! Nós não tínhamos clientes! Nós não negociávamos com ninguém! Os departamentos comerciais é que tinham essa responsabilidade de negociar, etc. Nós fazíamos análises que nos eram pedidas sobre determinados casos — foi o caso do GES.

Lembro-me, concretamente, de algum acompanhamento que tenha sido feito, eventualmente, a empresas da Rioforte, mais uma vez, não

comercial, a empresas que tinham crédito no BES, embora pequeno. Isso lembro-me de termos olhado e de termos visto alguma coisa acerca disso.

Respondendo à sua primeira pergunta eu nunca lidei com a ESI.

Segundo: o facto de o banco pretender acompanhar de perto os fundos de reestruturação não quer dizer que eles fossem mal geridos. Isso seria tremendamente ofensivo para as pessoas. Conheci uma série delas e não era isso. O que se pretendia era, efetivamente, um maior acesso a informação e, sobretudo, separar quem é que fazia as operações de quem acompanhava depois a *performance* dos fundos.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sobre a concentração de risco, disse-nos que não conhece nenhum banco que tenha em conta a exposição aos clientes para fins de consideração e avaliação de risco, mas, se não estou em erro — e eu não encontrei as cartas, porque são muitos documentos —, a CMVM há muito que se articulava com departamentos do banco, nomeadamente, julgo, com o DFME para atentar à exposição dos clientes à dívida.

Se não estou erro, ainda antes de 2001 havia esses alertas e conselhos para que essa exposição fosse diminuída e nunca isso fez com que o departamento de risco global tomasse qualquer medida no sentido de ter em conta a concentração de risco e a exposição aos clientes.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — O que eu referi explicitamente, para sermos claros, foi que não conheço bancos — mas pode haver, porque há tantos bancos no mundo — que calculem o risco de concentração adicionando a exposição de créditos de papel comprado por clientes e que, na prática, ficam depositados nas contas de títulos. Pessoalmente, não conheço, mas isso não quer dizer que não existam. Nem conheço nenhuma alteração posterior a este caso, mas pode ser que...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas já havia alertas?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — O Sr. Deputado referiu concretamente outros departamentos.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — É estranho que o departamento que fazia a avaliação de risco não fosse envolvido, precisamente porque era um dos departamentos objetivamente envolvidos.

Gostava também de referir a questão da avaliação do risco entre empresas do próprio Grupo, que já foi aqui referida pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles, e, eventualmente, por outros Deputados.

Por exemplo, no caso concreto da Escom, que era uma das principais titulares de crédito por parte do BES, como é que era feita a avaliação de risco desta empresa?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — O crédito à Escom...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Já agora, só para clarificar: todos os créditos, filiais, sucursais, etc. tinham avaliação pelo departamento de risco global ou havia alguns que não reportavam minimamente ao departamento de risco global e quais é que não reportavam?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Por exemplo, para efeitos de cobertura de *rating*, havia alguns em que não se conseguia fazer *rating* por diversas razões e chegávamos à conclusão de que não tínhamos condições para fazer *rating* e mesmo relativamente a empresas com *rating* essa cobertura de *rating* não é de 100%, andava em níveis inferiores.

Relativamente à concessão de crédito, ela era feita no conselho de crédito, onde estavam vários administradores, onde também estava presente o DRG e normalmente eu — e isso não me desresponsabiliza de nada porque era uma opção minha —, indicava a pessoa da área das grandes empresas para ir, porque essa pessoa conhecia mais em detalhe os *dossiers* de *rating*, etc., mas, atenção, havia confiança total sobre os meus colegas que lá estiveram e sob a minha total responsabilidade.

Mas eu já tinha participado antes num conselho de crédito quando estava na DAERC, por exemplo, participava e ia apresentar os meus *dossiers* ao conselho de crédito, pelo que conhecia perfeitamente o funcionamento.

Mas havia créditos para os quais nós não nos era pedida qualquer informação nem qualquer análise de risco e que eram, pura e simplesmente, aprovados. Isso existia.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não estou a referi-me a créditos que não atingem o valor necessário para ir ao conselho. Estou a perguntar...

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Sim, mas mesmo no conselho.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Trata-se de créditos que atingiam esses valores.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Está a falar-me de um concretamente.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Exato. Este não passava.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Não. Que eu saiba... Eu não me recordo de, alguma vez, ter sido pedida alguma análise da Escom ao DRG.

Creio que esse foi um crédito que se foi avolumando e que no qual não tivemos interferência.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas pelo seu valor crédito à Escom situava-se já nos grandes riscos, não é?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Não, o crédito à Escom estava dentro do GES, não estava dentro dos... Sinceramente, penso que ele não entrava dentro dos Top 10, mas isso é irrelevante.

Vamos lá ver: o conselho de crédito...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Em Angola o crédito da Escom era logo o segundo maior crédito. O risco de Angola não reportava ao risco global?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Já referi aqui que, do ponto de vista prudencial, eram-nos reportados o crédito vencido, a imparidade e o balanço total, porque é a única maneira de consolidar depois as contas do lado de cá. E, já agora, os requisitos de capital também não...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sim, mas está-nos só a colocar coisas *a posteriori*, pergunto-lhe é *a anterior*.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Mas já vamos ver que nem *a posteriori*. Peço desculpa de, indelicadamente, o ter interrompido.

Isso era-nos fornecido *a posteriori*, obviamente e, no caso dos grandes riscos, era-nos fornecida uma lista de nomes, pura e simplesmente. Mas nós não fazíamos análise. Essa era uma empresa conhecida, mas nós não fazíamos uma pré-análise das análises que eram feitas em Luanda.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Desculpe a minha estranheza, mas há uma dívida em Angola que já gera inclusivamente imparidades por juros incobráveis, que são registadas no relatório e contas do BES por consolidar cá, há créditos que, reconhecidamente, são atribuídos sem qualquer controlo e esses alertas são muito antigos e, ainda assim, o departamento de risco global e o próprio BES continuavam ser ter uma intervenção *a anteriori* da atribuição de novos créditos? E, pior, continuava a manter uma linha de crédito aberta com o BESA?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Sr. Deputado, há aí vários pontos, se me permite.

Diz que o conhecimento e as provisões refletidas... Já havia crédito vencido...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E juros incobráveis.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — E que havia juros incobráveis. A que ano é que se está a referir, por favor?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — A 2012.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Em 2012, não me recordo. Em 2013, acredito que sim, mas, em 2013, temos uma nova situação, mas devem ser números pequenos.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não refletiam a realidade.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Não posso dizer isso porque, contrariamente àquilo que referiu — e certamente terá as suas razões para o



ter afirmado —, nunca conheci nenhum alerta sobre situações da carteira de crédito de Angola, porquanto, como referi há pouco, eu, DRG...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Nunca recebeu, foi a expressão que utilizou? É que não percebi mesmo o que disse.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Não recebi nenhuma indicação...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — «Receber» é o verbo que está a utilizar? Mas de quem é que deveria ter recebido?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — De qualquer entidade. Poderia ser da comissão executiva do banco; poderia ser do próprio banco em Angola; poderia ser de quem quer que seja, mas eu nunca recebi propriamente...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Só para percebermos: o departamento de risco global só avalia risco se receber alertas? Como é que é possível um crédito à Escom, por exemplo, atribuído através do BESA ou da sucursal financeira no exterior, que atingia vários milhões de euros, não ser sujeito a uma avaliação de risco? É só para percebermos como é que é feito isso.

Presumo que se fosse uma pequena ou média empresa ou mesmo uma grande empresa portuguesa que não fizesse parte do Grupo certamente seria sujeita a um processo de avaliação de risco, pelo menos para contrair 300 milhões de euros de dívida. Não é?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Compreendo, mas, efetivamente, não nos foi pedido pela comissão executiva nem mesmo no conselho de crédito.

Vamos lá ver se não me perco: relativamente ao conselho de crédito, o DRG nunca teve poder de veto. Trabalhei noutra banco estrangeiro onde

isso acontecia, mas não era esse o modelo de funcionamento dentro do BES. Era um modelo em que, efetivamente, o conselho de crédito era soberano, sendo que, muitas vezes, o DRG nem sequer sabia das operações que iam aparecer no conselho de crédito. Às vezes, éramos avisados na véspera, mas havia operações que não sabíamos que iam aparecer.

Portanto, quem aprovou essas operações deve saber por que é que as fez, mas nunca me pediu nenhuma opinião, nem nenhuma análise, nem pode haver, de certeza absoluta, nenhuma opinião relativamente a isso, porque, se não, eu teria feito o trabalho necessário, como é óbvio.

Mas continuo a dizer-lhe que os indicadores principais — sinistralidade, crédito vencido, crédito em risco, imparidades, provisões em P&L, etc. — eram reportados no comité de risco por mim, tal qual os recebia da... E o verbo é mesmo «receber»; não percebo se pode ter alguma interpretação semântica de outra maneira.

Os requisitos de capital sobre Angola eram calculados em Angola, eram-nos enviados e depois adicionados aos outros requisitos de capital.

O Sr. Deputado não estava há pouco quando a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua me perguntou sobre uns *e-mails* que teria havido. Assim que apareceu uma campainha, que foi um *assessment* nos grandes riscos, ou no risco de concentração sobre a República de Angola, eu inquiri, esclareci o assunto, o assunto ficou esclarecido, ficou tratado e não só com Angola, ficou tratado também com o Banco de Portugal.

Se me tivesse aparecido um valor de créditos vencidos ou um valor de provisões elevado, mas o banco em Angola era altamente lucrativo, daquilo que me recordo.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, só para me orientar, quanto tempo é que ainda disponho?

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Cerca de 30 segundos, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Eu não gastei os 8 minutos, Sr. Presidente. O relógio esteve a contar enquanto eu recebi as respostas.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Podemos resolver isso facilmente. Qual é o tempo que o Sr. Deputado considera que...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sinceramente, não sei dizer...

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Então, tem 4 minutos, Sr. Deputado.

Faça favor de continuar.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Tenho ainda duas ou três questões, para terminar, e também não fugirei muito às questões que já estiveram aqui em cima da mesa.

Sobre a ocultação do passivo, tenho apenas uma pergunta a fazer-lhe. O processo já nos foi todo explicado, em várias reuniões, mas não percebemos muito bem, ao certo, o papel de cada um dos intervenientes no processo.

Mas o que gostava de perguntar-lhe tem a ver com o seguinte: quando há a decisão — e não lhe vou perguntar quem decide — de fazer um lançamento contabilístico que desoculta o que estava ocultado há cinco anos, portanto, entre 2008 e dezembro de 2012, ou seja, na prática, um lançamento verdadeiro do passivo, é necessário justificá-lo, porque, um ano antes, estavam lá 1300 milhões de euros a menos, é feito um *matching*, uma correspondência num lançamento contabilístico, com uma listagem de ativos

que, depois, não é validada pela KPMG, porque não se encontra a titularidade daqueles ativos.

A questão que vou colocar é só esta: sobre esse lançamento contabilístico que é feito, quem assumiu a responsabilidade?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Por exclusão de partes, Sr. Deputado, eu há pouco disse que estavam cinco pessoas na sala. Estavam o Dr. Francisco Machado da Cruz, que era *commissaire aux comptes*, o Dr. José Castella, que era *senior manager* da ESI, e o Dr. Ricardo Salgado, que era administrador da ESI. Peço desculpa, mas não percebo por que há dúvidas sobre o meu papel, sobre a razão por que estava na reunião; eu já expliquei por que é que estava na reunião.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Só estou a perguntar-lhe se sabe quem assumiu a responsabilidade pelo *matching* dos ativos, pelos ativos dados em contrapartida com aquele passivo.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Têm de ser as pessoas que estavam ligadas e que podiam movimentar as contas da ESI. Só podem ser essas! Aliás, ali, não havia 20, nem 30 pessoas, só havia três pessoas que estavam ligadas à ESI. O Dr. João Martins Pereira estava na ESFG e eu estava no Banco Espírito Santo. Nem mesmo depois, durante o meu período na ESI, interfeiri em qualquer movimento contabilístico, quanto mais... E, veja bem, Sr. Deputado, qual era a lógica de eu...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Peço desculpa, não estou aqui a querer dizer que o senhor assumiu uma responsabilidade nesse lançamento contabilístico, estou a perguntar-lhe se sabe como é que foi o processo que

levou a que alguém o assinasse, porque esse processo implica consciência de uma falsificação.

Termino, Sr. Presidente, porque não sei quanto tempo me estava a dever e não quero abusar de uma eventual tolerância, com esta questão de saber se o Sr. Doutor tem consciência de como é que se desenvolveu esse processo. Ou seja, perante uma negação, se é que ela existiu da parte da contabilidade, de assumir a falsificação da listagem de ativos, alguém a assumiu, alguém tomou essa decisão, se é que existiu essa indisponibilidade?

Segunda questão: sendo acionista do banco — presumo —, qual foi o seu comportamento acionista, desde 2011 a esta data? Participou nos aumentos de capital, foi enrolado na onda da resolução, ou libertou-se a tempo? Isto, apenas para termos também uma noção.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Vou começar pela última questão. Não tenho meios suficientes para ter ações. Tive algumas ações, talvez em 2011, atribuídas pelo SIBA (Sistema de Incentivos Baseado em Ações), uma pequena carteira, muito pequena mesmo, de ações de outras empresas e liquidei-as todas, em 2011, se a memória não me falha, e liquidei-as, porque precisava do dinheiro, pura e simplesmente.

À última subscrição não fui, porque, inclusivamente, não tinha direitos de subscrição para ir. Portanto, mesmo que quisesse, não podia ir, penso, e aquilo foi mais do que subscrito. Portanto, quem tinha os direitos de subscrição é que, obviamente, ficou com as ações.

Relativamente à primeira pergunta, estou a fazer um esforço para me lembrar e vou repetir para ver se compreendi o alcance da sua questão. O Sr. Deputado pergunta-me se alguém se negou a fazer aquele lançamento?

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Não, a pergunta é sobre como foi o processo de decisão. O Sr. Deputado está a ir por exclusão de partes e,

assim, não foi o nosso depoente, e só restam muito poucas pessoas. Mas a pergunta visa individualizar quem deu a instrução que acarreta a prática de uma infração. Quem foi? O Dr. Ricardo Salgado? O contabilista?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Havia essas três pessoas que estavam ligadas à ESI.

Mas, Sr. Deputado, eu não me recordo de alguém ter dado uma ordem. Chegou-se à conclusão — e teriam de ser as pessoas da ESI a chegar a essa conclusão — que até foi satisfatória para mim em dois pontos: primeiro, do lado da dívida, como já referi, a dívida foi considerada verdadeira — e, embora sendo declarativa, era o melhor que eu tinha, e poderia ter tido um erro e uma surpresa muito grande depois com o relatório da KPMG, o que não veio a acontecer.

Segundo, relativamente à questão dos 1300, ou dos 1200, ou do que quer que seja, peço desculpa, mas, nessas coisas, reitero o que já disse várias vezes: para conhecermos o que é que tinha sido retirado nas contas, em 2012 ou em que ano fosse, era preciso ter feito uma auditoria para trás, a qual esteve prevista e esteve encomendada a várias auditoras — e a comissão executiva da ESI pode confirmar isso —, porque só assim é possível determinar, dentro do *cash-flow statement* do ano, o que é dívida contraída naquele ano e o que é dívida que já existia nos anos anteriores. Compreende?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Nessa reunião nunca vos foram mostradas as contas consolidadas dos cinco anos passados?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Dos cinco anos passados? Consolidadas?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sim, as contas reais, sem ocultação de passivo.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Eu nunca vi contas consolidadas da ESI e, muito menos, de cinco anos passados. Com todo o respeito, mesmo aquilo que...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — É que elas existiam. Nós sabemos que elas existiam. Mas deixe lá, também acho que...

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Sr. Deputado, se existiam, ninguém mas mostrou. Tanto que, se existissem as contas reais, então, tal como na dívida — e a Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles referiu há pouco que, se não aparecia a dívida, era porque havia algum controlo da mesma —, se existiam contas para trás diferentes destas que aqui estou a ver, elas nunca me foram mostradas, e muito menos consolidadas, porque senão tínhamos conseguido fechar esse assunto muito mais rapidamente.

Faço só um reparo, que é apenas de ordem técnica. As contas que foram objeto de análise pela KPMG foram contas consolidadas *pro forma*. Portanto, nem isso, mas estão lá para identificar e está lá feito o *disclaimer*, se bem me parece. São contas consolidadas *pro forma*. Portanto, se houvesse contas já feitas, era fácil mostrá-las, não é verdade? A mim, pelo menos, ninguém as mostrou. Se alguém as tinha, então, também as ocultaram de mim.

Repito aquilo que disse aqui, e trata-se de um segundo engano, e, então, também me enganaram relativamente a isso: nunca ninguém me mostrou contas para trás. Foi por isso que sempre tive dúvidas sobre quando é que começou, quais foram os montantes, etc. Tenho a certeza, dada pela auditoria, da forma que se atingiu no final, mas não tenho no percurso.

Estou a dar uma opinião técnica, e penso que qualquer pessoa, também tecnicamente, lhe pode corroborar o que estou a dizer. Não posso dizer mais nada.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Muito obrigado.

Srs. Deputados, temos de nos concertar para saber como vamos proceder de agora em diante. Perguntas complementares, nos termos usuais, e em regime abreviado e adequado à hora, ou outra alternativa? Julgo que esta poderá ser testada e logo veremos o resultado.

Antes disso, porém, vamos fazer uma pausa de 5 minutos.

*Pausa.*

Tem, agora, a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, vou tentar chegar a algumas conclusões ou, pelo menos, a alguns factos que possamos relembrar.

A primeira questão, que ainda não está muito clara, é esta: quando é que tem exatamente — ou seja, ano, dia e mês — conhecimento de um erro nas contas? Percebo que seja impossível fazer o historial desse erro, mas ele acabou por ser 1300 milhões de euros de falta, de passivo nas contas da ESI. Portanto, há um momento em que se apercebe de que falta 1300 milhões de euros, o que é estranho.

Segunda questão: concretamente — ano, mês e dia — quando é que teve conhecimento de que esse erro não era um erro, mas ocultação de passivo? Imagino que tenham sido dois momentos diferentes.

Terceira questão: assistiu, ou não, a uma discussão sobre como compensar esse passivo inexistente? É que é isso que o Dr. Machado da Cruz



diz aos advogados, que houve uma reunião no dia 5 de novembro — e o Sr. Doutor já disse que acha que não foi no dia 5 de novembro, mas isso, se foi no dia 5 ou no dia 8, é-me indiferente —, e o que nos importa saber é se assistiu a uma discussão sobre como compensar esse passivo em falta nas contas da ESI. Quando é que soube que a forma de compensar o passivo em falta foi inventando ativos? Porque foi isso que se passou, ou seja, inventou-se ativos para compensar um passivo que teve de ser resposto nas contas.

Este é o primeiro grupo de perguntas que são muitas precisas, porque só quero as datas, porque já conhecemos o contexto.

Em segundo lugar, pelas funções que desempenhou na Espírito Santo Financial Group e, mais tarde, na ESI, sabe explicar por que é que entre janeiro e dezembro de 2013 o passivo da ESI aumentou 1000 milhões de euros — e refiro-me ao passivo a descoberto?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Desculpe, Sr.<sup>a</sup> Deputada, mas não estou a acompanhar a pergunta. Importa-se de repetir?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Vou repetir: entre janeiro e dezembro de 2013, o passivo da ESI aumentou 1000 milhões de euros. Há várias razões para este aumento do passivo: juros acumulados, é uma parte, e há outra parte que é a ESI a pedir dinheiro emprestado para poder emprestar ou comprar ativos de duas instituições, a Eurofin e a ESAF. Sabe porquê? Por que é que entre janeiro e dezembro a ESI, que já tem graves problemas de endividamento, sente necessidade de se ir endividar para investir 390 milhões na Eurofin e 250 milhões na ESAF? Por que é que a ESAF estava a consumir recursos do Grupo? Pergunto, em concreto, em relação à ESAF porque a ESAF pertence à Espírito Santo Financial Group. Portanto, é um daqueles casos em que a parte não financeira estava a investir na parte financeira. A ESAF era a entidade que geria fundos de investimento.

Terceira questão: no âmbito das funções que desempenhava na ESI, já, em 2014, na reestruturação do Grupo, teve conhecimento de, pelo menos, duas violações das determinações do Banco de Portugal no que diz respeito ao *ring-fencing*? É que ambas têm origem na Espírito Santo Financial Group. Ou seja, porque o BES não podia financiar diretamente a ESI, nem a Rioforte, o BES financiava o Panamá e a ESFIL que financiavam a ESI e a Rioforte. Pergunto: teve conhecimento destas operações de violação do *ring-fencing*?

Quarta questão: no departamento de estruturação de empresas, onde estive e que reportava a Ricardo Salgado, quais eram as suas funções? Para que é que servia este departamento de estruturação e quem eram os grandes clientes? Havia empresas do Grupo Espírito Santo como clientes e enquadradas no âmbito do departamento de estruturação de empresas?

Última questão: como se justificam os créditos à Escom e à Opway? Em relação à Opway, queria saber se os créditos já vinham detrás ou se foi acrescentada exposição. Eram duas empresas com problemas financeiros gravíssimos e não se compreende como é que se aumentou a exposição do BES a estas duas empresas. Não se compreende, sobretudo, como é que o responsável pelo risco do banco diz: «a comissão executiva decidiu e não tenho nada a dizer sobre créditos a irem para a Escom, para a Opway ou até mesmo para uma enorme exposição a dívida angolana».

Quer dizer, se um diretor de risco não serve para isto, é estranho, porque, independentemente de a comissão executiva poder decidir tudo, a banca tem regras específicas e é obrigada a ter um diretor de risco para avaliar estas operações. Ou a função é só formal e, depois, a comissão executiva descarta quando interessa, ou há uma violação do que são as funções formais de um responsável pelo risco da instituição.

Digo isto em relação à dívida soberana angolana no caso do BESA, mas também em relação aos créditos concedidos à Escom e dentro do Grupo,

pelo facto de já ter dito aqui que havia operações que não passavam por si, mas que iam diretamente para a comissão executiva.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Tem a palavra, Dr. Carlos Calvário, para responder às cinco perguntas.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, não que não tenha sido clara, mas não fui suficientemente rápido para tomar nota de tudo.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Nós ajudamos!

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Data do erro...

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Quando é que soube.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Quando é que soube do erro? Quando é que soube que este erro era intencional?

Depois, sobre o aumento...

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Sr. Doutor, é melhor ir respondendo.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sim, começemos por aí e já seguimos.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Como expliquei há pouco, ninguém pôs em causa, nas reuniões de novembro, que, efetivamente, teria havido um erro. Ninguém pôs em causa isso!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas qual é a data em que sabe do erro? A pergunta é muito concreta! Quando é que soube que havia um erro nas contas? É um bocadinho exasperante fazer perguntas e não ter respostas.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Posso dizer-lhe que foi entre 7 e 8 de novembro ou 12 e 13. Lamento profundamente, mas não consigo...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Já é qualquer coisa!

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Houve várias reuniões, não foi só uma, com intervenientes diferentes, como já referi.

Sobre a questão de quando é que eu soube da ocultação intencional, posso dizer-lhe que eu trabalhava com o Dr. João Martins Pereira e tomei conhecimento dessa exposição, desse memorando que tinha sido feito. Não sei se será essa a data que pode ser considerada, mas é aquela que sei.

Embora haja outra questão, é que quando houve a auditoria da KPMG, ou, talvez, até antes, mesmo na primeira fase — e embora a auditoria da KPMG não fosse de tipo forense —, às contas de 30 de setembro de 2013, já se mostrava que havia ali, não do lado do passivo, porque esse estava assumido, mas do lado do ativo, ativos que não se conseguiam comprovar, que a ESI não conseguia comprovar.

É o melhor que posso dizer sobre estes dois pontos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Fiquei sem perceber. Peço desculpa por interromper.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Pode clarificar, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Quando as perguntas são muito concretas é difícil ter respostas que são tudo menos concretas.

Quando é que tem conhecimento de que há uma ocultação? Imagino que seja um bocadinho chocante trabalhar para um Grupo a vida toda e, depois, perceber que há um erro nas contas que não é um erro, mas que há alguém que está a enganar as contas.

Portanto, quando é que descobriu que isto era uma ocultação de passivo? Deve ser um momento de que se lembra, mais ou menos, se foi naquele contexto, naquela reunião, se leu naquele papel, se foi alguém que contou... Qual é o momento em que descobre a ocultação do passivo?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, já procurei explicar-lhe que houve várias reuniões e, exatamente porque esse assunto é um assunto que me deixou obviamente muito preocupado, com alguma tensão. Não foi só uma reunião! Houve, pelo menos, duas reuniões e, depois, mais uma, mas isto foi tudo no espaço de três ou quatro dias. Não foi mais! É o que posso dizer.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Em novembro percebeu que aquilo não era um erro, era uma ocultação de passivo?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Não! Aí percebi que havia um erro. O que me foi transmitido é que era um erro que podia ter *n* explicações. Inclusivamente o Sr. Presidente, há pouco, avançou com a questão informática e, depois, recordei-me que alguém, na altura, até se poderia ter lembrado disso. Essa é, efetivamente, a data em que claramente me é dito que há necessidade de fazer um *restatement* das contas. Certo?

Peço-lhe a maior das desculpas de não lhe conseguir dizer o dia exato. Confesso que esses dias, como imagina, foram dias muito complicados para mim, porque me apercebi de imediato da gravidade do assunto, mas não andei a fazer um diário. Isto está muito delimitado no tempo.

Segunda: efetivamente, com os resultados da primeira auditoria, mais uma vez vou tentar ser ainda mais concreto, e eu não tive acesso à versão final da primeira auditoria, tive acesso a um *draft* intermédio, mas, na reunião do conselho de administração da ESI, de 11 de março de 2014, em que eu estava presente e estavam presentes também quase todos os administradores — o Dr. José Maria Ricciardi não esteve presente nesta reunião e houve mais uma ou duas pessoas que também não estiveram presentes, mas posso tentar identificar quem esteve presente —, foi apresentada uma síntese das conclusões do relatório preliminar da ESI.

E, nessa altura, é evidente que com aqueles ativos ainda havia uma esperança. Aliás, há comentários na reunião de que nem todos os ativos ainda estavam identificados, que ainda era preciso trabalhar mais e que ainda era preciso fazer mais não sei o quê. É verdade, mas o certo é que apareceram aqueles ativos, que, como já tive oportunidade de dizer, incluí no ETRICC — eu, salvo seja — e que foram validados pelas equipas de trabalho. Portanto, os outros ativos não estavam.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Passemos à terceira questão da Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não, Sr. Presidente, ainda não passámos das duas primeiras.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Sei que não passaram, mas há possibilidade de concluir a resposta em relação à sua questão e a pergunta foi muito precisa.

A ESI pedia dinheiro para investir...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, pedia que voltássemos um bocadinho atrás.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Ainda quer voltar mais atrás?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É que ainda não percebi quando é que toma conhecimento de que as contas estavam marteladas.

Vou tornando os termos mais específicos, porque, percebo que nos dias 7 e 8 e 12 e 13 de novembro, ou seja, nessa semana, foi discutido que havia um erro e que havia várias causas para o erro, até que se descobriu que a causa do erro era ter-se ocultado, isto é, que não foi um erro, foi algo premeditado, causado por uma ação voluntária.

A minha primeira pergunta é: quando é que toma consciência de que esse erro foi causado por ação voluntária? A segunda pergunta é se em novembro foi ou não foi discutido, tal como disse o Dr. Machado da Cruz, a criação ou a sobrevalorização de ativos para compensar o passivo que vinha do erro.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, vou tentar satisfazer o mais possível os seus pedidos.

Relativamente a essa pergunta, posso efetivamente confirmar, aliás, já confirmei isso várias vezes, que estive em todas as reuniões, a quatro e, depois, com o Dr. João Martins Pereira.

Estive em todas essas reuniões e creio que a decisão de encontrar um ativo, mais uma vez, repito, que não foi incluído, nem o utilizei para nada e que era um ativo sob investigação... Porque havia afirmações de pessoas na sala de que havia outros ativos e que era preciso ir reconhecer e verificar. Mas aquilo que lá estava não o tomei por bom.

Já referi há pouco que mesmo em relação à dívida, e para a dívida foi mostrado um detalhe que, do ponto de vista técnico, já poderia considerar como minimamente aceitável, mesmo assim, fiz sempre questão de explicar à KPMG, aos auditores, à Price, etc., que era dívida declarativa e que precisávamos dos resultados da auditoria para saber se a dívida estava correta, e veio a verificar-se que não andava muito longe.

Por outro lado, não os utilizei os ativos, exatamente porque a tal busca, a tal procura, a tal investigação sobre onde estavam os ativos veio a revelar apenas, creio, dois ativos de pequena dimensão, relativamente à dimensão da questão global, e que não tinham, nem nada que se parecesse, em valor líquido atual o valor de 1300 milhões de euros.

Não sei se desta vez fui mais convincente.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não!

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Não?!

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Mas, neste caso, outros Srs. Deputados terão ocasião de insistir nesta matéria.

A segunda pergunta dizia respeito à parte do uso de empréstimos, de mais endividamento da ESI para investimentos que foram quantificados na Eurofin e na ESAF.



O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Sim. Uma parte, tanto quanto me recordo, de cerca de 800 milhões de euros, foi-nos transmitido que tinham sido aplicados na ESAF e na Eurofin. Não consigo compreender como é que uma venda da ESAF pode passar por uma atividade de risco, sinceramente. Se é a ESAF a vender, não percebo!

Mas, de qualquer forma, a ESAF tinha os seus próprios comités de investimento que decidiam os seus próprios investimentos nos vários fundos — qualquer delas tinha —, onde o DRG não estava efetivamente.

No caso da ESAF, foi relativamente fácil de identificar os ativos, penso que eles até foram alienados muito rapidamente, talvez, no final de dezembro ou durante esse mês de 2013. Mais uma vez lamento profundamente alguma incerteza nas datas, mas não consigo reportar-me, digamos assim, ao dia exato em que isso aconteceu, mas acho que foi em dezembro.

Na Eurofin, nunca foi possível conseguir, apesar das muitas insistências, nunca foi possível, digamos assim, perceber quais eram os *underlying*, o que é que estava por detrás dos nomes, os ativos subjacentes. Desculpe, acredite que não é por pedantismo, é, pura e simplesmente, por deformação profissional.

O que nos era fornecido eram linhas, relativamente às quais cheguei a procurar na *Internet* se existiam ou não, não me foram fornecidos balanços... Aliás, perguntei se eram ativos imobiliários, se eram ações, se eram obrigações, ou o que era, porque o que aparecia eram nomes que eu não conseguia relacionar com nada.

Há uma extensíssima correspondência, que foi toda enviada para o Banco de Portugal, com sucessivas cartas que fui recebendo — eu, salvo seja, não era eu que estava a receber as cartas, era o GES —, que, depois, retransmitia ao Banco Espírito Santo e que o Banco Espírito Santo fazia chegar ao Banco de Portugal. De todas essas cartas, não se conseguia

compreender, com todo o respeito, quais eram os ativos que estavam subjacentes.

O certo é que foram entrando na conta *escrow*, criada para reembolso do papel comercial de retalho dos clientes do BES, montantes que, de acordo com o que me era dito do GES... Atenção, não era eu que controlava a conta *escrow*. Fui eu que defini, eu e a minha equipa, já agora, que definimos as condições, mas, depois, quem controlava a conta *escrow* e quem respondia não era eu, era o Dr. José Castella.

Mas, como eu estava a dizer, apareciam montantes creditados nesta conta e nós tínhamos de demonstrar ao Banco de Portugal qual era a sua origem — exatamente pela questão de que falou, do *ring-fencing* —, tínhamos de demonstrar que não eram originados por empréstimos do BES, da ESFG, etc., e fizemos todos os esforços possíveis para procurar perceber qual era, efetivamente, a origem destes fundos. Até hoje, continuo sem saber. Lamento profundamente. Aquilo que eu sei é o que vem numa série de cartas, que estão todas em poder do Banco de Portugal.

Há outro aspeto, já agora: no ETRICC, relativamente à Eurofin, e apesar de estar a um valor elevado, como disse — creio que era à volta de 800 milhões, entre os dois, aliás, inicialmente, até me foi apresentado como sendo tudo da Eurofin, depois é que percebi que pelo menos alguns eram fundos ESAF —, o valor que colocámos, por prudência e também de acordo com uma análise consensual que fizemos com a PwC, foi muito inferior a esses 800 milhões. Ou seja, depois, acabaram por aparecer, efetivamente, creditados na conta *escrow* alguns valores, supostamente vindos da Eurofin, mas que nunca foi possível determinar.

Tive reuniões com a KPMG, tive reuniões com o Banco de Portugal e lamento profundamente, mas nunca identifiquei, rigorosamente, esses fundos.

Já agora, e esta referência é opinativa, mas creio que posso dá-la — naquilo que é opinativo, mas técnico, permito-me fazê-lo —, não compreendo como é que uma empresa tão endividada como a ESI e, de qualquer forma, com um grupo financeiro tão diversificado, praticamente com todo o tipo de pessoas que dominam ou dominavam os temas financeiros, repito, não percebo como é que uma empresa com esta situação de endividamento contrai 800 milhões de dívida para entregar a uma *boutique* financeira. Mas esta é uma opinião técnica, opinativa e que aqui deixo. Só quem souber, só quem tenha ordenado estes investimentos é que poderá explicá-los. Mas, como racional técnico, confesso-lhe que não percebo! Não percebo porque, se tinha dinheiro para o fazer, poderia tê-lo aplicado, eventualmente, dentro do banco, poderia tê-lo posto por banco em vários bancos, de investimento, etc. ou em sociedades gestoras de ativos — e falou há pouco da ESAF, por aí fora. Não percebo como é que vai aplicar numa entidade que, tanto quanto percebo, é uma *boutique* financeira.

Desculpe, faltam-me várias...

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Faltam-lhe, pelo menos, três.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Sim, sim.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Não completou... Aliás, julgo que, para a curiosidade dificilmente saciável da Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, teria de responder, pelo menos, durante mais meia hora, o que é totalmente possível.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não é quantidade, Sr. Presidente, é qualidade.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Há algum aspeto que a Sr.<sup>a</sup> Deputada gostasse, ainda, ver precisado ou podemos passar à questão seguinte?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Podemos passar à seguinte, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — A seguinte é sobre quem eram os grandes clientes ou, ainda, o *ring-fencing*.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Então, para não perdermos tempo com perguntas que eu não fiz: *ring-fencing*, Panamá e ESFIL.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Panamá e...?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Pergunto se tem conhecimento de, através do Panamá e da ESFIL, o BES ter violado as determinações do Banco de Portugal ao nível do *ring-fencing*.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Peço desculpa, mas aqui preciso mesmo de um mapa.

*Pausa.*

Já o encontrei, peço desculpa pela demora.

Eu, do Panamá, sinceramente, quanto à evolução, só se houve outras operações que não me foram comunicadas, mas não me parece que tenha havido... Há, efetivamente, aqui, algum aumento, mas não me parece.

Na ESFIL, o aumento é de final de maio e eu terei tido conhecimento no princípio de junho, porque, até aí, até houve reduções. Houve uma altura em que até houve reduções. É isto que lhe posso afirmar.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Se calhar, é melhor recordar a pergunta seguinte, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — O Sr. Presidente recorda ou quer que eu o faça?

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É sobre a função do departamento de estruturação de empresas e se havia empresas do grupo GES como clientes desse departamento.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Provavelmente, a Sr.<sup>a</sup> Deputada não estava, mas eu já expliquei que o DEE não tinha clientes, o DEE não decidia operações, o DEE não decidia, o DEE não executava o que quer que fosse. O DEE era um órgão de assessoria para o conselho de administração e, portanto, não tinha clientes.

Mas, respondendo à sua questão, e penso que já tinha respondido antes, houve algum acompanhamento de empresas da Rioforte, porque tinham exposição direta no BES, e nós fazíamos algum acompanhamento, mas não da ESI — aliás, já há pouco, também, respondi diretamente a essa questão.

Quanto às funções do DEE, já expliquei: a maior parte delas eram os fundos de reestruturação, o acompanhamento da participação do BES nos fundos de reestruturação, que era extremamente elevado, superior a 1000

milhões de euros, tanto quanto me recordo, e o acompanhamento das participadas não financeiras que não estavam incluídas nos fundos específicos que o banco tinha de capital de risco, nomeadamente da Tech Ventures e da Espírito Santo Capital.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Isso permite-nos passar à questão seguinte sobre a Opway e a Escom e como se justificam as operações de crédito praticadas com estas empresas.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, relativamente à dívida angolana, é perceptível até... Eu não tenho o *e-mail*, mas...

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Opway e Escom.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Com certeza, Opway e Escom. Sinceramente, não me recordo do *rating* da Opway, mas era um *rating* relativamente mau, ou era B ou B+, era um destes que está na fronteira da imparidade. Ou era B ou B+. Agora, com essa informação, mais uma vez, repito, que o DRG não tinha poder de veto sobre as operações. Nesta tenho quase a certeza de que a Opway tinha *rating*, mas era mau.

A Escom, que me lembre, nunca teve *rating* e as operações foram sempre decididas. Eu presumo que tenham sido decididas no conselho de crédito, mas eu não participei em nada. Se isso é ou não razoável, com todo o respeito... Eu posso ver aquilo que eu próprio vejo, não posso ver outra coisa. E isto aplica-se também à dívida angolana.

Repare que eu chamei a atenção — e, como lhe digo, nem me lembrava dos conteúdos dos *e-mails*, foi a imprensa que os pôs, alguém os obteve e alguém os distribuiu, não fui eu — quando o sinal de alerta acendeu, neste caso para o risco de concentração, o DRG atuou! E resolveu o assunto,

esclareceu o assunto com o BESA, com o Banco de Portugal e com a própria comissão executiva do BES, com conhecimento às comissões de auditoria, ao meu administrador de pelouro, ao presidente da comissão executiva, toda a gente está nesse *e-mail*! Portanto, não sei que mais poderia fazer. Depois, o assunto ficou tratado.

Aliás, creio que há uma pergunta que me colocaram de «como é que posso desconhecer esse facto?» O é certo é que, para mim, é uma surpresa, porque eu não conhecia esta aplicação! Esta aplicação foi decidida na comissão executiva, creio que nem foi no conselho de crédito. Eu não tenho assento na comissão executiva! Nunca tive!

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Muito bem! Terá agora oportunidade de continuar, e até de recuperar alguma questão que não tenha podido equacionar, na pergunta seguinte.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Pedro Saraiva.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, tenho cinco perguntas e um comentário final.

Vou tentar não ir demasiado depressa, para tentar anotar, uma vez que é uma intervenção corrida.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Agradecia, por favor.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — A minha primeira pergunta: disse aqui, já várias vezes, que, face à gravidade do que foi detetado, se sugeri que fosse feita uma auditoria forense. Por que é que não foi feita? Quando é que foi feita essa proposta e por que é que ela não teve o devido seguimento?

Segunda questão: a famosa ocultação do passivo que, verdadeiramente, fica um bocadinho mal explicada.

Disse: «Numa reunião, Ricardo Salgado terá dito ‘Bom, ou foi por problemas de consolidação ou por erro’». Ora, já concluímos que por problemas de consolidação não foi, pois é um problema intrínseco das contas individuais da ESI e, por isso, excluimos esta hipótese.

Quanto ao erro, explique-me se ele é verosímil, ou seja, do que estamos aqui a falar é de títulos de dívida dos quais deviam ter sido lançados 2900 milhões e alguém lançou 1569 milhões — até nos algarismos só um é que coincide, o que é um erro estranho...

Portanto, gostava que comentasse como é que alguém pode enganar-se desta maneira e como é que ninguém dá conta. É que foi quase metade do valor que aqui está, em *notes payable*, que ficou por registar contabilisticamente e, por isso, a tese do erro também me parece merecer ser, pelo menos, comentada.

Terceira pergunta: como é que se resolve este erro? Acho que nós ainda não percebemos, e creio que até tem aqui uma oportunidade de nos transmitir o que, efetivamente, aconteceu, porque o seu nome é referido. O senhor conhece os depoimentos prestados a 28 de março, onde Francisco Machado da Cruz diz que foi numa reunião onde estava Carlos Calvário que ficou resolvido inventar ativos.

Portanto, se não foi nessa reunião, foi noutro lado qualquer e nós queremos saber quem é que assumiu a responsabilidade de inventar ativos. Aliás, Francisco Machado da Cruz diz duas vezes que foi intencionalmente assim, porque *c’était une façon de s’en sortir*», que era assumido que ia ser assim.

O certo é que a 4 de dezembro, e está aqui também o documento que o comprova, alguém lançou 240 milhões em Real Estate Investments e 841 milhões de euros em *investment projects* na contabilidade da Resources. Alguém assumiu a responsabilidade e alguém lançou contabilisticamente estes movimentos.



Ora, o que nós queremos saber é quem é que decidiu que era por aqui que se ia e quem é que assume a responsabilidade por estes lançamentos contabilísticos.

Quarta questão: o Sr. Doutor, disse-nos, e bem, que a KPMG fez o que lhe competia e pediu tudo, mas a ideia que temos é que a ESI não respondeu com tudo o que, porventura, poderia ter respondido — aliás, o relatório da KPMG é o primeiro a referir que há coisas que, possivelmente, podem existir para além daquelas, mas que não lhes foram transmitidas.

Pergunto-lhe: tem conhecimento de empresas do universo GES que não tenham sido apresentadas à KPMG? E dou-lhe até o exemplo concreto da Espírito Santo Enterprise: porque é que foi omitida? Mas, porventura, haverá outras que saem do perímetro de análise da KPMG.

Quinta e última pergunta: alguma vez teve conhecimento ou comentaram consigo o teor de uma reunião que teve lugar a 26 de março entre João Martins Pereira, Francisco Machado da Cruz e Ricardo Salgado? Uma vez que estava a trabalhar com o João Martins Pereira sobre este tema e ele ia para o Luxemburgo dois dias depois, é natural que pudessem ter conversado sobre esta reunião, ou antes ou depois.

Reflexão final, e com isto termino, do ponto de vista de pedagogia, o que é preciso mudar no modelo de governação da banca em Portugal. Pegando na sua vasta experiência à frente de um departamento de risco global que, de contributo para assegurar algo que é o fundamental, ou seja, a sobrevivência do banco, manifestamente foi incapaz de o conseguir. E percebe-se bem porquê, porque, diria: enfim, para que é que serve um departamento de risco global se ele não colabora na aprovação de novos produtos financeiros? Se isso lhe passa ao lado e se se lança papel comercial que, depois, vem a lesar 2500 pessoas em 500 milhões de euros e o risco não é tido nem achado sobre esta matéria? Para que serve um departamento de risco global se há uma linha de crédito ao BESA de 3,3 milhões de euros que

também não passa por uma análise de risco dentro do próprio departamento? Ou, ainda, para que é que há um departamento de risco global se, discricionariamente, pode haver operações de conceção de crédito e ninguém ouve o departamento de risco global ou, no limite, mesmo que vote contra, é como se não existisse em sede do conselho de crédito?

Portanto, a pergunta final é a seguinte: o que é que temos de mudar nos modelos de governação da banca para que os departamentos de risco global sejam, efetivamente, o que devem ser, que protejam os vários tipos de partes interessadas e não se convertam num verdadeiro calvário, que parece que foi um bocadinho o que aqui aconteceu?

É que se não podia exercer na sua plenitude o que se espera de um departamento de risco global e, uma vez que até teve experiência noutra banca, acho que era muito interessante nós percebermos o que é que temos de mudar do ponto de vista de controlo interno na banca portuguesa.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Antes de dar a palavra ao depoente, gostaria de, na qualidade de parte, dizer que subscrevo essas perguntas e, portanto, elas deverão ser também todas respondidas à bancada socialista, designadamente na parte final, evitando desta forma ter de repeti-las.

Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Sr. Deputado, a auditoria forense foi sugerida por mim e pelo meu colega Nelson Pita à comissão executiva da ESI, por várias vezes, e, como disse ainda há pouco, mas repito, foram contactadas várias entidades para a fazer, mas, efetivamente, todas o declinaram, inclusivamente não foi sequer possível encontrar um novo *commissaire aux comptes* para substituir o Dr. Francisco Machado da Cruz.

Portanto, a data não lhe sei dizer, mas ela foi pedida posteriormente, a partir do início de abril, porque a comissão executiva da ESI, na qual eu não me integrava, começou a funcionar, ou melhor, foi constituída no dia 11 de março de 2014.

Como tal, pode ter sido falada antes, eventualmente, a necessidade de apuramento de responsabilidades, mas, efetivamente, a concretização foi a partir dessa altura e foram contactadas várias entidades, foram contactadas várias pessoas no Luxemburgo para substituírem o *commissaire aux comptes*, quando fomos informados também, e aí lamento e é talvez o único ponto, já agora, mas eu não conhecia o suficiente em 2012 para saber exatamente as funções do *commissaire aux comptes*, o que foi um erro meu, porque poderia ter perguntado, e assumo essa falta, mas, por aquilo que vi do relatório do *commissaire aux comptes*, pareceu-me semelhante a um revisor de contas português.

Depois disso, fui informado, não sei se mais alguém sabia, de que afinal não, que eram pessoas distintas: uma, era uma pessoa interna responsável pelas contas; outra, era uma pessoa externa, independente que emite um relatório.

Com todo o respeito, se lerem o documento, parece, à primeira vista, quase uma certificação de contas, mas, pronto, aí admito que podia ter perguntado: mas o que é que este senhor faz, o que é que não faz, que responsabilidades tem, etc.

Mas essa auditoria forense ia começar nessa altura, em abril, presumo eu, e começaram os contactos com várias entidades para a auditoria forense e para a reconstituição contabilística dos anos anteriores. Aliás, a KPMG chegou a destacar uma pessoa durante duas ou três semanas para nos ajudar, mas não teve seguimento, a tentar reconstituir o passado, que era aquilo que lhe falava há pouco, etc.

Portanto, não conseguimos ninguém para a auditoria forense, não conseguimos ninguém para a auditoria e não conseguimos ninguém nem para *reviseur d'entreprise*, que é o título exato e que, agora sei, corresponde ao ROC (revisor oficial de contas), nem sequer para *commissaire aux comptes*. Portanto, não conseguimos, mas garanto-lhe que houve várias tentativas.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Mas a comissão executiva justificou por que não teria sido concretizada a auditoria forense?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Como disse?

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — A comissão executiva da ESI terá deliberado não prosseguir com os esforços de concretização da auditoria forense, se bem percebi. Foi apresentada alguma justificação?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Não, não, eu acompanhei esses esforços. Entretanto, estávamos no final de junho e entra a *gestion contrôlée* e, a partir daí, os nossos próprios advogados referiram que já não fazia sentido, uma vez que eles, inicialmente, tinham dado um *roadmap*, digamos assim, de ações para fazermos, uma das quais era essa.

De facto, eu nunca vi uma decisão negativa da comissão executiva, o que vi e me apercebi foi a impossibilidade de encontrar alguém. Acho que nós até pedimos ajuda aos nossos advogados, mas essa é uma recordação que pode ser errada, para ver se no Luxemburgo conseguíamos encontrar alguém, e isto é entre abril, maio e meados de junho.

A sua segunda questão sobre a tese do erro, desculpe, mas eu não apanhei tudo.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — No fundo, foram apresentadas duas possibilidades: uma era ter sido por via da consolidação, mas já concluímos que não era.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Sim!

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — A segunda era ter sido um erro.

Ora, eu estou a tentar encontrar formas de cometer erros deste tipo, ou seja, alguém que deveria ter lançado em *notes payable* 2900 milhões de euros e lançou 1579 milhões. Parece estranho enquanto erro, e era aí que eu queria chegar, pela dimensão que tem e por não haver sequer semelhança nos dois números. Não é?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Sr. Deputado, o que é que lhe hei de dizer?! Sobre a dívida, afinal existia um controlo, como já disse à Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles.

Eu vou ser opinativo e vou correr o risco de ainda me porem um processo certamente.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Se disser a verdade, não.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Mas é opinativo e pode ser um processo de difamação.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Então, se é opinativo é uma opinião.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Imagino eu, não sou jurista, mas custame muito a crer que tenha sido um erro.

Quando começou, etc., não consigo dizer-lhe, nunca percebi quando é que começou a não ser declarativamente, está a ver? E aí, desculpe, mas também é uma opinião técnica: tinha de se fazer esse trabalho para se verificar. Aliás, relativamente ao facto de essas afirmações, que já vi transcritas, serem ou não verdadeiras. Até pode ser que sejam verdadeiras, eu é que não sei, não tenho evidências. Agora, opinativamente e reservando-me, obviamente, não vejo que possa ter sido um erro desta dimensão. Não entendo!

A tese da consolidação confesso que podia ser qualquer coisa, mas a dívida era emitida pela ESI.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Penso que já chamei a atenção para isso.

Portanto, a consolidação não me parecia provável, a teoria do erro... Sei que há muita gente que a defende, mas cada um ficará com a sua opinião.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — E a forma como se resolveu o erro?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Sobre a responsabilidade de inventar ativos, Sr. Deputado, com toda a franqueza, e peço que não se ofenda, por amor de Deus, tenho muito respeito pelo sítio onde estou, pelas pessoas com que estou e por esta instituição, mas eu já expliquei quem eram as cinco pessoas que estavam na sala e já confirmei, não neguei, sequer, a minha presença.

Repare, alguém diz «há efetivamente outros ativos». E pode até não ter sido só uma pessoa, podem ter sido várias pessoas — eu não fui, de certeza, porque nunca me teria lembrado disso — a perguntarem: se há um erro haverá alguma contrapartida? Isto porque a contrapartida imediata, se não houvesse isso, era levar à situação líquida, aos capitais próprios, não há outra hipótese.

Mas agora peço a vossa compreensão para o seguinte: eu não utilizei estes ativos. A minha confiança nisto era tão baixa que eu não utilizei estas verbas no ETRICC, e isto é fácil de verificar, basta ver o que está e o que não está no ETRICC.

Portanto, apareceram, depois, mais tarde, mas uma coisa muito pequena. Não fui eu, de certeza absoluta, que inventei, e não utilizei. Repare, é absolutamente ridículo essa invenção quando se ia fazer uma auditoria a seguir. Se não havia documentos para suportar aquilo, quer dizer... Levem-me só um bocadinho em atenção, já deduzindo que aqui posso ter mostrado alguns sinais de incompetência em todo este processo, mas, sinceramente, não sou totalmente incompetente. A auditoria que, depois, iria ter lugar não pediria os documentos de suporte?! Eles teriam de aparecer.

Agora, quem decidiu tiveram de ser as três pessoas que lá estavam da ESI, não podem ter sido as outras duas pessoas! Eu penso que tenha ficado bem claro, e, por isso, é que eu abusei da paciência da Comissão, para explicar como chegámos a essa reunião. Eu abusei da paciência, peço desculpa. Mas não era eu que ia inventar ativos naquela altura. Não é?

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Sr. Doutor, desculpe...

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Não, por amor de Deus. Faça favor.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Até para lhe dar hipótese de se demarcar disso mesmo.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Mas demarco-me completamente!

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — O relato que aparece feito da reunião com os advogados do Luxemburgo não corresponde, exatamente, à realidade de o envolver, também a si, nesta tomada de decisão?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Penso que há uma correção a esse relato, feita pela outra pessoa que esteve nessa reunião para além de mim. Repito: há uma correção feita imediatamente, 24 ou 48 horas depois. Eu tive conhecimento disso. Portanto, não imagino por que é que o Dr. Francisco Machado da Cruz referiu isso. Não faço a mínima ideia, mas penso, sinceramente, apelando ao senso comum, que não podia ser eu a inventar ativos destes, porque não os utilizei para nada, porque não me revia nisto e até porque sabia que ia haver uma auditoria.

Agora, repare: há cinco pessoas numa reunião, uma reunião tensa, complexa, em que há muitos comentários à volta da mesa. Muito provavelmente, o Dr. Francisco Machado da Cruz pode ter pensado, meses mais tarde, que eu teria dito alguma coisa nesse sentido. Eu demarco-me completamente disso. Não fui, de maneira nenhuma, autor dessa solução.

Quanto à história do erro, já falei...

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Mas não era essa a pergunta.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Não, a pergunta seguinte era sobre a reunião de 26 de março.



O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — A reunião de 26 de março de 2014, com o Dr. Ricardo, o Dr. Francisco e o Dr. João Martins Pereira? Não, não tive conhecimento. Não estive nessa reunião, nem tive conhecimento. Não sei porquê... ou, então, houve algum comentário, mas não retenho qualquer ideia do que se terá passado. Mas eu não estive presente nessa reunião.

Quanto a saber se a KPMG pediu tudo e não recebeu tudo, há partes que ficaram perfeitamente identificadas e foram feitas provisões imediatamente. Aliás, penso que, inclusivamente — mas não consigo, neste momento, jurar —, da primeira para a segunda fase, por exemplo, esses ativos de que está a falar já estavam...

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Não estavam, não!

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Não estavam?! Então, talvez não. Não me recordo.

Mas na segunda fase eles ficam completamente retirados, sem problema. Portanto, a KPMG corrigiu isso, corrigiu outras verbas mais pequenas — dentro desta dimensão — e ficou com dúvidas fundadas sobre a Eurofin, as quais partilho inteiramente.

Sobre se conheço a empresa Enterprise, só ouvi falar dessa empresa pelos jornais. Tanto quanto é meu conhecimento, esta empresa não consta do organigrama do GES. Posso estar equivocado, já não olho há muito tempo...

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Não é detida pela ESI?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Se é, não consta nos documentos formais. Se é detida, deveria estar dentro do organigrama, mas eu não conheço sequer.

Já agora, estou a basear-me no que li nos jornais, também leio algumas coisas nos jornais, e, se é verdade o que os jornais dizem, penso que há dois administradores desta empresa que aqui já vieram dizer que desconheciam o que a empresa fazia.

Eu é que não sabia, nem tenho nenhuma memória de ela estar, sequer, no organigrama, o qual é bastante completo. A não ser que estivesse escondido em algum sítio que eu não tivesse visto, mas nunca vi esta empresa.

Foi a Eurofin, sim, a Enterprise não sei se sim ou se não, não sei se surgiu na KPMG, mas acho que não surgiu.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Falta, ainda, a questão final.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — A questão das mudanças no sistema bancário português e o papel dos departamentos de risco.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Há aqui um ponto em que por muitas regras, por muito que se mude, podem mudar-se *n* regras... Mas esta é uma opinião meramente pessoal e eu não estava preparado, sequer, para fazer uma exposição relativamente a um tema sobre o qual se pode elaborar muito.

Quanto ao papel comercial, repito que não é habitual — mas se houver algum banco que o faça, admito-o, até porque há tantos bancos no mundo — que o papel comercial seja integrado responsabilidades do cliente. Eu não conheço nenhum caso, mas não digo que... Sei que, legalmente, do ponto de vista do risco de concentração, ele também não entra. Desse ponto de vista, não sei como seria possível de fazer, mas reconheço que uma maior atenção aos produtos distribuídos, sobretudo aos investidores de retalho —, reconheço perfeitamente e revejo-me nas suas palavras — deveria ser mais interventivo, outras áreas independentes do banco.

A linha interbancária é mais difícil. As linhas interbancárias dentro de um grupo que consolida contas... Repare, se consolida contas, estão consolidadas por natureza, interbancárias... Atenção que o departamento pronunciava-se e dava *rating*, por exemplo, a outros bancos que não eram do Grupo, a outras contrapartes.

As linhas interbancárias, francamente, para além de não ter tido conhecimento na altura, não vejo como é que isso pode ser feito, ou não. Fica o outro papel de o que é que havia na contrapartida, ou seja, onde é que o dinheiro foi aplicado, que, penso, é a pergunta que está subjacente. E aí eu tenho de me cingir àquilo que era enviado e que mostrava uma situação de não preocupação.

Mais uma vez, quando um indicador desses foi atingido, o DRG, embora não tendo essa preocupação imediata, essa exigência de olhar, verificou e alertou e já não sei mais a quem poderia enviar dentro do banco. Penso que até terei mandado para a auditoria interna e para o *compliance*, mas não tenho a certeza. Mas para as comissões de auditoria, para a administração do pelouro e para o presidente da comissão executiva mandei de certeza. O assunto foi resolvido e ficou esclarecido.

Quanto ao controlo interno, penso que se tem avançado em sistemas. Eu não partilho da opinião de que sistemas sofisticados, estatísticos, etc., não sejam utilizados, eles são utilizados por toda a Europa e com relativa aderência à realidade.

Agora, como em tudo na vida, se introduzirmos num sistema qualquer, num algoritmo qualquer, que até pode estar muito bem feito e até pode ser muito sofisticado, se fizermos tudo isso... Aliás, atrevo-me a dizer que o DRG é dos departamentos mais auditados, porque tinha praticamente uma equipa de auditoria interna a auditar os nossos próprios processos, tinha o Banco de Portugal a auditar os nossos próprios processos (aliás, tanto antes como depois de sermos certificados sobre o modelo ARB enviámos

*gigabytes*, mas *gigabytes* de informação, sobre tudo o que fazíamos), tínhamos auditores externos, que também auditavam o nosso próprio departamento, ou seja não auditavam o banco, auditavam os nossos próprios processos.

Portanto, quando, efetivamente, num processo qualquer, introduzimos um fator que não é correto... Imagine que, num crédito à habitação, para se fazer o *scoring* de um crédito à habitação a um cliente eu puser lá três vezes o valor do salário que a pessoa ganha, porque o recibo de vencimento foi forjado, ou se houver um problema na avaliação da casa, isso pode dar-me um *rating*, neste caso um *scoring*, porque é para pessoas, fantástico e aquilo falhar.

Não sei se...

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — O tema é inesgotável!

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Mas estou à sua disposição noutros fóruns para...

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Ainda temos a Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles para colocar as questões finais.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Mas ponho-me à disposição dos Srs. Deputado noutros fóruns.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Sim, sim.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — As minhas perguntas são quase telegráficas.

A primeira tem a ver com os tais 1500 milhões de dólares que o BESA comprou de dívida do Estado angolano — e como já muito falámos aqui sobre isto não vou fazer mais perguntas sobre a famosa troca de *e-mails*. O que eu gostava de perceber, quanto a estes 1500 milhões de dólares, é a que devem corresponder a títulos da dívida do Estado angolano, a que prazo se venciam, se, entretanto se venceram e se foram pagos, ou se são títulos que atualmente ainda se encontram no BESA. O que aconteceu a esta dívida, uma vez que este crédito que o BES tinha dado para que ela fosse adquirida nunca foi remunerado?

A segunda pergunta também é muito telegráfica. O Sr. Doutor disse que a comissão executiva, se quisesse, tinha o poder de dar e de fazer créditos a quem tinha *ratings* maus. Pergunto: consegue dizer-nos quais foram estas empresas com *ratings* maus a quem a comissão executiva mandou, ainda assim, dar créditos, pelo menos as que façam parte do Grupo Espírito Santo?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Também telegraficamente, o prazo da dívida, tanto quanto me recordo, e, mais uma vez, estamos a falar de coisas de há quatro ou cinco anos, era 2018. O prazo era a 10 anos: 2008-2018.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Só para completar, não sabe se a dívida foi transacionada, entretanto, ou se os títulos estão no BESA?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Não sei. Não sei responder a essa questão, peço desculpa. Mas a ideia que tenho é que a maturidade da dívida era a 10 anos.

Quanto à segunda pergunta, eu disse que a comissão executiva podia fazer, não disse que, normalmente, o fizesse. Os poderes da comissão executiva, dentro desta organização, eram estes. Eu trabalhei num banco estrangeiro onde o departamento de risco tinha poder de veto, sozinho. Posso

dizer qual é o banco, já não existe, porque foi comprado, mas antigamente era o General Bank, depois Fortius e BNP Paribas e hoje, sinceramente, já não sei muito bem qual é.

Nessa altura, eu era diretor de risco desse banco e tinha poderes que ultrapassavam a minha própria hierarquia, mas o BES tinha um outro poder.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Eu sei que podia fazer, não quer dizer que tenha feito. O que pergunto é se fez ou não fez.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Como eu estava a dizer, podia fazer, mas não tenho ideia se fez ou não.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Sr. Doutor, manifestamente a sua declaração criou uma expectativa de mais informação.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Eu gostava de saber, mas, se o Dr. Carlos Calvário não se lembra se fez ou não, não posso estar aqui a torturá-lo até contar o que não sabe, como é óbvio.

*Risos.*

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — O Sr. Deputado Miguel Tiago ainda tem a possibilidade de fazer as perguntas finais.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Vou fazê-las não sobre essas questões, mas sobre outras.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Sobre o que entender.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Isto é tudo tão tenebroso... De facto, conceder crédito de centenas de milhões de euros sem, sequer, fazer uma avaliação do risco, abre uma nova perspectiva para os empreendedores que estejam a querer caminhar por esse rumo da abertura de negócios. Estou certo de que não contarão com tanta benevolência por parte dos bancos como a Escom contou, mas isto é, de facto, assinalável.

Mas gostava de lhe perguntar também se o esquema, entre aspas, era o mesmo, se a prática era a mesma para concessão de créditos a empresas *offshore* dentro e fora do Grupo. Qual era a prática comum? Como é que era avaliado o risco para as empresas *offshore*, tendo em conta, inclusivamente, que foram identificadas, em mais do que uma ocasião, dificuldades no apuramento dos processos de crédito, de avaliação de risco, de perceção dos destinatários finais e dos usos dos créditos a empresas *offshore*? Isso foi detetado em auditorias em 2001 e, depois, já bastante mais tarde, infelizmente.

Sobre as empresas *offshore*, como é que era o comportamento do DRG? Como é que era a prática da casa para avaliar esses créditos, quer se tratasse de empresas que integravam o organograma, quer empresas que não o integravam?

Gostava de lhe perguntar também se tem conhecimento das razões que levaram ao endividamento da Control Development junto da ESI. Qual era o destino dos créditos que a Control Development contraía junto da ESI? Por que é que a Control Development ficou a dever, se não estou em erro, mais de 260 milhões de euros à ESI?

Termino com perguntas muito breves: teve algum papel na avaliação de risco do *leasing*, se é que ela existiu, para a aquisição dos submarinos por parte do Estado português? Os créditos associados a *leasings* não são sujeitos a avaliação de risco? Se são, como é que se processa? E como é que se desenhou, no banco, a linha de crédito associada ao *leasing*?

Apesar de ter tentado por várias vezes, ao longo desta nossa reunião, não aprofundar o suficiente esta questão, foi-nos dito aqui, em ocasiões distintas, que, quando confrontados com o ETRICC e, depois, com a auditoria que se viria a seguir pela KPMG, foi necessário fazer um lançamento contabilístico real das contas da ESI. Já não compreendo como é que uma empresa com 5,3 de passivo, que era aquilo que não estava ocultado, continuava a não levantar dúvidas, nomeadamente, junto do banco que a financiava, mas passemos por cima disso.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Mas eu explico!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Então, explique-me para eu perceber como é que uma empresa, através das suas componentes não financeiras, do seu braço não financeiro, consegue contrair créditos dessa ordem e isso ser natural.

Bom, o passivo e o ativo, provavelmente, estavam em equilíbrio e, portanto, isso justificava-se, mas, ainda assim, era um desvio do crédito que era obtido com recurso aos capitais e aos depósitos, logo era um desvio da capacidade de crédito de um banco para favorecer o seu próprio grupo económico.

Mas, chegados aí, há necessidade de mostrar as contas como deve ser. Foi aqui dito, e não foi nesta reunião, que não houve uma deteção das contas falsificadas, o que houve foi uma reunião em que se decidiu fazer o lançamento das contas certas e isso implicava romper com, como na altura nos foi dito, cinco anos de ocultação de passivo.

Segundo os dados de que a Comissão dispõe, a ocultação de passivo terá começado em 2008 e prolongou-se até àquela data em que foi necessário lançar o passivo correto. Isso gerou uma *décalage*, uma discrepância de 1300



milhões de euros naquele passivo, e a necessidade, em contrapartida, de fazer uma correspondência nos ativos de valor igual.

Portanto, de um ano para o outro o passivo da ESI cresce daquela forma, nunca houve a intenção de mostrar que ele estava ocultado, nem teriam de o fazer, mas tiveram de encontrar uma lista de ativos que justificasse aquele passivo.

Nessa reunião em que isso foi decidido, segundo os vários testemunhos que pudemos recolher, há quem se recuse a assumir responsabilidades sobre esse lançamento contabilístico, mas há quem as assuma. Aproveito para dizer que o simples facto de o Dr. Carlos Calvário, na minha opinião e não sou jurista, não ter saído daquela reunião em que se decidiu branquear ou falsificar ativos e ido explicar isso ao Banco de Portugal, de certa forma, corresponsabiliza-o por essa decisão, independentemente de ter sido dela ator ou não.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães) — Tem a palavra o Sr. Dr. Carlos Calvário para responder a este conjunto de perguntas.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Sr. Deputado, ignoro completamente que, em 2001, tenha sido feito o que quer que fosse relativamente a *offshore*. As empresas, como disse, nem todas tinham cobertura de *rating*, e não eram só as empresas. Não havia nenhuma regra que dissesse que uma empresa *offshore* não era sujeita a uma análise de risco — creio que isso não está escrito em lado nenhum do relatório. Simplesmente há créditos, efetivamente, e o senhor falou no da Escom, que foram concedidos e aprovados em conselho de crédito, mas não sei quando.

É preciso dizer que o DRG, já agora, por uma questão de clarificação, só foi certificado em ARB em 2009 e, portanto, os nossos esquemas de *rating*

para períodos anteriores eram ainda incipientes, sendo que só em 2009 é que o Banco de Portugal os certificou.

Repito: não havia nenhuma contraindicação. Mas, mais uma vez, a comissão executiva e o conselho de crédito podiam perfeitamente aprovar. Não havia nada que impedisse que fosse aprovado um crédito, digamos assim, com a ausência de uma avaliação de risco. Isso não existia.

Em relação a quem desenhou o *leasing* dos submarinos, não faço a mínima ideia. Não participei em nenhuma *task force*, em nenhuma reunião, nunca participei em rigorosamente nada que fosse ligado com o financiamento dos submarinos, nem conheço, sequer, a envolvente financeira e a forma como a aquisição dos submarinos é feita. Não tenho conhecimento.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas não se fez a avaliação de risco dessa operação?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Não tenho conhecimento nenhum disso. Para lhe ser sincero, nem sei como é que isso está contabilizado, se é que está contabilizado no banco. Não participei.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães) — Mas para não induzir ninguém em equívoco, permitam-me que diga, para que fique em ata, que a forma adotada foi outra, ou seja, foi abandonado o esquema do *leasing* e foi adotada a solução de um *swap* sintético.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Ah!

O Sr. **Presidente** (José Magalhães) — O contexto é totalmente diferente!

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Por isso é que não me lembrava de ter visto nenhum montante no balanço.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães) — Não é surpreendente. Restam duas perguntas importantes...

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Se o Sr. Deputado Miguel Tiago me tivesse informado desse ponto ajudava-me a responder.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães) — Julgo que o Sr. Deputado terá pressuposto que o senhor tinha esse conhecimento...

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Não, não conhecia.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães) — ... e que quis fazer uma escavação histórica que é útil obviamente.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Escavemos sempre, mas...

O Sr. **Presidente** (José Magalhães) — Mas tem uma «escavação» seguinte, que é mais próxima, sobre a ESI.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Antes disso, relativamente a um comentário que o Sr. Deputado fez, quero voltar a ele e voltar a esclarecê-lo.

Os créditos à ESI e à Espírito Santo Resources eram feitos pela ESFIL e pelo Panamá. Estas empresas eram auditadas, para além de terem obviamente os seus órgãos internos. É referido, e penso que já terei tido a oportunidade de referir isso, que os créditos estavam colateralizados, ou seja,

de acordo com toda... Às vezes, não é necessária uma análise de risco... Não se deve fazer crédito... Desculpe, mas o adiantado da hora já me está a perturbar um pouco.

Mas há um princípio básico de que não se deve fazer crédito por causa das garantias. É a regra, quase a número um, da concessão de crédito. O crédito deve ser visto em função das suas qualidades, da sua pertinência e não por causa das garantias. No entanto, efetivamente, para efeitos de imparidades e para efeitos de constituição de provisões, estes créditos eram do conhecimento — aliás, acho que já foi referido aqui, inclusivamente, que as contas eram auditadas e eram do conhecimento de toda a gente, não houve rigorosamente nenhuma dificuldade com isso. Mas não foi utilizado o *rating* da ESI para avaliar esses créditos, nem para avaliar os requisitos de capital desses créditos.

Repito que aquele famoso *rating* da ESI não foi avaliado, tanto quanto eu saiba... Se amanhã aparecer alguma prova, terei de vir fazer penitência aqui e serei o primeiro a pedir desculpa. Não conheço nenhuma utilização para fins prudenciais ou regulamentares do *rating* da ESI.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães) — Julgo que ficou por responder a última pergunta do Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Sobre a minha responsabilização pessoal?

O Sr. **Presidente** (José Magalhães) — Não, não. Manifestando estranheza pelo facto de a ESI ter um passivo visível de 5,3 e, no entanto, continuar a ter crédito. Era a sua pergunta, Sr. Deputado?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Essa era uma.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Já respondi.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — À outra é que passou por cima. O que é que justificava a ESI aceitar emprestar dinheiro, nomeadamente à Control Development e também à ES Control?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Sim, sim.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E, já agora, para que é que era?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Sr. Deputado, vou repetir. Quando se falou, há pouco, dos empréstimos à Espírito Santo Control fui impreciso, porque o montante que me foi referido diz respeito à soma de três empresas, à ESAT — e não me pergunte agora, por favor, o que é a sigla, porque não me recordo —,...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Nós sabemos!

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — ... à Control Development e à Espírito Santo Control.

Já expliquei também que, quando na ESI soubemos, a comissão e eu, desta transação, imediatamente avisámos do facto absolutamente anómalo que a mesma constituía e foi também por essa razão que nos recusámos a trabalhar para a Espírito Santo Control. Nunca fizemos nenhum trabalho para a Espírito Santo Control, e na altura também expliquei as razões. Havia identidade de membros a decidirem... na prática, não sei quem decidiu, mas houve, pelo menos, alguma identidade de pessoas dos dois lados.

A ESI já estava tremendamente endividada, concordo consigo, e, depois, penso que terei chegado a ver um balanço da Espírito Santo Control, e acho que já apresentava uma situação líquida negativa. Isso foi depois e eu não fiz análise nenhuma sobre esse assunto, porque desligámos de imediato. Desligámo-nos nós e desligou-se o escritório de advogados que trabalhava connosco, quando lhes explicámos essa situação. Explicámos isso não só à comissão executiva mas também aos advogados e eles recusaram-se a patrocinar, digamos assim, a Espírito Santo Control.

A única razão que ouvi, mas, atenção, não tenho nenhuma evidência para mostrar, e isto não diminui rigorosamente nada do que eu disse, é que a Espírito Santo Control — acho que me falaram da Control, das outras não sei — teria um endividamento bancário...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Já nos explicou há pouco. E sobre a Control Development e a ESAT, que está dentro da Control Development, não obtive explicações sobre essas transações.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Penso que a ideia era basicamente a mesma. Todas elas teriam alguma dívida que foi...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas como é que a ESI aceita ficar com a dívida?

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Mas foi exatamente por isso que tomei esta decisão, que expliquei isto à comissão executiva da ESI, e que os advogados da Elvinger recusaram patrocinar a Espírito Santo Control.

Mais: se for verificar a *gestion contrôlée*, isso deve ser público lá no tribunal do comércio no Luxemburgo, não tem lá nenhuma contribuição da equipa de trabalho que trabalhou na ESI, porque considerámos que não

tínhamos condições para o fazer, pelas razões que expliquei. E dissemos isso à ESI, ao conselho de administração da ESI — penso que até haverá *e-mails* sobre isso, mas é necessário procurá-los.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Restou alguma interrogação, Sr. Deputado Miguel Tiago, no âmbito das questões formuladas?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, com muita frontalidade também lhe digo que, sobre a última questão que coloquei, não tenho qualquer expectativa, porque temo-la colocado desde as primeiras rondas e até agora não houve nenhuma resposta. A não ser que seja para nos dar uma resposta que caiba em duas ou três frases, porque a resposta é curta, se for concreta. Não vale a pena passarmos aqui meia hora, outra vez, a ouvir dizer que estavam cinco pessoas na sala e que temos de depreender, porque os responsáveis do BES e da ESFG não se podiam meter nas contas da ESI... Enfim, se for para esta mesma resposta, não vale mesmo a pena continuar.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Tem a palavra, Sr. Dr. Carlos Calvário para dar a resposta que entender.

O Sr. Dr. **Carlos Calvário**: — Não tenho mais comentários. Acho que já expliquei o suficiente. Lamento que não tenha sido o suficiente. Confesso que concordamos em discordar.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Sendo assim, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, agradecendo, naturalmente, a contribuição dada pelo depoente, dou por encerrada a nossa reunião.

Amanhã teremos reunião com a ordem de trabalhos que já todos sabem, seguida de reunião da Mesa e coordenadores.

Está encerrada a reunião.

*Eram 21 horas e 19 minutos.*

*Imagem exibida pelo Deputado José Magalhães.*

*street view — voltar*



DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.